



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – UEMS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM LETRAS  
NÍVEL DE MESTRADO  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

---

**CLAUDINEI MARQUES DOS SANTOS**

**PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE AS COTAS: O DISCURSO DO NÃO  
AFRODESCENDENTE NA UEMS**

---

Campo Grande/MS  
2016

**CLAUDINEI MARQUES DOS SANTOS**

**A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE AS COTAS: O DISCURSO DO NÃO  
AFRODESCENDENTE NA UEMS**

Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obter o título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Linguagem: Língua e Literatura  
Linha de pesquisa: Produção de Texto Oral Escrito.

**Orientador: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues**

Campo Grande/MS  
2016

S234p Santos, Claudinei Marques dos

Produção de sentido sobre as cotas: o discurso do não afrodescendente na UEMS/Claudinei Marques dos Santos. Campo Grande, MS: UEMS 2015. 99 p. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues.

Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Unidade Universitária de Campo Grande, 2016.

1. Análise do Discurso. 2. Sistema de cotas. 3. Negro 4. Linguística I. Título.

**CCD 23.ed. 401.41**

**CLAUDINEI MARQUES DOS SANTOS**

**A PRODUÇÃO DE SENTIDO SOBRE AS COTAS: O DISCURSO NÃO  
AFRODESCENDENTE NA UEMS**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação stricto sensu em Letras, área de concentração em Linguagem: Língua e Literatura, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Letras.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues  
Presidente da Banca/UEMS

---

Profa. Dra. Nara Maria Fiel Guevedo Sgarbi  
Titular / UEMS/PÓS-DOC

---

Profa. Dra. Maria de Souza Rodrigues  
Titular / UEMS/PÓS-DOC/UFMT

---

Prof. Dr.– Antonio Carlos Santana de Souza  
Suplente /UEMS

---

Profa.Dra. Irenilda Ângela dos Santos  
Suplente/UEMS/PÓ-DOC/UFMT

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho  
A toda minha família, meus amigos e professores por me apoiarem e, sobretudo a Deus, que  
sempre me ajudou.

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre comigo, e a minha família que me apoiou quando precisei nos momentos de dificuldade. E, também, a pessoa responsável pelo meu crescimento intelectual, o meu orientador, Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, a quem devo os meus sinceros agradecimento. E a UEMS, juntamente com os professores do Mestrado em Letras, que participaram da minha caminhada e não poderia deixar de agradecer a **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** por favorecer os custeios desta pesquisa.

**“A identidade é um movimento na história”  
(ORLANDI, 2008, p.09)**

SANTOS, CLAUDINEI M. **Produção de Sentido sobre as Cotas: O discurso do não afrodescendente na UEMS**, 2015 F. Dissertação de Mestrado em Letras. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Campo Grande-MS, 2015.

O sistema de reserva de vagas em universidades públicas, mais conhecido como sistema de cotas, vem gerando, ao longo dos anos, discussões polêmicas e controvérsias na sociedade brasileira, principalmente em referência àquelas cotas destinadas aos afrodescendentes. Estes cursaram o ensino médio em escolas públicas e ingressaram na universidade por meio do sistema de cota, que foi implementado no país em 2000, de modo a aumentar a representação de negros e indígenas em espaços sociais, que antes lhes eram negados. Desse modo, essa questão das cotas possui uma historicidade, inscrita nos discursos e em redes de memória, que irrompem no dizer produzindo “identidades,” debates acirrados em ambientes e em instituições sociais, sobretudo, por “acadêmicos não afrodescendentes”, que ingressam na universidade pelo sistema de vagas gerais. Eles constroem sentidos ideológicos referentes à população negra e o sistema de cotas no Brasil, a partir de uma posição histórica, arraigada em dizeres que tendem a manter e homogeneizar a realidade social, ou melhor, o retrógrado sistema de desigualdades sociais, que historicamente escravizou e excluiu milhares de negros no país. Convém salientar que o sistema pelo qual ingressam os não afrodescendentes é uma forma de acesso aos bancos universitários, alicerçado no mérito individual e não na reserva de vagas, muito menos, na história de exclusão social, que é um dos maiores problemas da sociedade brasileira. Assim, os sentidos que emergem nos discursos dos não afrodescendentes na UEMS, revelam um dizer que não apenas rejeitam as cotas no Brasil, mas também traz à tona formas de preconceitos relativos aos afrodescendentes inscritos nos dizeres das posições sujeitos, que de certa forma, não contribuem para afirmação identidade do negro no Brasil, ao contrário, só aumenta drasticamente o quadro das desigualdades sociais no país.

**Palavras-chave:** Discurso, Universidade Públicas, Sentido, cotas, afrodescendente.



SANTOS, M. CLAUDINEI. **Sense Production Quotas in the Discourse on the Negro Not UEMS**, 2015 F. Dissertation in Letters. State University of Mato Grosso do Sul, MS University Wide Field Unit, 2015.

The vacancies reservation system in public universities, better known as the quota system, has generated over the years, controversial discussions and controversies in Brazilian society, especially in reference to those quotas aimed at African descent. These attended high school in public schools and entered the university through the quota system, which was implemented in the country in 2000, in order to increase the representation of african-Brazilian and indigenous social spaces that once were denied. Thus, the issue of quotas has a historicity, enrolled in discourse and in memory net erupt in mean producing "identities," fierce debates on environment and social institutions, especially by "non-African descent scholars," who enter University by the general vague system. They build ideological directions regarding the black population and the quota system in Brazil, from a historical position, rooted in sayings that tend to hold and mix the social reality, or rather the retrograde system of social inequality, which historically enslaved and deleted thousands of blacks in the country. It should be noted that the system by which enter non-African descent is a form of access to university banks, based on individual merit and not on vague reservation, let alone in the history of social exclusion, which is one of the biggest problems of Brazilian society. The senses that emerge in the discourses of not african-Brazilians in UEMS, reveal a say not only denies the quotas in Brazil, but also brings out forms of bias inherent in registered in blacks in the words of subject positions, which in a form, does not contribute to identity affirmation of African descent in Brazil, by contrast, only dramatically increases the picture of social inequality in the country.

**Keywords:** Discourse, Public University ,Sense, Quotas, black.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>RELATÓRIO DE CAMPO</b> .....	23
<b>QUESTIONÁRIO/DADOS TABELADO</b> .....	24
<b>CAPÍTULO I –ESTADO DA ARTE</b> .....	30
1.1 Breve história da Escravidão de Negros no Brasil.....	31
1.2 Breve história do Negro no Brasil Pós-Escravidão .....	36
<b>CAPÍTULO II- SUPORTE TEÓRICO</b> .....	46
1.1 Condições de Produção do discurso do Não afrodescendente sobre as cotas.....	50
<b>CAPÍTULO III-ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	56
2.1 Discurso do preconceito e da discriminação.....	58
2.2 Discurso da capacidade.....	66
2.3 Discurso da incapacidade .....	72
2.4 Discurso da vergonha .....	76
2.5 Discurso da sorte.....	80
2.6 Discurso do absurdo.....	83
2.7 Discurso da vontade individual .....	85
2.8 Discurso da injustiça.....	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	92
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	95
<b>ANEXOS</b> .....	101
<b>Questionário</b> .....	101
<b>Corpus</b> .....	102

## INTRODUÇÃO

A discursividade (PÊCHEUX, 1997a, 2002b); (ORLANDI, (2008c) em seu “aspecto polêmico,” (MAINGUENEAU, 1987a) referente “às cotas em universidades públicas;” (MUNANGA & GOMES, 200b), situação que vem gerando ao longo dos anos, discussões polêmicas e controvérsias na sociedade brasileira, principalmente em referência àquelas cotas destinadas aos afrodescendentes, que cursaram o ensino médio em escolas públicas, e ingressaram na universidade, tendo como meio o sistema de cotas, que foi implementado no Brasil em 2000, de modo a ter uma maior representação de negros e indígenas em espaços sociais.

Isso, evidentemente, vem, em plena contemporaneidade produzindo “identidades,” entendendo por estas como “um movimento na história,” (ORLANDI, 2008c) e debates “calorosos” em ambientes e em instituições sociais, sobretudo, por “acadêmicos não afrodescendentes, que ingressam na universidade pelo sistema de vagas gerais. Esse sistema é uma forma de acesso aos bancos universitários, pautado, especificamente, no “mérito individual, na capacidade individual” e, “não na reserva de vagas”, muito menos na história de exclusão social.

Sendo assim, a partir dessa “meritocracia”, instaura-se uma prática discursiva (ORLANDI, 1999b), um dizer historicamente formulado. Uma posição discursiva constituída pela “ideologia”, (ORLANDI, 2008c.) em que sujeitos e discursos que saem de “redes de memória”, (PÊCHEUX, (2002c) “dos arquivos semi-abertos dissimulação” (RODRIGUES, 2007a, 2011b), das “filiações de sentido”, (ORLANDI, 2008c), para discursivizar as cotas no Brasil, em outras palavras, um discurso que irrompe da “raiz do dizer” para polemizar a questão das cotas para negros na sociedade brasileira.

Essas práticas discursivas produzem identidades, bem como subjetividade e singularidade a partir da retomada de “trajetos” e “redes de memória”, (PÊCHEUX, 2002c). Práticas discursivas de um momento histórico ou época dada, que se reconfiguram nos discursos dos sujeitos para produzir identidades sociais (HALL, 2003) e práticas dadas.

A questão das cotas tem sido o centro da polêmica não apenas no Brasil, mas também, nos Estados Unidos da América, quando a “Suprema Corte” recentemente prorrogou por mais 30 anos as cotas nas universidades (QUEIROZ, 2004) - em especial nas universidades públicas, pois promovem um debate sobre a identidade do negro e, em geral, do povo Brasileiro.

O sistema de cotas no Brasil faz parte de um conjunto de Ações Afirmativas, defendida em três Conferências Mundiais, contra o racismo, xenofobia e a intolerância na sociedade, por uma Comissão Brasileira, na cidade de Durban, África do Sul, com participação de 189 nações, cujo objetivo era: discutir, desenvolver Políticas de Ações Afirmativas, ou Medidas de Ações Afirmativas que promovam o acesso de grupos, que sofrem ou venham sofrerem com algum tipo discriminação racial (GOMES, J.B. 2001).

Como as desigualdades sociais é um dos maiores problemas da sociedade brasileira, principalmente em relação à população negra, as cotas se inserem, nessa perspectiva, para tentar diminuir essa distância entre brancos e negros no país, que, historicamente, sempre teve o afrodescendente em segundo plano, à margem da sociedade, excluídos dos ambientes sociais. Para Antunes (2009, p.01):

A questão do negro no Brasil tem sido uma discussão muito “polêmica” (Maingueneau, 1993), principalmente em relação ao racismo e a posição do negro na sociedade brasileira após a libertação oficial dos escravos. Sua situação foi determinada historicamente através dos séculos em um regime de escravidão e de posteriormente de preconceito, estigmatização, marginalização, situação que perdura ainda hoje, “menos a escravidão”. Essas relações estão marcadas nos “discursos” históricos em “redes de memórias” (Pêcheux, 2002). Uma questão que vem sendo muito debatida atualmente desde (1998) diz respeito às políticas de reparação históricas para afro-descendente, em particular, as cotas para negros nas universidades e serviços públicos, ou seja, uma reserva de vagas para os negros concorrerem entre si, fato que aumentaria em número significativa a representação do negro na sociedade.

O negro sempre foi, e, é uma questão polêmica, porque é um dos grupos étnicos mais excluídos e um dos que mais morrem assassinados no país. Waiselfisz<sup>1</sup> (2013, p.100) descreve o “Mapa da Violência no Brasil”, e constata que:

A participação dos jovens brancos no total de homicídios juvenis do país cai de 36,7% em 2002, para 22,8% em 2011. Por sua vez, a participação dos jovens negros, que já era muito elevada em 2002, 63%, cresce ainda mais, indo para 76,9%. Com esse diferencial de ritmos, a vitimização de jovens negros passa de 71,6% em 2002 – nesse ano morrem proporcionalmente 71,6% mais jovens negros que brancos – para 237,4% em 2011, maior ainda que a pesada vitimização na população total, que nesse ano foi de 153,4%.

<sup>1</sup> WAISELFISZ, J.J. **Homicídio e Juventude no Brasil: Mapa da Violência 2013**. Disponível em [www.juventude.gov.br](http://www.juventude.gov.br). Acessado no dia 20 novembro de 2014.

Tais dados sobre violência e mortandade de afro-brasileiros na sociedade, levam há uma reflexão: a questão das desigualdades sociais, da exclusão do afrodescendente no país é um fato a se refletir ou uma mera constatação dos cientistas sociais? Logicamente, a violência, as desigualdades sociais, e a exclusão, evidentemente não podem ser concebidas apenas como simples constatações de cientistas, mas um fato a se refletir no Brasil, mormente, no desenvolvimento de políticas voltadas à extirpação das desigualdades entre brancos e negros.

E na elaboração de políticas, que venha erradicar com o preconceito de cor e a exclusão de lugares sociais. Uma dessas políticas está se efetuando, por meio das chamadas “Ações Afirmativas”, (MUNANGA & GOMES, 2006b) (GOMES, J.B. 2010) discutidas e estabelecidas em três conferências mundiais, contra o racismo, xenofobia e a intolerância na sociedade.

E o sistema de cota é uma dessas Ações Afirmativas, que surge como alternativa viável, criada no Brasil, de modo a reservar vagas para negros e indígenas, em universidades públicas, o que garante, assim, uma maior representação desses grupos étnicos em ambientes sociais, que nos séculos passados lhes eram negados.

Embora, o sistema de cotas exista para promover uma reparação histórica da população negra, surgem, contudo, posições ideológicas (ORLANDI, 2008c) historicamente constituídas, nos próprios ambientes universitários, que tendem a discursivizar, a enunciar contra a política de cotas, promovida na/pelas instituições públicas de ensino superior.

Posições firmadas em discursos meritocráticos, em dizeres ideológicos de acadêmicos não afrodescendentes, que ingressam nas universidades pelo sistema de vagas gerais. Um sistema que não valoriza a história de exclusão de negros no Brasil, mas, sim, o mérito individual, o que, efetivamente, tendem a revelar uma posição discursiva perpassada pela negação às cotas. Um discurso de crítica social, em que se posicionam (PÊCHEUX, 1997a) no ambiente universitário, para fazer uma representação, tanto do negro cotista, quanto do sistema de cotas.

## **Objeto de Estudo**

O objeto desta pesquisa é composto pelos discursos dos acadêmicos não afrodescendentes do curso de Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, Unidade Universitária de Nova Andradina, provenientes do sistema de vagas gerais. Nesse sentido, o discurso é onde o sujeito se marca na/pela linguagem (ORLANDI, 1999b), e da qual se posiciona numa conjuntura ideológica e histórica dada, a constituir-se como sujeito de um processo de discursivo, num determinado espaço social. Espaço este, em que pode haver “manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento” (PÊCHEUX, 2002b. p.51) no qual, geram novas representações, formulações de sentido.

Se como afirma, Pêcheux (2002c, p.56-57), o discurso é, produto de “agitação nas filiações sócio-históricas”, significa dizer, que ele se irrompe nas estruturas sociais e que pode desestabilizar uma prática, a fim de poder nascer uma nova série de sentidos, de significações possíveis, que não estava constituída como tal.

Em outras palavras, um dizer, uma prática que se forma a partir das agitações sociais e das polêmicas instauradas no discurso, como se pode perceber nas discussões em torno da reserva de vagas para afro-brasileiros e indígenas em instituições de ensino superior no Brasil, que é, necessariamente, um efeito dos discursos das elites, das estruturas hegemônicas da sociedade, que se marcam no dizer, de forma a desestabilizar o sentido de direito dos negros e indígenas às cotas nos espaços sociais brasileiro.

## **Corpus**

Maingueneau (1987a, p.14) assevera que [...] “não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como correlato de certa posição sócio-histórica, nas quais os enunciados se revelam substituíveis”.

Essa discursividade histórica que Maingueneau enfatiza acima constitui, pois, a materialidade linguístico-discursiva, que o analista se apropria para restituir as condições de produção dos discursos, dos dizeres e dos sujeitos produtores dessa prática. Mas, para que ocorra essa análise Rodrigues (2011b, p.13-15) ensina que “cabe ao analista criar condições

de materialização do *corpus* de forma a garantir a expressão discursiva desses sentidos dispersos”.

Essas condições de acordo com ele podem ser: A) “entrevistas individuais ou coletivas aptas para o recorte da discursividade,” B) “Aplicação do questionário abertos que recortam um espaço discursivo”, C) “qualquer produção discursiva oral ou escrita.” E ele ensina ainda que há diversos tipos *corpus*, e que exige do analista certos tipos de “procedimentos”, sobretudo, em relação ao recorte, pois este se forma por “um conjunto de sentidos dispersos” e multifacetados, produzidos, a partir de redes de memória e inscrito em uma dada a) há um tipo de *corpus* que você se depara com ele em sua forma material, física, empírica, como uma propaganda, uma revista, um jornal, uma matéria de jornal televisionado, um panfleto, ou ainda uma discursividade oral (uma conversa, um discurso, uma conversa gravada ou filmada sem propósitos de pesquisa), mas há o *corpus* que de uma forma ou de outra - dadas às condições de produção e pelos efeitos que este *corpus* possui em sua totalidade, ainda “bruto”, por assim considerar, ou em seu estado “real” (PÊCHEUX, 2002) - captura o analista, não pelo simples efeito produzido, mas também pelo o que a posição de analista (sua historicidade, suas questões, seus projetos) representa nos espaços em que circula” (RODRIGUES, 2011b, p.13-14-15).

Nesse sentido, o *corpus* não “se conseguirá explorá-lo em sua “totalidade” o real do objeto em questão, ou seja, seus propósitos que sempre se constitui como recorte”, porque nem tudo será analisado e “nem tudo prestará às questões e aos objetivos” alguns são descartados por não coincidir com os objetivos, e outros são objetos de análise que vão, por sua vez, fazer parte da totalidade da análise.

Dessa forma, ao se deparar com a materialidade discursiva, o analista, já consegue compreender que tipo de *corpus* está diante de si, se é uma propaganda jornalística, uma anedota, um provérbio, ou até mesmo, um questionário, que é, necessariamente, um “provocador da discursividade”, ou melhor, perguntas criadas pelo próprio analista, subjacentes ao objeto da pesquisa (cf. RODRIGUES, 2011b, p. 13-18).

Em suma, o analista direciona seu posicionamento na busca da reconstituição dos sentidos do discurso, uma vez que, defronte ao *corpus*, ao objeto de análise, (ORLANDI, 2008), penetra no “fio do discurso” (PÊCHEUX, 1997a) restituindo, pois, o histórico, as condições de produção; os efeitos de sentido produzido no dizer; o discurso outro, que irrompe de redes de memória e, por fim, até chegar ao objetivo desejado, que é mostrar como

que o um discurso produz sentido, ou como que um texto, enquanto discurso funciona e enquanto materialidade linguístico-discursiva (ORLANDI, 2008c).

Assim, o *corpus* dessa pesquisa é composto pelos os discursos dos acadêmicos não afrodescendentes do curso de Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, Unidade Universitária de Nova Andradina-MS, cujo ingresso ao ensino superior se deu através das vagas gerais, com intuito de analisar os sentidos discursivos, a representação identitária (cf.) do sistema de cotas nesse discurso, que ao longo dos anos, desde que surgiu no Brasil, vem sendo polemizando a na sociedade brasileira, ou melhor, produzindo uma discursividade polêmica.

### **Objetivo Geral**

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os discursos dos não afrodescendentes do cursos de Letras da UEMS, referente ao sistema das cotas, promovido pela universidade, com intuito de analisar, o sentido discursivo, a identidade (ORLANDI, 2008c) (HALL, 2003,) das cotas, a partir da posição sujeito, universitário não negro; visto que essas políticas de cotas nas universidades, por ser uma reparação histórica da população negra tendem a ser representadas no discurso, mesmo após os séculos de escravidão, discriminação e marginalização social, com sentidos negativos, por um público universitário não afro-brasileiro, de uma posição ideológica, historicamente constituída no dizer.

### **Objetivo**

Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é analisar o sentido discursivo do sistema de cotas no discurso do não afrodescendente, que ingressou na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, pelo sistema de vagas gerais, referente à política das cotas desenvolvida pela universidade, ou seja, se esse sistema de reparação histórica tem sido aceito por esse público. É importante ressaltar que a UEMS, desde 2004, vem reservando 10% de suas vagas, nos cursos de graduação para negros e indígenas.



Sendo, pois, umas das primeiras universidades a implantar o regime de cotas para esse público no Brasil. Hoje, 34 universidades públicas aderiram a esse sistema de reserva de para negros e indígenas. E outras <sup>2</sup> universidades (UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UFBA – Universidade Federal da Bahia etc.).

Por fim, o discurso das cotas no Brasil tem sido um espaço de disputa acirrada, de forma explícita, com posições ideológicas definidas ou uma disputa silenciosa pelos sentidos e pelos espaços, e, assim vai criando determinados efeitos de sentido e identidades sociais. Rodrigues (2011b, p. 107) a respeito da constituição da identidade assinala que:

(com maior ou menor estabilidade) se constitui (surge em forma de negação, de afirmação, de oposição, de negociação, de ressignificação, de divisão de espaço, de reivindicação) a partir das práticas de produção dos discursos, o que implica considerar necessariamente sua filiação a *espaços de discursividade* (Pêcheux, 2002: 52) na sua relação direta com a *memória discursiva* (Pêcheux, 1999: 56) pelo interdiscurso (Pêcheux, 1997: 163) e como um “furo”, no/do acontecimento, enquanto “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contras-discursos” (idem, 56). Nesse sentido, a identidade não é algo estabilizado *ad infinitum*, mas sujeito aos movimentos políticos, culturais e ideológicos que imperam em determinados períodos históricos.”

Nesse espaço de disputa pelo “significar,” nasce às identidades, que surge, a partir dos confrontos nos discursos, no jogo de estabilizações e nas negações e afirmações, em que os arquivos discursivos inscrito na memória tende a passar por processos de redefinição, a partir da movimentação das formações discursivas. Ainda segundo Rodrigues, (2011b, p. 107-108).

A identidade, ao se configurar elementarmente, abre ou reivindica um espaço de representação política e histórica, desestabilizando parcialmente as identidades com as quais ela rompe, se desloca, ou ainda ressignifica. Ela, dessa forma, se apresenta e se representa para si e para o(s) outro(s) que estiver(em) em questão. Esse jogo de representação supõe certos efeitos de sentido, além das condições materiais, históricas e discursivas, um conjunto de *formações imaginárias* (Pêcheux, 1969: 82) que designam representativamente a identidade do sujeito e a do outro, uma vez que marcar a identidade é fazê-lo em relação ao outro: somente tendo em consideração outras

<sup>2</sup> RODRIGUES, M.L. **Discurso sobre a Representação Identitária do Negro Cotista da UEMS**. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem – Campinas, SP. 2011.

identidades é que surge a necessidade de marcar “a sua”, pois a identidade se constitui em relação a outras.

Nesse sentido, de acordo com o autor, a identidade ressignifica-se, transforma-se e reconfigura-se, podendo instaurar um novo acontecimento e desestabilizar o antigo, forçando uma redefinição da memória discursiva, introduzindo novos elementos, um conjunto de práticas sócio-históricas advindos, respectivamente, de outras práticas, de modo a forçar uma reestruturação do arquivo inscrito na memória.

Assim, o sujeito pode afirmar uma prática, ou até mesmo negá-la, reivindicando para si um “dizer” (ORLANDI, 2008c) um “poder dizer”, de maneira que, rompe com o velho, e se inscreva num novo acontecimento, que vem a perturbar a memória, a partir de um saber, um conjunto de crenças, políticas, sociais e históricas, inscritas e, restabelecidas, por sua vez, através do interdiscurso, (PÊCHEUX, 1997a) que fornece, por assim dizer, ou melhor, que dá condições do sujeito de fazer significar uma palavra, uma expressão e que estas tenham um sentido, senão aquele fornecido no/pelo discurso.

Rajagopalan (2002, p.77) acrescenta que “[...] de todas as identidades, a do indivíduo é a mais difícil de ser pensada diferentemente, isto é, como algo em constante processo de reconstrução”, isto é, como algo em constante processo de construção /reconstrução. Para ele, a identidade é construída historicamente, nas relações que se tem com meio sociocultural. É nessas relações que se tecem os discursos religiosos, políticos, e familiar que perpetuam nas representações sociais dos sujeitos.

Já Hall (2003), explica que as identidades estão sempre em processos de construção-reconstrução, cada vez que o sujeito, no processo de identificação, se transpõe de um lugar para outro, ou melhor, se assujeita a outras práticas, tal identidade passa, por assim dizer, por um processo de redefinição, isto é, de reconfiguração, como um movimento, que à medida que o sujeito, entendido numa perspectiva discursiva, como “assujeitado” se identifica com outros discursos, as informações vão se ressignificando na memória discursiva. A mesma identidade, portanto, que emergiu com o sujeito pela primeira vez, quando passa por tais processos de reconfiguração tende a tornar-se outra.

### **Objetivos específicos**

É analisar o discurso e os efeitos de sentido no dizer dos acadêmicos não afrodescendentes da UEMS, referentes à política de cotas promovida pela universidade; A analisar a constituição da identidade do sistema de reserva de vagas no discurso do acadêmico não afrodescendente; analisar as tensões na identificação do sistema de cotas como direito histórico, isto é motivo pelo qual produz tanta polêmica (MAINGUENEAU, 1987a); analisar como os graduandos não afrodescendentes representam discursivamente às cotas e o negro em quanto cotista da universidade.

## **Metodologia**

Como proposta metodológica para esta pesquisa, a qual se insere no quadro formal da Análise de discursos de Linha Francesa, em que se articulam a noção de discurso e ideologia, na produção dos efeitos de sentido (ORLANDI, 2008c) sobre as cotas para afrodescendentes em universidades públicas. A primeira etapa da metodologia desse trabalho se constitui na formação e construção do corpus, que, basicamente, pautou-se na elaboração de um questionário, composto por trinta e uma perguntas discursivas, destinados aos não afro-brasileiros, em que continham asserções relativas à políticas das cotas e a representação do negro na sociedade brasileira.

Esse questionário foi aplicado entre os anos 2009 e 2010 na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Nova Andradina, no curso de Letras Português/Inglês, cuja maioria dos alunos constitui-se de não afrodescendentes provenientes do sistema de geral de vagas. Esses informantes responderam a um questionário individualmente, sem que ninguém os interrompesse, para que não atrapalhasse as possíveis e determinadas respostas, e os possíveis resultados da pesquisa.

Convém ainda destacar algumas considerações metodológicas de Rodrigues (2011b, p. 18) a respeito do questionário<sup>3</sup>, segundo ele,

O desafio do questionário e de seu recorte está em elaborar questões que o sujeito possa ter um espaço de discursividade tal seja possível para o analista apreender a resposta/discurso do sujeito sem que o a

---

<sup>3</sup> Aplicação do questionário foi um processo de obtenção do corpus da pesquisa, que foi aplicado na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, unidade de Nova Andradina, no curso de Letras-Português/Inglês, em meados de 2009 e 2010.

analista necessite de recorrer necessariamente às perguntas enquanto condições de produção das questões.

A segunda etapa constitui-se no recorte dos enunciados significativos, que dizem respeito aos objetivos, depois, agrupá-los em discursos mediante uma classificação, e por último, analisar o que esses discursos já tipificados (ORLANDI, 1983a) possuem que faz com que eles sejam polêmicos, idem (1983a) tendo como dois eixos centrais de "sentidos" (PÊCHEUX, 1997a), a questão da identidade das cotas na UEMS e a identidade do negro cotista. Esses dois eixos de sentidos são questões que se encontram na discursividade das cotas, porque a posição sujeito não afrodescendente ao enunciar pode se referir, tanto ao negro cotista da universidade, quanto ao sistema de cotas promovido pela universidade.

Quando se busca analisar o sentido dos enunciados, os processos de constituição da identidade há uma certeza de que uma voz sem nome, que sempre fala antes, em outro lugar, (interdiscurso) (PÊCHEUX, 1997a) que atravessa o discurso do sujeito, mas não mostra a sua "face", mas, no entanto, pode se senti-lo pelos que efeitos que produzem nos discursos, na forma pela qual o sujeito comenta um fato do cotidiano. Os discursos do cotidiano em si possuem uma certa instabilidade, uma massa sem "forma" definida, "fragmentos fluídos" de "sentidos" (PÊCHEUX, 1997a, p. 161) de outros discursos ou o próprio efeito de sentidos rarefeito de outros discursos, que atravessam os enunciados.

Como enunciados são históricos, (Op. cit, 1987a) significa que, evidentemente, são atravessados por dizeres, práticas já-ditas, que apenas são reatualizadas, por um sujeito, inserido em condições de produção dadas. Um único enunciado, por menor e inofensivo que pareça é, na realidade, um efeito de manipulação, um deslizamento de sentidos, operado por um sujeito, a partir da memória e de um palco de relações ideológicas dadas, que disponibiliza os objetos, os pré-construídos, a partir dos quais, no interior de uma formação ideológica projeta um dizer.

Esse deslizamento de sentido é chamado por Pêcheux (1997a) de "efeito metafórico" pelo qual a língua, lugar de manipulação dos mecanismos sintáticos, se inscreve na história para significar, e de onde surgem os efeitos de sentido. Assim, diante de um enunciado que concerne à questão das cotas busca-se analisar os enunciados significativos, isto é, que vão de acordo com os objetivos da pesquisa.

## **Hipótese**

Uma das questões que se constitui como hipóteses desta pesquisa, em torno da representação do não afrodescendente a cerca das cotas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, é que existe no dizer uma “discursividade” que se opõem ao sistema de reserva de vagas. Uma posição sujeito que instaura de um lugar já marcado historicamente/ideologicamente, (PÊCHEUX, 1997a) um discurso para reprimir as cotas no ensino superior para afrodescendentes, sem, considerar aí, portanto, a história de exclusão social entre brancos e negros no Brasil, que é, pois, um fato diagnosticado pelos principais institutos de pesquisas aplicada do país, como IPEA, IBGE<sup>4</sup> e outros.

Considerando que “todo discurso é um índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas,” um “trabalho de deslocamento” (idem, 2002c, p.56-57) feito por um sujeito a partir da ideologia, o que significa que o discurso do não afrodescendente da UEMS, não é apenas um dizer por dizer, ou seja, não discursiviza nada por acaso, tudo é selecionado, reordenado, manipulado, de forma, a produzir determinados efeitos de sentido na sociedade brasileira.

As chamadas “coisas- a-saber”, as que são necessárias para complementar uma prática, um discurso, (PÊCHEUX, 2002c) são “pré-construídos”, enunciados que se deslocam-se de outras redes de significações, e que são assimilados e reconfiguradas, por formações discursivas, a partir de redes de memória, e, posteriormente, tais formações disponibilizam esses “objetos discursivos” (ORLANDI, 2008c) com os quais, a posição sujeito não afrodescendente em sua relação com os sentidos, inscreve-se para produzir representações da política de cotas e do negro no Brasil.

Sendo assim, a posição sujeito não afro-brasileiro, em relação ao sistema de cotas na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, para fazer com que o seu discurso contra funcione, crie legitimidade e circule na sociedade brasileira, constrói uma identidade do negro e outra do sistema de cotas, entendendo por “identidade”, “como movimento na história” (Idem, 2008c) a partir de uma prática discursiva perpassada por várias redes de significações, que atravessam seu discurso, fornecendo os objetos de que precisa para enunciar.

---

<sup>4</sup> **IBJE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e **IPEA**-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que são uns dos institutos de pesquisa, (SILVA, 2010) que no século XX, através de dados estatísticos, mostraram os efeitos desastrosos que produziu a chamada Democracia Racial” na sociedade brasileira.

Um lugar marcado ideologicamente pelo mérito individual e revestido pelo discurso do poder, que repele outras formas de acesso aos ambientes universitários que não seja o mérito acadêmico.

### **Justificando o Tema**

Numa pesquisa científica o “tema” é de grande relevância, pois, é partir dele que começam a surgir as ideias, os argumentos que, em média, vão ser imprescindíveis para o desenvolvimento da pesquisa. Trivino (1994, p.96), ao se referir ao tema, especifica que:

A eleição do tema da pesquisa dificilmente será um indicador preciso da fundamentação teórica que orienta o pesquisador [...]. A delimitação do problema significa um encaminhamento, com maior clareza, da teoria que alimenta o esforço do pesquisador. Mas será na formulação do problema onde a concepção teórica do estudioso ficara mais claramente estabelecida. E não só ela, mas também os objetivos, as hipóteses e/ou questões de pesquisa e, fundamentalmente, os métodos e técnicas que se empregarão na análise e interpretações recolhidas”.

Já Cintra (1982, p.15) acrescenta que o tema de uma pesquisa é, em suma, “um trabalho artesanal de criação que exige do pesquisador descoberta de seus valores pessoais, um posicionamento crítico e inquietante diante do universo. Uma disciplina de trabalho que permita equacionar valores pessoais com o objeto e o ato da pesquisa”. Ainda Cintra (1982, p.15) apud Castro (1977, p.5) cita três fatores determinantes para que aconteça uma pesquisa científica: “originalidade”, “importância” e “viabilidade”.

O primeiro fator, a chamada originalidade, não se pode confundir com novidade, é um pouco mais complexa, não decorre do fato de ser original, muito menos, que é nova, mas, evidentemente, pelo fato de ir às origens à essência das coisas. O segundo fator é inerente à necessidade da pesquisa, pois busca “uma resposta para uma determinada questão prática do homem, da natureza”. Já último fator, denominado “viabilidade”, concerne, ao tempo, ao custo, ao preparo específico do pesquisador, obtenção dos dados e bibliografias, ou seja, é maneira de o pesquisador se organizar para fazer uma pesquisa.

Assim, a construção do tema numa pesquisa científica é, de certo modo, um trabalho rigoroso, pelo fato de exigir do pesquisador um raciocínio lógico, uma organização, um

planejamento, uma delimitação e, também técnicas de tratamento, que permite uma fundamentação, uma abordagem do objeto, ao qual se pretende pesquisar e, por fim, os que estão inerentes à pesquisa, como os objetivos, hipóteses e a metodologia, que completam a organização do trabalho científico, e propiciam, dessa forma, ao pesquisador um norte, isto é, uma sucessão de indagações sobre o objeto ao qual se pretende, como por exemplo: o que se alcançar? Como vai alcançar? Qual é a relevância do tema?

Nesse sentido, o tema dessa pesquisa originou-se de trabalhos anteriores inerentes à Representação Identitária do Negro Cotista na UEMS cadastrado na UEMS/PROPP que está sob supervisão de pós-doutoramento da Profa Dr<sup>a</sup> Eni Puccinelli Orlandi (UNICAMP/LABEURB), que juntamente com o Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, vem pesquisando sobre a questão das cotas para afrodescendentes no país, cujos trabalhos já foram publicados em livros e revistas.

Sendo assim, esta pesquisa referente às cotas pauta-se na análise do corpus de acadêmicos não afrodescendentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do SUL-UEMS, cujo discurso é de suma importância para esta pesquisa, uma vez que, pode revelar o motivo de tanta polêmica em torno do sistema de cotas na sociedade brasileira.

E, além do mais, pode trazer à tona sentidos, (ORLANDI, 1983d) processos identitários que, em média, relevam a discursividade de sujeitos, que polemizam, instauram dizeres imbuindo nos discursos, nas práticas e nos funcionamentos discursivos, (ORLANDI, 2008c) representações tanto do negro cotista, (GOMES N. 2010) (MUNANGA & GOMES, 2006b) quanto do sistema de cotas desenvolvido na universidade.

Considerando que, historicamente, o afro-brasileiro, sempre foi um dos grupos étnicos mais marginalizados, e excluídos da sociedade, tanto referente à cor de pele, quanto à questão da escravidão, que embora, não exista, seus efeitos ainda são evidentes, nas formas pelas quais circulam as interdições nos discursos, sobretudo, em relação às políticas educacionais e sociais que beneficiam afrodescendentes no Brasil.

Dessa forma, essa pesquisa focaliza não necessariamente, o discurso do negro cotista ou não cotista de universidades públicas, mas, sim, do não afrodescendente acerca da política de reserva de vagas em ambientes acadêmicos, cujo dizer pode evidenciar o motivo pelo qual a questão da reserva de vagas à população negra causa tantos debates e polêmicas na sociedade brasileira.

## **Relatório de Campo: os dizeres sobre o afrodescendente e o sistema de cotas em espaços acadêmicos**

Essa pesquisa relativa às cotas para afro-brasileiro em universidades públicas, mais precisamente na UEMS, efetua-se de um lugar onde o negro é, em grande parte, minoria nos espaços acadêmicos. Só a partir de março de 2003, que se começa a circular uma quantidade significativa de afrodescendentes no ensino superior, pois os que existiam, aí eram maioria, acadêmicos não afro-brasileiro, cujos dizeres já foram ideologicamente significados pelo Discurso do mérito.

Diante disso, como fui acadêmico cotista do curso de Letras-português/inglês, em meados de 2008, na Unidade da UEMS de Nova Andradina, pude vislumbrar esse contingente de afrodescendentes a ingressar nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a partir da posição de cotista. Mas também, pude sentir na “pele”, os dizeres negativos, que os acadêmicos não afrodescendentes ingressantes na universidade pelo sistema de vagas gerais, enunciam pertinente às cotas e ao negro.

Por mais que afirmem nas indagações, que não discriminam afrodescendentes, sempre nas “rodas de conversas”, “em grupos particulares”, “e em conversas paralelas”, “deixavam escarpar no dizer”, a sua contrariedade às cotas, o seu repúdio ao afro-brasileiro por ter ingressado via reserva de vagas.

Às vezes percebia no discurso de brancos, em grupos organizados ao fundo da sala de aula, os escárnios, as ironias, quando um cotista tirava nota baixa, ou mesmo quando algum desistia por não suportar conciliar trabalho e faculdade, mas, em grande parte, esses dizeres acerca do afrodescendente referiam-se à sua incapacidade estar num ambiente de ensino superior por meio das cotas.

Em suma, essa pesquisa concernente ao sistema de reserva de vagas para afrodescendentes no ambiente acadêmico surgiu a partir do projeto “A Representação do negro cotista da UEMS” e de alguns artigos inerente ao discurso de afro-brasileiros não cotistas da universidade. No entanto, a presente pesquisa, dessa vez, não pretende analisar o “discurso de afrodescendentes”, mas dos não afro-brasileiros da UEMS, a partir de um corpus coletado nas dependências Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Nova Andradina em meado de 2009 e 2010.

Um corpus obtido nas salas de aula do curso de Letras-português/inglês, por meio da aplicação de um questionário com trinta e uma questões e com perguntas discursivas relativas



às cotas e identidade do afrodescendente no Brasil, em que esses acadêmicos responderam individualmente sem a interferência de outros informantes que, alguma forma, pudessem interferir o resultado da pesquisa.

### **Questionário/dados tabelados**

Sendo assim, o questionário é um instrumento de pesquisa imprescindível para realização dos objetivos do analista, porque, traz, em si, informações que servem de base para pesquisa científica. Assim, Marconi & Lakato (1999, p. 100) define-o como “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”. Esse questionário funciona como um “provocador da discursividade, não importando, para o momento da análise, as perguntas elaboradas, mas, sim, os discursos que delas emergirão” (op. cit, 2011b)

É no dizer do sujeito, incumbido de responder ao questionário, que se confrontam os dizeres, as representações ideológicas e, onde articulam o político e o social, num mesmo espaço de confronto, para afirmar uma posição ou negá-la. Ou seja, de um lado encontra-se o sujeito, incumbido de responder ao questionário, e de outro o analista frente à materialidade linguístico-discursiva, a que se pretende analisar.

Além disso, o questionário possui ainda algumas particularidades, características, questões de funcionamentos, (idem, 2011b, p.33), como respostas/discursos, em que apresentam um caráter discursivo, descritivo e aplicativo das questões formuladas. Pode-se encontrar no questionário, no final das asserções, algumas expressões indagativas “comente”, “explique”, de forma a fazer com que o informante fale, sem que, “fuja” das perguntas ou mude para outra questão, sem responder o que está sendo lhe perguntado.

Rodrigues (2011b, p. 33) enfatiza alguns pontos positivos do questionário. Segundo ele:

O questionário cria e favorece uma certa discursividade fluida, mesmo com alguns aspectos negativos, mas é a própria imposição do questionário enquanto objeto de pesquisa. Esse espaço de discursividade de uma forma ou de outra possui o seu próprio que se impõe de certa maneira ao analista. Nisto há uma representação positiva do questionário, quer pela autoridade reconhecida da pesquisa, quer pela representação da instituição e do pesquisador, ou

ainda pelo fato do questionário abrir um espaço em que o sujeito pudesse expressar algo “caro” de si, se sua representação identitária que normalmente não se tem oportunidade de expressar.

Essa enunciação fluida, nos questionários, é o que permite ao sujeito enunciar, sem medo de se expressar, e de falar aquilo que acha certo no dizer. Nesse espaço em que se confrontam o político e o simbólico, o analista põe-se como aquele que faz aparecer os funcionamentos dos discursos, os processos identitários e os efeitos de sentido, que se encontra e se entrecruzam no espaço de disputa do dizer do sujeito enunciador. O que o sujeito acha e pensa, é na realidade, a representação, que ele faz das coisas, que lhe são impostas no questionário. É, portanto, no/pelo questionário, que surgem às representações, os discursos, e os dizeres, que, em média, perpassam os discursos que circulam nos questionários.

Outro ponto positivo do questionário que enfatiza Rodrigues (2011b, p.34) é a organização das informações em tabelas, uma vez que, tais dados apresentam a descrição estatística da aplicação do questionário, de forma mostrar como que sucedeu a pesquisa e como que se chegou a aos resultados finais. Acrescenta ele ainda, o fato de que “os dados tabelados, se prestam para duas questões básicas: refletir sobre questões estruturais (quantidade de perguntas, o ritual de aplicação) e também sobre as próprias questões em duas instâncias: uma em suas especificidades e a outra enquanto conjunto de questões”.

Nas tabelas abaixo estão discriminados alguns resultados referentes ao questionário aplicado aos acadêmicos não afrodescendentes nas dependências da UEMS- Unidade de Nova Andradina.

**Tabela 01**

	<b>Aplicado</b>	<b>Respondidos (as)</b>	<b>Não respondidos (as)</b>	<b>Respondido(as) parcialmente</b>
<b>Questionário</b>	021	20	01	03
<b>Total de resposta do questionário</b>	504	504	104	04

**Tabela 2**

	Identificados: nomes e outras informações	Não identificados	Identificados parcialmente
Questionário	04	16	00

**Tabela 03**

	18-20 anos	21-25 anos	26 -30 anos	41-45 anos	46-50	Acima e 50 anos
Idade	08	16	04	00	00	00

**Tabela 4**

Perguntas	Respondidas	Respondidas parcialmente	Não respondidas
01) Em sua opinião, qual é a importância de possuir curso superior de forma geral?	20	20	00
02) Enquanto não-negro, há algum tipo de importância diferenciada em relação aos negros de possuiu ou não um curso superior?	20	20	00
03) Quando e como você ficou sabendo sobre o sistema de cotas para negros nas universidades públicas?	20	18	00
04) Fora da universidade, as pessoas comentam sobre o sistema de cotas? Se sim, o quê? Se não por quê?	20	20	00
05) Comente sobre sua opção do negro de entrar na universidade pública pelas políticas de reparação históricas, ou seja, as cotas.	18	01	01
06) Qual é a sua opinião sobre o negro ingressar na universidade pública pelo sistema de cotas? Comente.	17	02	01

07) Qual é a opinião de seus parentes sobre o negro ingressar na universidade pública pelo sistema de cotas na universidade? Comente.	13	06	00
. 08) Qual é à opinião de seus amigos sobre o negro ingressar na universidade pública pelo sistema de cotas? Comente.	15	04	01
09) No cotidiano universitário, há pessoas contra e a favor sobre as costas, qual a sua opinião sobre as cotas?	13	06	01
10) De acordo com a tonalidade da pele e a textura do cabelo, entre outros traços, o ingresso do negro pelo sistema de cotas na universidade afetou a forma de você ver o negro?	13	05	01
11) De acordo com a tonalidade da pele e a textura do cabelo, entre outros traços, o ingresso do negro pelo sistema de cotas na universidade afetou a forma de você ver o negro?	01	09	10
12) Como você sempre viu ou vê o negro? Comente sua resposta.	19	00	01
13) Comente sobre o que significa para você o negro fazer um curso superior enquanto cotista?	14	06	00
14) Comente sobre o que é ser negro ou afrodescendente em sua opinião.	15	02	03
15) O debate sobre as cotas para negros nas universidades públicas tem afetado a forma de você se ver o negro? Comente sua resposta em qualquer das alternativas: sim ou não.	12	03	04
.(16) O debate sobre as cotas nas universidades públicas, em sua opinião, tem mudado a forma das pessoas que você conhece ver as pessoas negras. Comente sua resposta em qualquer das alternativas: sim ou não.	10	03	07
17) O debate sobre as cotas nas universidades públicas, em sua opinião, tem mudado a forma das pessoas que você conhece se verem como não-negras. Comente sua resposta em qualquer das alternativas: sim ou não.	07	06	07
18) Em sua opinião, o que mais caracteriza a identidade do negro? Comente sua resposta.	09	07	04
(19) As cotas para negros nas universidades públicas contribuem para a auto-afirmação do negro na sociedade? Comente sua resposta.	15	01	04
20) As costas para negros nas universidades públicas contribuem para a identificação de pessoas ditas como morenas ou pardas (por terem a tonalidade da pele mais clara) para se verem como negras? Comente sua resposta em qualquer das alternativas: sim ou não.	11	05	04

21) O acesso do negro para universidade pública, em sua opinião, tem melhorado para os negros (morenos, pardos, cafuzos) se identificarem como pessoas negras? Comente sua resposta em qualquer das alternativas: sim ou não.	12	03	05
22) O fato de haver na universidade o sistema de cotas para negros provoca algum tipo de incômodo para você? Comente sua resposta.	14	04	02
23) Enquanto não-negro, qual é a importância de possuir um curso superior?	09	08	03
24) O sistema de cotas provocou um debate sobre quem é e quem não é negro, em sua opinião	05	07	08
25) Você ouviu/ouve algum tipo de comentário de colegas sobre os cotistas na universidade? Se sim ou não comente.	07	12	01
26) Você ouviu/ouve algum tipo de comentário de professores sobre os cotistas na universidade? Se sim ou não comente.	02	16	02
27) Há situações de constrangimento dos cotistas na universidade? Comente.	07	05	08
28) Os não-negros discutem ou conversam entre si sobre os cotistas? Comente.	08	11	01
29) Você conhece alguém que tenha sofrido algum tipo de constrangimento por ser cotista? Comente sua resposta.	03	14	04
30) Você já sofreu algum tipo de constrangimento enquanto não-negro em relação aos negros? Comente.	06	11	03

31) Caso haja algum tema que não tenha sido contemplado nas perguntas, favor utilizar o espaço abaixo.	03	00	17
--	----	----	----

## **CAPÍTULO I**

### **ESTADO DA ARTE**

A questão do afrodescendente é um fato polêmico na sociedade brasileira, porque envolve todo um contexto histórico de escravidão, de luta, de desigualdades e marginalizações sociais, em que participaram não apenas os negros africanos, mas também os indígenas, que, aliás, foi o motivo pelo qual, os negros vieram para o trabalho escravo no Brasil, e que, conseqüentemente, culminou, num longo período de exclusões e marginalizações, que atravessou os séculos, inclusive o século XX, menos, é claro, “a escravidão”, que findou no século XIX.

Munanga & Gomes (2006b) apontam que mesmo após abolição da escravatura dos negros no Brasil no século XIX, não se modificou os quadros de desigualdades sociais na sociedade, ao contrário, só aumentou drasticamente. Os preconceitos e os estigmas, difundidos pela falsa “democracia racial” nos últimos séculos, ao invés de inibir as desigualdades entre brancos e negros na sociedade apenas gerou um afastamento, uma exclusão dos afrodescendentes dos espaços sociais. Sem direito à educação, à saúde, a terra e ao emprego, o que restou ao negro africano, foi um quadro de alarmante de marginalização e de desigualdades sociais no Brasil do século do XX.

Fernandes (1979b) complementa isso dizendo, que essa “democracia racial,” criado no passado por Gilberto Freire, propagou um discurso no Brasil, no sentido de impedir que os negros não tivessem consciência de sua situação de extrema desigualdade no contexto brasileiro, instaurando que havia uma “harmonia racial” entre brancos e negros, quando, na realidade, havia situação marcada por preconceito, estigmatização e exclusão social.

Silva (2010) salienta que, o que chamaram de democracia racial no Brasil apenas serviu como ideologia durante longos anos para explicar as relações raciais na sociedade brasileira pós-escravista. Entretanto, com fim do regime militar, e o início da redemocratização em meados da década de 70 do século XX, emergiu o Movimento Negro, criticando a miserabilidade, as exclusões sociais de afrodescendente no Brasil, e a incriminar, constitucionalmente, as ideologias responsáveis por essas desigualdades sociais.

Depois disso, surgiram os institutos de pesquisas aplicadas, IBGE e IPEA etc. a estudarem as relações sociais no Brasil, constando, através de dados estatísticos, as péssimas condições sociais em que se encontrava população afrodescendente no país, marginalizada dos ambientes sociais.

Em suma, foi esse contexto histórico que permitiu no Brasil, o surgimento, a partir de 2000, do sistema de cotas para afro-brasileiros em universidades públicas, que é uma dos planos de “Ações Afirmativas”, defendidas em três conferências mundiais para erradicação do racismo, xenofobia e intolerância na sociedade brasileira, e que por sua vez, foi assumido por diversas instituições públicas de ensino superior, inclusive pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, em 2003 a inserir negros e indígenas no ensino superior.

### **1.1 Breve história da escravidão do negro no Brasil**

A princípio, para se entender sobre “a escravidão da população negra no Brasil” é preciso voltar ao ano de 1500, porque não há como abordar a questão da escravidão no Brasil, sem que se remeta, ao modo como tudo isso começou, ou seja, os fatos imprescindíveis, que fizeram com que os negros viessem ao Brasil.

Sendo assim, a vinda dos negros ao território brasileiro, começou quando os navegantes portugueses descobriram o território brasileiro. Uma terra extensa, ricas em minerais e matérias primas e, lugar de habitação de um povo, que os portugueses, na época da colonização denominaram de índios. Segundo o relato de Caminha P.V (2009, p.93), esses a quem eles denominavam de índios, “Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijamente sobre o batel”;

Essa redescoberta dos indígenas, de acordo com Munanga & Gomes N.L (2006a, p.07) provocou na Europa entre o século XV e XVII uma série de discussões, tanto religiosas quanto científicas, concernente às qualidades de seres humanos desses povos, uma vez que não falavam nenhuma língua europeia; seus costumes eram bárbaros, sua cor de pele era parda, diferente de qualquer outra que já existiu.

E não trajavam roupas que lhes cobrissem seus corpos e se alimentavam de animais de caça e, assim, concluíam os portugueses, com tais argumentos, que os indígenas



brasileiros, talvez não fossem seres humanos. O centro dessas discussões foi a Península Ibérica, mais precisamente, Portugal e Espanha.

A partir de argumentos científicos e teológicos os europeus tentavam provar, se os índios com seus costumes religiosos, suas práticas culturais, e seus modos de vida peculiar, eram também filhos de Deus, descendentes de Adão. “Vasculharam, para isso, as bíblias e escrituras sagradas” (p. 12), para saber se eram realmente descendentes de Adão, ou mais precisamente, seres humanos. Ao analisar escrituras sagradas constataram, por fim, o vínculo dos índios ao Deus de Adão, ou melhor, constatam os índios como filhos de Deus e, portanto, um ser humano (MUNANGA & GOMES, 2006a, p.12).

Embora, porém, os europeus tenham reconhecido os índios como filhos de Deus, havia, segundo Munanga & Gomes N. (2006b p.14) outro ponto a se questionar: “Eram humanos, mas diferentes dos europeus”. Diferentes porque andavam nus, não cultuavam o mesmo Deus cristão; comiam e bebiam coisas inusitadas; tinham outras formas de organizações sociais e políticas; não tinham escritas; usavam técnicas variadas para explorar a natureza, consideradas pelos portugueses como muito rudimentares, entre outros aspectos.

Por esses questionamentos, os indígenas, na visão dos portugueses, apesar de seres humanos, foram considerados, assim, inferiores, indigno de viver, tal como um europeu. Além dessas características, havia a diferença inscrita corpo. A cor de pele, e os traços morfológicos, (nariz, lábios, formato da cabeça, queixo, textura do cabelo), que eram o que, de certo modo, diferenciavam índios de europeus.

Além disso, por ser impossível, e por não ter com que mudar a forma física dos índios, que eram para os portugueses, algo que foge ao natural humano, estranho aos seus olhos, mas, nitidamente, diferentes. Nesse sentido, arquitetaram, pois, um plano para mudar a sua cultura, que era representada como inferior, aos olhos do branco europeizado.

Começando, de início, pela conversão à religião católica, e, gradativamente, impuseram à visão ocidental e catequética, e todos os aspectos que lhe são inerentes. Aculturando os indígenas, com o ensino da língua da época e, junto a isso, uma sucessão de práticas convencionais, como a quem deve e como deve temer os modos de se comportar, e quem deveriam respeitar e acreditar, e que leis deveriam seguir.

Aparentemente, é apenas missão civilizadora, mas por trás havia um simulacro, um discurso com intuito de dominação. O ato aparentemente religioso, de amor para com o próximo era, na realidade, uma forma de dominação de território e político, com exploração econômica, de riquezas naturais e substituição cultural, por outra considerada superior e melhor.

Dominação política realizada pela ocupação do território pelos estrangeiros portugueses. Faziam incursões em terras indígenas, instalando capitanias (pequenas províncias) e outras formas de ocupação comuns na época às regiões invadidas. Os bandeirantes, considerados como heróis civilizadores, foram responsáveis pela invasão de terras e pelas atrocidades feitas aos povos indígenas. A presença da soberania estrangeira devia assegurar a exploração econômica. Terras abundantes, essências naturais, matérias-primas vegetais e minerais estavam todas prontas para serem exploradas para produzir riquezas. Mas faltavam uma condição fundamental que Portugal não era capaz de fornecer: a força de trabalho, a mão-de-obra gratuita. Na época, Portugal não era um país muito povoado para fornecer a quantidade de pessoas necessária para esta exploração. Além disso, seus habitantes não trocariam suas raízes pela aventura numa terra tão longínqua e desconhecida sobre a qual viajantes contavam histórias monstruosas. (MUNANGA E GOMES, 2006b, p.15).

A falta de material humano e mão-de-obra para cumprir os objetivos da missão portuguesa, para com a terra recém-descoberta, obrigou-os a buscar na própria terra invadida, junto à população local, que era, na verdade os indígenas. Poderiam, talvez, lhes oferecer uma remuneração, tal como é normalmente numa relação de trabalho, entre empregador e trabalhador, mas essa forma de trabalho estava na Europa do século VX, ainda em processo de estabilização, o que não poderia deixar de fazer, era extrair as matérias primas, os minerais preciosos, as riquezas da terra descoberta.

Para isso, os colonizadores recorreram a um procedimento chamado “escravidão” (idem, 2006b, p.16) “destituindo populações indígenas de todos os seus direitos sobre a terra e de seus ancestrais e de seus direitos humanos, transformando-os em força de trabalho”.

Segundo as pesquisas de Albuquerque & Filho (2006, p.41).

O índio escravizado era chamado de “negro da terra”, distinguindo-o assim do “negro da guiné”, como era identificado o escravo africano nos séculos XVI e XVII. Com o aumento da demanda por trabalho no corte do pau-brasil e depois nos engenhos, os colonizadores passaram a organizar expedições com o objetivo de capturar índios que habitavam em locais mais distantes da costa. Através das chamadas “guerras justas”, comunidades indígenas que resistiram à conversão ao catolicismo foram submetidas à escravidão.

Nesse procedimento escravocrata, os índios eram obrigados a trabalhar gratuitamente, sem remuneração. Alguns tentavam, por não aceitarem ser escravizados,

resistir ao regime, se escondendo entre as matas, mas eram caçados como animais e encurralados por invasores europeus armados com armas de fogo e cães treinados, alguns não sobreviviam às caçadas, outros, no entanto, morriam de infecções. O que se marcou nesse ponto é que existiam na época milhões de indígenas, hoje, este número está bem abaixo, do que se pode imaginar, já que foram exterminados por não aceitarem a escravidão (MUNANGA & GOMES N. 2006b, p.16).

Mas, convém salientar também, que, foi essa resistência indígena, o acontecimento marcante que fez com que os portugueses invasores trouxessem os negros africanos ao Brasil, para o trabalho escravo ao qual os indígenas não queriam se submeter, isto é, ser escravos dos europeus. É a partir desse acontecimento relevante, que se inicia o processo escravização de negros no território brasileiro, que perdurou cerca de 400 anos. Período em que homens, mulheres, crianças e jovens negros de diferentes idades, por motivos que concernem à cor de pele, foram retirados de suas terras de origens, e lavados ao Brasil para serem escravizados em formas de trabalhos desumanos e degradantes.

Seres livres em suas terras de origem, aqui foram despojados de sua humanidade através de um estatuto que fez deles apenas força animal de trabalho, coisa, mercadorias, ou objeto que podiam ser comprados e vendidos; fontes de riquezas para os traficantes, (vendedores) e investimentos em “máquinas animais” de trabalho para os compradores (senhores de engenho). Foi este regime escravista que fez do Brasil uma espécie de sociedade dividida e organizada em duas partes desiguais ( como uma sociedade de casta): uma parte formada por homens livres que, por coincidência histórica, é branca, e a outra formada por homens e mulheres escravizados que, também por coincidência histórica, é negra (MUNANGA & GOMES, 2006b, p.16).

O século XVI foi o marco da escravidão negros no Brasil. Período em que se começavam chegar os primeiros navios negreiros para trabalho escravo no país. Como não se dispõe de dados exatos, alguns teóricos presumem que foi por volta de 1516 e 1526, outros mencionam que os primeiros africanos foram trazidos ao país, na metade do século do XVI. O que evidentemente se pode constatar nisso, é que o século XVI foi, pois, o período em que se começaram a chegar às terras brasileiras os negros para o trabalho escravo em diferentes setores da economia, sobretudo, o de cana de açúcar.

A cana de açúcar, historicamente, teve suas origens na Nova Guiné, lugar onde era tida como planta silvestre e ornamental. De Nova Guiné esta planta disseminou-se para outras partes do mundo, como Indochina, Arquipélago da Malásia e em Bengala, se bem que seu

aparecimento como planta produtora de açúcar remete à Índia, mas os persas foram os primeiros a desenvolverem as técnicas de produção desse açúcar.

No ocidente, os portugueses e espanhóis, a partir do século XV, por sua vez, implementam a produção açucareira na Ilha de Madeira, Canárias, Cabo Verde e São Tomé, e na África Ocidental. Já na América do Sul, com o aval do Rei oficial, João III, as primeiras mudas de cana foram trazidas da ilha de Madeira para serem plantadas no território Brasileiro, por Martin Afonso de Souza, em 1532 (FILHO, J. 2009 p.24).

Sendo, portanto, o açúcar um produto muito raro, e vendido em gramas a altos preços, que foi necessariamente a primeira atividade rentável, com a qual se pode construir a base econômica do Brasil, e eram os negros africanos, “o motor humano,” que trabalhavam como escravos nos engenhos para fabricação desse açúcar. Embora, ao longo dos séculos, tenham surgido outras formas de agricultura, como o algodão, o café, e as de mineração, mas a produção de açúcar era uma das principais ferramentas de produção da economia brasileira.

Na primeira metade do século XVII, havia um número reduzido de imigrantes europeus no Brasil, a maioria veio de Portugal, que na época, tinha cerca de um milhão e meio de habitantes, e a população branca no ano 1718 e 1817, compunha-se aproximadamente de 1,3 milhão, isto é, 35% da população total era de origem europeia, o que significa que o resto, a maior parte da população, era de origem africana e indígenas.

A partir do começo do século XVIII, ao quebrar-se uma lei que proibia a imigração não portuguesa iniciou-se, assim, o percurso migratório de diversos países europeus, isso em decorrência de uma política de subvenção colonial que financiava as viagens desses imigrantes europeizados.

Desse modo, a partir do século XVIII, vieram alemães, suíços, italianos, espanhóis, franceses, irlandeses, poloneses, austríacos, belgas, sírios e libaneses, e da parte da Ásia, vieram os japoneses, que começaram a entrar no Brasil, no final do século, XIX e início do século XX, sobretudo a partir de 1908. De modo geral, o Brasil é um país multicultural, formado e constituído por diferentes culturas advindos de várias partes do mundo, que ao entrarem aqui, introduziram sua língua, seus costumes, seu modo de vida, ou seja, toda uma “bagagem cultural” produzida por um povo.

O brasileiro é, atualmente, originário de quatro continentes: América, Europa, África e Ásia e, sem contar a descendência indígena, que é um caráter brasileiro. Porém, um fato que não se pode negar no Brasil é a descendência africana, uma vez que esta constituiu, por sinal, a maioria da população da brasileira. O afro-brasileiro da atualidade é, indubitavelmente,

descendente de africanos trazidos para o Brasil, através do tráfico negreiro, que é considerado uma das maiores tragédias da humanidade (idem, 2006b, p.17).

## 1.2 Breve história do negro no Brasil, pós-escravidão

A escravidão de negros no Brasil só chegou ao fim no século XIX, mais precisamente, em 13 de maio de 1888, com a abolição da escravatura no Brasil, quando a princesa Isabel<sup>5</sup>, instituiu Lei Áurea, que põe o fim da escravidão no país. O Brasil foi uma das últimas nações a extinguir a escravidão e, última a extingui-la na América, enquanto outros países: Estados Unidos, Equador, Caribe já haviam acabado com tráfico negreiro. Mas essa abolição da escravatura culminou não pelo fato de Portugal ser tributário de um conjunto de valores humanitários, ou por que a princesa Isabel estava preocupada com a questão dos negros sendo escravizados no seu período, ao contrário: Para <sup>6</sup>Filho A. (2008, p.31).

[...] a partir das últimas décadas do século 18 as relações entre o continente europeu e o americano começaram a transformar-se. O chamado “pacto colonial”, caracterizado pelo exclusivismo do comércio das colônias para suas respectivas metrópoles, entrava em declínio. A ascensão do capitalismo industrial era incomparável com a existência de qualquer monopólio colonial e a destruição desde era condição primordial para o seu desenvolvimento.

Foram, portanto, as reviravoltas na Europa e nas Américas, mais precisamente a revolução industrial na Inglaterra, emergindo, dessa forma, capitalismo, com seus modos de produção, no final do século XIX, que, juntamente com as pressões abolicionistas reivindicando o fim do tráfico negreiro, a extinção do trabalho escravo, que determinaram, de fato, assinatura da lei Áurea, pela princesa Isabel, que instituía a libertação oficial dos negros no Brasil, e não o fato de que a princesa era tributária de um conjunto de princípios humanísticos, que via a situação desumana dos negros sendo escravizados nas terras brasileiras. Segundo ele, ainda:

---

<sup>6</sup> FILHO, A.A. Manuel Bonfim: **combate ao racismo, educação popular e democracia radical**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

Com a expansão das novas relações de produção, o Estado burguês europeu foi perdendo sua fama absolutista e estruturando-se em princípios democráticos, inspirados em ideais, colocados na ordem no dia da Revolução Francesa de 1789. Paralelamente, nas primeiras décadas do século 19, as colônias européias, no novo mundo, deram brado de independência e foram se adaptando-se às exigências de nova realidade internacional existente e abolindo a escravidão (FILHO, A. 2006, p.40).

Com o fim da escravidão de negros no Brasil, surge, um questionamento inerente ao afrodescendente liberto. Como ele vai sobreviver numa sociedade, sem escravidão, mas desigual, isto é, sem condições sócias de sobrevivência? O fim da escravidão, não só representou a libertação, mas também significa reconhecer o afro-brasileiro como um cidadão de direito, como qualquer outro branco. E esse foi o lema de muitos negros ex-escravos, que viam a abolição da escravatura, não só como fim do cativo, mas como a liberdade de acesso aos lugares sociais, como um emprego, o acesso à educação e todos direitos sociais subjacentes ao homem branco. Albuquerque & Filho (2006, p.199;) referindo ao negro apontam que,

Para os ex-escravos e para as demais camadas da população negra, a abolição não representou apenas o fim do cativo. Para eles a abolição deveria ter como consequência também o acesso a terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca.

Mas, mesmo sendo liberto do cativo, não havia um plano de educação para população afrodescendente, ex-escrava, ou melhor, uma cidadania firmada na lei, o que, de fato havia, era libertação oficial declarada e legislada.

Há pouco mais de uma década fora abolida a escravidão e proclamada A República. Havia no país um imenso número de analfabetos impedidos de se valer na plenitude da cidadania, marginalizados que estavam, pela total falta de escolaridade e inclusive excluído do direito ao voto pela constituição de 1891. No que diz respeito à educação, o novo regime estava preso às diretrizes traçadas por Benjamin Constant, ministro de instrução pública do governo provisório. Em que pese a série de inovações por ele introduzidas, no que se refere ao ensino primário nada fez (idem, A. 2008, p.60).

Quem, de fato, impulsionou uma reestruturação dos direitos dos afro-brasileiros de poderem integrarem-se nos lugares sociais, no período pós-escravidão, foram os movimentos sociais do século XX, sobretudo os dos negros. Os Movimentos Negros

desencadearam um conjunto de reivindicações, alicerçadas em princípios democráticos e humanísticos, a ser efetivada na sociedade brasileira, em referência aos afrodescendentes marginalizados e excluídos, como: direito a terra, à educação, à saúde e ao trabalho renumerado.

Isso, efetivamente, num contexto brasileiro, marcado por “teorias raciais”, num país que, embora, pós-escravista, dominava algumas doutrinas científicas, que justificavam as desigualdades sociais entre brancos e negros, o chamado “racismo científico”. Essas teorias racistas foram inventadas na Europa e nos Estados Unidos, para explicar as origens e características de certos grupos humanos.

No Brasil, essas teorias tiveram aceitação entre 1870 e 1930. Tinham por base teórica, argumentos biológicos da época, que partiam do pressuposto de que a humanidade podia ser classificada por estágios civilizatórios: de que a sociedade europeia era mais adiantada do que os africanos e os indígenas, tidos como bárbaros e atrasados.

Na época, havia quatro argumentos que tiveram grande aceitação na sociedade brasileira daquele tempo: o de que havia raças diferentes entre os homens; que “a raça branca” era superior “à raça negra.” Eram convictos de que havia a relação entre raças, características físicas, valores e comportamentos; e, ainda, que as raças estavam em constante evolução; e por último de que a sociedade pudesse ir de um estágio menos desenvolvido para outro, mais adiantado.

Salienta-se ainda, que essas teorias raciais, só começaram no Brasil, a partir do discurso da “política do branqueamento da cultura brasileira,” em que alguns brasileiros, não concordando, com a multiplicidade racial no país, foram buscar referenciais teóricos, explicativos, para justificar essa diversidade cultural que havia na época. Foi, dessa forma, que começou o racismo científico, a criação de ferramentas ideológicas” para manter homogeneidade da realidade (ALBUQUERQUE & FILHO, 2006, p. 205-208), exclusão, e preconceito na sociedade brasileira.

Para Munanga (1999a, p. 50)

Ao abordar a questão da mestiçagem, no final do século XIX, os pensadores brasileiros se alimentaram sem dúvida do referencial teórico desenhado pelos cientistas ocidentais, isto é, europeus e americanos de sua época e da época anterior. [...] a ideia da mestiçagem tida ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais: as ideias da degenerescência da mestiçagem, etc., todo o arcabouço pseudocientífico engendrado pela especulação cerebral

ocidental repercute com todas suas contradições no pensamento racial da elite intelectual brasileira.

Diante da imensa quantidade de negros, indígenas e pardos, tiveram que importar imigrantes europeus para branquear a sociedade brasileira. Dessa forma, foi criada a ideologia da mestiçagem “sugerindo a predominância de relações harmoniosas entre raças e culturas diferentes, que seria convencionalmente definido como democracia racial” (SILVA, 2010, p.68). E, dessa forma, surgiu o famoso mulato, um grupo “intermediário” que na época, era tanto branco como negro, isto é, “miscigenado,” segundo a concepção defendida na democracia racial, (FREIRE, 2003) o mulato seria, o que iria diminuir as tensões raciais amenizar os efeitos da diversidade racial, e suas produções culturais no país.

Nascimento, (1978, p.93) em referência a essa democracia racial explica que;

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo nos Estados Unidos e legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado dos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso; à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio se vem perpetrando contra o afrobrasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavrassenha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes.

Silva (2010, p.69) argumenta que a mestiçagem, a partir 1889, início da fase republicana, até meados do século XX, inserido numa concepção religiosa, é vista como caminho de salvação, para construção da nação brasileira, em que o mestiço representaria como símbolo nacional tanto de “harmonia racial,” “tanto como possibilidade de embranquecimento gradativo da nação”.

Já Silverio (2004, p.42) complementa dizendo que “a tensão existente entre harmonia racial e embranquecimento é acirrada pela impossibilidade/incapacidade de reconhecer



horizontalmente a igualdade entre todos no interior de uma pluralidade de raças e cores tratadas e pensadas hierarquicamente”.

Nesse sentido, o Brasil do final do século XIX, e início do século XX, era marcado por um grande contingente de negros, indígenas e pardos, essas teorias raciais serviram como “pano de fundo,” discurso ideológico e racismo científico, para impedir que afrodescendentes libertos tivessem acesso aos direitos sociais e, com isso, só aumentavam as desigualdades no contexto brasileiro, uma vez que, através dessas teorias raciais e articulada a elas, uma multiplicidade de preconceitos”, interditava o acesso dos negros aos lugares sociais, como à educação, trabalho e uma vida digna.

Durante o período pós-abolição o discurso da democracia racial, foi usado no Brasil para explicar as relações raciais entre brancos e negros na sociedade, o que, transformou o povo brasileiro no exterior, e em outras nações pelo mundo, como “modelos de nação civilizada e organizada, simplesmente por estar representando, em tese, conviver em harmonia com as pessoas de origem europeia, africana e indígena”. Segundo Telles (2003, p.50)

Por volta da década de 50, o Brasil havia adquirido reputação internacional por sua democracia racial. Por isso, a UNESCO encomendou uma série de estudos para compreender o segredo da reputada harmonia racial do Brasil num mundo marcado pelos horrores do racismo e do genocídio. Florestan Fernandes, da Universidade de São Paulo, fora nomeado o principal pesquisador brasileiro do projeto da UNESCO. Suas conclusões surpreenderam seus patrocinadores por constituírem a primeira contestação de peso à imagem de democracia racial no Brasil, levando a uma primeira ruptura clara com as ideias de Freyre.

Os estudos da UNESCO constataram não existir democracia racial no Brasil, ao contrário, havia um preconceito racial inerente a um preconceito de classe arraigado na sociedade brasileira, contra os afrodescendentes. Fernandes (1972a, p. 40-41) pondera que essa democracia racial apenas serviu para;

Generalizar a consciência falsa da realidade racial, suscitando todo um elenco de convicções etnocêntricas: 1ª a ideia de que o negro não tem problema no Brasil; 2ª) a ideia de que, pela própria índole do Povo Brasileiro, não existe distinções raciais entre nós; 3ª) A ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e poder foram distintas e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial de São Paulo; 4ª a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá, outro problema de justiça social com referência

“ao negro,” excetuando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania.

A democracia racial atravessou as décadas no Brasil, até chegar aos anos 70, ainda, contudo, com uma concepção hegemônica, a dissimular as práticas preconceituosas e racistas aos afrodescendentes na sociedade brasileira. Porém, dessa vez, não do mesmo jeito, uma vez que, com início da redemocratização emergem, na sociedade brasileira, os movimentos sociais, ou mais especificamente, “o Movimento Negro”, com um discurso de crítica às concepções biológicas que defendem “mestiçagem” “a harmonia racial”, quando na verdade, havia todo um contexto de desigualdades sociais no Brasil.

O Movimento Negro surge na década de 70, a denunciar às exclusões, as discriminações raciais, as desigualdades sociais e, pois, a desmascarar o projeto ideológico instituído nas décadas passadas, sobre a questão da igualdade entre raças.

[...] o movimento negro no Brasil, mesmo considerando a ampla diversidade de suas organizações, assumiu uma postura explícita de denúncia contra as práticas racistas e discriminatórias, bem como de reivindicação dos direitos de cidadania, passando a dialogar qualitativamente, também, com outras instâncias do movimento social e com setores diversos da sociedade brasileira (SILVA, 2010, p.70).

O que motivou essas transformações no cenário mundial, e que forçou as estruturas sociais a se organizar em movimentos sociais, já é, em si, influência direta das lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos e pela independência dos países africanos sob o domínio português, e essa emergência do Movimento Negro no Brasil, não é, senão, influência desse rompimento com estruturas hegemônicas da sociedade colonial e imperialista, que mantinham o controle ideológico da sociedade.

Ainda no século XX, no plano acadêmico, surgem as militâncias negras, as pesquisas científicas, “a estudar as questões do racismo, do preconceito, as desigualdades raciais, fundamentadas em estatísticas comensuráveis.” Esses estudos, referem-se tanto aos de níveis acadêmicos: como monografias, dissertações e teses a dados estatísticos, desenvolvidos por agências de pesquisas, como IBGE e IPEA e outras, como a mesma proposta de pesquisa, concernentes à população negra (SILVA, 2010, p. 70). Dados que se referem aos processos de exclusão, participação política, identidade étnica e mobilizações culturais, a partir dos quais, puderam-se exigir das estruturas governamentais, novas formulações concernentes ao afro-brasileiro.

Os estudos estatísticos, produzidos na época por essas agências, examinaram e confirmaram que os efeitos do racismo e do preconceito, apesar de terem findado nos períodos da democracia racial e da escravidão, ainda podem ser sentidos, isto é, continuavam presentes na sociedade brasileira, isso se pode ser verificado nos quadros de marginalização, exclusão e desigualdades sociais entre brancos e negros na sociedade. Tais dados exigiam-se um posicionamento, um comprometimento do Estado em relação à população negra no país, um conjunto de medidas, políticas públicas de superação do racismo na sociedade brasileira (SILVA, 2010, p. 70).

No Brasil, o Movimento Negro no século XX e XXI, juntamente, com outros militantes, em pleitos políticos, vem reivindicando e elaborando algumas propostas para a erradicação do racismo na sociedade, começando, pela escola brasileira. Segundo Gomes N.L. (2010b, p.102) “desde a educação básica até ao ensino superior é responsável por construir práticas, projetos e iniciativas eficazes de combate ao racismo e a superação das desigualdades sociais”.

Hoje, a escola brasileira, no ensino básico, é obrigada a ensinar História e Cultura Afro-brasileira no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas, isso em decorrência da Lei Federal 10.639, sancionada em 2003, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Por outro lado, no ensino superior a proposta é o sistema de cotas para o acesso de afrodescendentes e indígenas à educação superior, para concorrerem entre si, de forma a aumentar a representação desses grupos étnicos em ambientes sociais e, conseqüentemente, a acabar com as desigualdades sociais na sociedade, que, historicamente, sempre teve o afro-brasileiro à margem da sociedade, impedido de participar dos mesmos lugares que o branco.

Assim, o sistema de cotas e o ensino da cultura afrodescendente nas escolas públicas e privadas, são, portanto políticas públicas, ou medidas públicas, isto é, “Ações Afirmativas”, discutidas em três Conferências Mundiais contra o racismo, preconceito e intolerância na sociedade, tendo como referência à questão do negro na sociedade brasileira (idem).

A primeira dessas Conferências Mundiais ocorreu 1978, e a segunda em 1983 em Genebra na Suíça. Já a III Conferência Mundial foi em Durban, África do Sul, em 31 de agosto de 2001, com a participação de 189 nações. Nessa última Conferência, foi feita uma declaração e um programa de ação em que os representantes de cada nação assinaram comprometendo-se a adotar Ações Afirmativas em suas respectivas nações.

Athayde (2010, p.16) examina que,

Nesse relatório, no que tange às propostas em benefício aos negros e aos indígenas, temos uma manifestação de profunda preocupação com os indicadores nas áreas da educação, do emprego, da saúde, moradia, da mortalidade infantil e da esperança de vida de muitos povos, revelando situação de desvantagem, principalmente, quando, entre fatores que para isso contribuem a exclusão está presente o preconceito. Reconheceram, que em muitos países a desigualdade histórica que afeta estes sujeitos em termos de acesso à educação, aos cuidados de saúde e à habitação, constitui uma causa profunda das desigualdades sócio-econômicas de que são vítimas. Perceberam que condições políticas, econômicas, culturais e sociais cujos princípios são contrários à equidade podem originar e estimular o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância.

A situação do afrodescendente e do indígena no Brasil não é das melhores, apesar ter cessado o cativeiro, a democracia racial, não significa dizer, que não há igualdade racial na sociedade brasileira, ao contrário, as desigualdades econômicas e sociais são fatores, ainda de maior exclusão desses grupos étnicos de espaços institucionalizados.

As pesquisas do IBGE de 2003 a 2013 no que se refere à média salarial entre brancos e negros no Brasil, ainda mostram um certa desigualdade salarial entre um grupo social e outro. Segundo esse instituto de pesquisa:

A média anual do rendimento dos trabalhadores de cor preta ou parda (R\$ 1.374,79) continua sendo inferior à dos trabalhadores de cor branca (R\$ 2.396,74). Em 2013, comparando as médias anuais dos rendimentos dos trabalhadores de cor branca com os de cor preta ou parda, verificou-se que os trabalhadores de cor preta ou parda ganham 57,4% do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca. Em 2003, a relação era de 48,4%. Os dados mostram que esta relação se alterou desde o início da série da pesquisa, dado que a média anual do rendimento médio mensal real dos trabalhadores de cor branca, em 2013, cresceu 27,8%, em comparação a 2003, enquanto a média anual dos trabalhadores de cor preta ou parda, no mesmo período, subiu 51,4%.

Em outras palavras, existe ainda na sociedade brasileira um predomínio dos brancos sobre os afrodescendentes e os indígenas. E um dos fatores que contribui para essa questão são os preconceitos de cor, que derivam de uma posição histórica e ideológica que discriminam e marginalizam afro-brasileiros e indígenas dos espaços sociais, inibindo-os de terem acesso à educação, ao emprego, à saúde, que são, em regra, primordiais para constituição de uma sociedade igualitária.

Assim, o Brasil, cômico dessas desigualdades de acesso dos negros e indígenas dos ambientes sociais, desenvolveu no país a políticas das cotas nas universidades públicas, denominadas “Ações Afirmativas”. Estas de acordo com Gomes J.B (2001, p.40) é,

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas à discriminação racial, de gênero, de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. Diferentemente das políticas anti-discriminatórias tradicionais baseadas em leis de conteúdo meramente proibitivo, que se singularizam por oferecerem às respectivas vítimas tão somente instrumentos de caráter reparatório e de intervenção ex post facto, as ações afirmativas têm natureza multifacetária, e visam evitar que a discriminação se verifique nas formas usualmente conhecidas – isto é, formalmente, por meio de normas de aplicação geral ou específica, ou através de mecanismos informais, difusos, estruturais, enraizados nas práticas culturais e no imaginário.

Este tipo de política não é algo criado “de qualquer jeito”, sem nenhuma finalidade, pois outras nações pelo mundo desenvolveram-na tendo o propósito de inibir com as formas de preconceito e as desigualdades sociais na sociedade. Sendo assim, a Índia foi a pioneira na implementação e implantação do sistema de cotas no século XX, efetivando-a no ano de 1949. Como a sociedade indiana é dividido rigidamente em casta superior e inferior, governo determina até hoje, a obrigatoriedade das cotas em serviços públicos, na educação e em todos os órgãos estatais.

Já nos Estados Unidos (EUA) argumenta ainda Athayde (2011, p.28) afirmando que,

As ações afirmativas tiveram maiores visibilidade por meio da promulgação das Leis dos Direitos Civis de 1964, atribuída pelo governo dos Estados Unidos da América. As discussões foram fortemente marcadas pelo 28 Welfare State<sup>8</sup>, as medidas visavam o estabelecimento de mecanismos que de alguma forma poderia solucionar a marginalização social e econômica do negro na sociedade norte-americana.

O termo Ações Afirmativas foi empregado pela primeira vez pelo presidente John F. Kennedy em 1960, em resposta às discrepâncias sociais que havia na sociedade americana entre brancos e negros, um contexto social, que exigia uma postura séria do governo no combate à discriminação racial e melhoria efetiva daqueles que tiveram seus direitos sociais negados, impedidos de acessos aos lugares sociais.

Por outro lado, o sistema de cotas no Brasil começou ser efetivado, a partir de 2000, em aproximadamente 34 universidades brasileiras, com o objetivo de abrir cotas nos cursos de graduação para afrodescendentes e indígenas. Universidades como UEMS, UNESP, UERJ, UFBA e UEM, etc. aderiram o sistema de reserva de vagas. No que concerne à UEMS, que é objetivo desta pesquisa, foi uma das primeiras universidades públicas a implementar o sistema de cotas no Brasil. Sua implantação foi em meados de 2003, através de conquistas do movimento negro e lideranças indígenas, e ainda, por meio de uma lei estadual, a Resolução CEPE/UEMS n°. 382/03, que regulamentou o sistema de cotas no Mato Grosso do Sul.

Em 2012, o governo brasileiro aprovou em Plenário Federal a legalização do sistema de cotas nas universidades públicas. Mas com um acréscimo: a lei que destinava 10% das vagas a negros e a indígenas, mudou-se para uma, em que os afrodescendentes, indígenas e os pobres, têm direito a 50% das vagas nas universidades públicas, o que mostra que o sistema de cotas, além de beneficiar negros e indígenas, beneficia diretamente as pessoas mais carentes, com baixas condições sociais.

## **CAPÍTULO II.**

### **SUPORTE TEÓRICO**

A área dos estudos da linguagem ganhou em 1960, na França, com as pesquisas de Michel Pêcheux, uma abordagem para se tratar da questão do texto, entendido como uma materialidade discursiva. Um dispositivo de análise, cuja função não é de certo modo extrair o sentido da materialidade textual, como fazia análise de conteúdo, mas de teorizar como que este produz sentido, ou seja, como que um discurso em si mesmo produz sentido.

Assim, surgiu em 1960, a Análise de Discurso de Linha Francesa, cuja proposta é ser um dispositivo de análise, que articula o linguístico e social, inscritos em práticas históricas, que coloca, pois, o não dito em relação ao dito, e, não, por outro lado, uma teoria que extrai o conteúdo do texto. Muitos menos, ser uma teoria da comunicação, como é aquela concebida por Jakobson, que analisa o texto como um processo de decodificação, em que propunha um modelo de língua como transparente, isto é, um processo em que há um emissor que transmite uma mensagem a um receptor, formulada por meio de um código, referindo há algum elemento da realidade.

Orlandi (1999b, p. 21b) em oposição teoria da comunicação de Jakobson, afirma que não há necessariamente transmissão de informação, mas, sim, um “efeito de sentido entre interlocutores”, já que os sujeitos não estão distante do processo discursivo, ao contrário, atuam em posições sujeitos. Conforme as palavras literais da autora.

Para a Análise do discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim realizado: alguém fala, refere a alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a. Na realidade, a língua não é um código entre outros, não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa sequência em que primeiro fala e depois o outro decodifica. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação e não estão separados de forma estanque.

Convém salientar, ainda que a Análise do Discurso, ao se constituir como tal, filiou-se a áreas do conhecimento, a disciplinas da área das Ciências Humanas, ao mesmo tempo, rompeu com elas, fez um recorte epistemológico, com intuito de torna-la uma disciplina autônoma.

Disciplina como a Linguística de Saussure, que propõe a não transparência da língua; o Materialismo Histórico de Marx, numa releitura de Althusser, como a Teoria dos Modos e Processo de Organização Social e Histórico; O Inconsciente de Freud numa releitura de Lacan, que contribui com a noção de sujeito, afirmando que este é moldado pelo inconsciente, enquanto estruturado em linguagem, o que significa que ele é constituído no/pelo outro num lugar já-significado. A partir dessas áreas inaugurou-se na França, em meado de 1960 a Análise de Discurso de Linha Francesa.

Esse dispositivo não busca extrair o sentido do texto, mas mostrar como que ele produz sentido. Portanto, em AD, de acordo com Orlandi (2008c, p. 69), o “discurso” é uma prática, ou melhor, “uma efeito de sentido entre interlocutores”, produzido pela inscrição da língua na história, regida pelos mecanismos ideológicos, já que o discurso como prática traz em si, as marcas da articulação da língua com a história para significar.

“Partindo da ideia de que a materialidade específica da “ideologia” é o “discurso” e a materialidade do discurso é a língua; trabalha-se com a relação entre língua, discurso e ideologia” (ORLANDI, 1999b, p.17). O discurso é um espaço de lutas e conflitos. Todo discurso tem uma relação histórica e ideológica que se manifesta através da linguagem, marcando sua relação de poder e de sentido.

O “sujeito” na teoria da AD Francesa é concebido por Pêcheux (1997a) como assujeitado, aquele que é interpelado pela ideologia. “O sujeito de linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como ela o afeta” (ORLANDI, 1999b, p.20). Pode ocupar vários espaços ao mesmo tempo, podendo transitar pelos discursos, ocupando uma determinada posição social, de acordo com o objeto de seu desejo, e ao mesmo tempo, romper-se e trafegar no discurso e inscrever em outro.

Orlandi (1988a, p. 69a) argumenta que esse sujeito passa por dois esquecimentos na linguagem, o duplo efeito-sujeito: O primeiro efeito de ser a fonte do que diz, quando, na realidade, retoma sentidos “preexistentes”). Já o segundo”, na realidade de seu pensamento, as palavras só poderia ser ditas de um modo isto é, enuncia uma palavra esquece outras que poderiam ser ditas ali.

Por isso que, na linguagem, isto é, ao enunciar o sujeito se posta como origem do dizer, e se representa como se o discurso fosse transparente. Esse efeito não funcionaria na sem os processos ideológicos, que moldam o discurso, fazendo com que uma palavra torna-se tão literal, transparente e evidente, em outras palavras, esse mecanismo ideológicos ilude o sujeito, de tal forma, que a interpretação é praticamente dada e, não ao contrário, porque ele



não pode fazer/significar, mas é levado a dizer o que isto quer dizer.

A despeito desse efeito ideológico da linguagem Orlandi (2008c, p. 22c) caracteriza a ideologia “pela fixação de conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade”. De modo mais abrangente, a ideologia é um mecanismo de naturalização dos sentidos, o que mostra que a língua não é clara, mas opaca, pois há instaurações de dizeres, que não são do sujeito, mas de posições discursivas que se inserem na origem do dizer.

Isso, evidentemente, é determinado pelas formações discursivas que, por meio das formações ideológicas, faz com que uma palavra não signifique em si mesma, mas oriunda de posições que se postam na origem do discurso.

Para que se compreendam os processos de constituição do sujeito e a produção e circulação dos sentidos enunciados por ele, é de suma importância que se compreenda também a ideologia, que segundo Orlandi (2008c, p. 22) “se caracteriza assim pela fixação do conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade linguagem e da história”. Frente ao dizer, o sujeito possui a ilusão de transparência da linguagem, já que histórico não lhe é apresentado, o sentido aparece nos enunciados como naturais, sem referente histórico.

A "ideologia", dessa forma, é um mecanismo que promove o aparecimento de certos sentidos e não de outros, criando para o sujeito um efeito de transparência. Assim, enquanto prática significativa, a ideologia aparece como (idem, 2008c) efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentidos, pois a história é o elemento constitutivo da língua formando-a no processo de significação. Não é a história que afeta a língua: a língua se inscreve na história, sendo essas duas inseparáveis.

Esse processo é determinado pelas "formações ideológicas", por meio de "formações discursivas" que segundo Pêcheux (1997a, p. 160), é “aquilo que pode e deve ser dito, numa conjuntura, numa posição dada” que naturalizam um conjunto de representações saberes e dizeres possíveis, para um sujeito em uma conjuntura dada fazendo parecer óbvio que se diga de um modo, e não de outro. A ideologia é responsável pela produção de evidências que coloca sujeito em relação imaginária com suas condições de históricas de existência, fornecendo sentidos tidos como naturais.

Salienta-se ainda, que o sujeito do discurso, para enunciar, o faz a partir de algo já-dito, que sempre fala antes, sob a dominação das formações ideológicas. Nesse ponto, surge o conceito de “interdiscurso”, que para Orlandi (2008c, p. 59) “é o conjunto de dizeres já-ditos e esquecidos que determinam o dizer, isto é, discursos já-ditos inscritos na memória

discursiva, que se retomam e se atualizam na enunciação.

Esses dizeres são retomados, porque há uma estrutura que armazena todos os discursos produzidos, é o que Pêcheux (1999d), chama de “memória discursiva”. Ela, além de ser um mecanismo de repetição, de deslocamento de sentidos, é constituída por “silêncio” (ORLANDI, 2008c), ou seja, discursos não ditos na enunciação, que estão armazenados na memória, e são apagados, por mecanismos ideológicos e de poder que regem os discursos.

De modo específico, o silêncio na linguagem significa que todo dizer apaga necessariamente outros, produzindo um silêncio sobre os outros enunciados. Assim, a memória discursiva é entendida por Pêcheux (1999d), não como memória saudosista, isto é, lembrança de uma determinada época, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscritas em práticas históricas, e da memória construída do historiador. Para ele a memória, enquanto conjunto práticas históricas não poderia,

[...] concebida como uma esfera plana, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de reservatório: è necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamento, e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramento réplicas, pôlemicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 1999d, p. 56).

Michel Pêcheux, ao conceber a memória como um espaço de deslocamento, de disputas, de polêmicas, põe em evidência, que o mesmo da palavra abra-se então o jogo da metáfora, com outras possibilidades de articulação discursiva, de forma que o já-dito, do já significado, possa brotar o novo, acontecimento, cujo movimento determinado pelas formações discursivas. Uma espécie de repetição vertical, em que a memória esburaca-se perfura-se antes mesmo de se desdobrar-se em paráfrase. São uns buracos provocados pelo acontecimento, uma outra série sob a primeira desmascarando o aparecimento de um série que não estava constituída enquanto tal e que é assim o produto do acontecimento.

Nesse sentido, pois, que a Análise de Discurso de linha Francesa, como teoria dos funcionamentos discursivos, compreende a formação da identidade do sujeito em seus movimentos pela história (idem, 2008c), em que esta forma os processos de significação dando condições do sujeito dizer o quer dizer, querer dizer o que foi significado para dizer. Em outras palavras, fazer circular o que lhe foi imposto no dizer, cumprindo, assim, a posição ideológica que lhe foi dada e imposta, como enunciador de um processo, em que a língua, com possibilidade de falhas, fornece os mecanismos linguísticos ( sintaxe) para enunciar (ORLANDI, 2008, p. 23).

## 1.1 Condições de Produção do discurso do Não afrodescendente sobre as cotas

Enunciar sobre a Política de Reparação Histórica, isto é, o sistema de cotas, exige do sujeito, um saber, uma apropriação de uma memória discursiva, um conjunto de práticas sócio-históricas (PÊCHEUX, 1997a) no qual, o negro no Brasil é escravizado, excluído, de maneira que os sentidos de direito à vida, ao ser humano, ao trabalho, à escolarização e a cidadania são interditados e impedidos de significar pelas instituições.

O que faz circular e inscrever um dizer na ordem do discurso, em que negar ao afro-brasileiro um espaço social é uma forma de criar um efeito de sentido de normalidade, causalidade, em outras palavras, uma forma de se enfatizar que o afrodescendente por não ter uma cor e uma condição social legitimada historicamente a significar, deve ser excluído e marginalizado dos espaços sociais.

Embora, não exista escravidão no Brasil, o procedimento de excluir, marginalizar ainda se prolifera de forma latente na sociedade brasileira, e se percebe isso, nas práticas discursivas, onde os dizeres de exclusão se mostram na subjetividade, uma vez que a memória ainda se faz presente reatualizando práticas. O que havia se perdido no tempo e esquecido, firma-se nessa subjetividade, ainda produzindo “efeitos de sentido”, (ORLANDI, 1988a) como também formulando e reformulando “a identidade do afrodescendente” (GOMES, 2010b).

Essa identidade negra:

“se constitui a partir deste paradoxo: afirmar e legitimar uma minoria é afirmar e legitimar uma maioria dominante, cujo centro que lhe constitui é sustentado exatamente por esse fora que precisa ser assim significado para justificar a relação de poder que o institui”.  
(FERREIRA, R. 2006, p. 190)

O Brasil, embora, por meios jurídicos tenha reconhecido e legislado uma possível liberdade dos negros, como abolição da escravatura no século XIX, e, conseqüentemente, a formulação da constituição brasileira, a fim de mostrar, em regra, o caráter democrático do país, como paradigma de mundo, onde todos possuem o mesmo direito, criando por isso, um sentido de reconhecimento, de liberdade de ir e vir, e de um país em que não existe preconceito de cor, raça ou religião, e que educação, saúde, trabalho, moradia são direitos de todos (CF, 1988).

O que, na realidade, tais práticas, no Brasil, visam, necessariamente, produzir um

sentido de homogeneidade das práticas sociais, isto é, não há e nunca existiram ferramentas de exclusão de afrodescendente no país, apenas, cumpriu-se o objetivo do contexto político, a exigência econômica da sociedade, em mostrar que todos vivem com uma certa universalidade dos direitos, e uma certa harmonia social, quando na realidade, os sentidos silenciados e interditados, negam a própria realidade.

Mostrando que os dizeres são opacos, por meios dos quais se ouvem os discursos inquietos reclamando por interpretações, e evidenciando que a língua não é transparente e os discursos são, contudo, um efeito da própria realidade desigual e capitalista (ORLANDI, 2012d, p. 10).

Essas posições ideológicas (ALTHUSSER, 2007) (PÊCHEUX, 1997a), com suas formas de naturalização das práticas sobre o negro Brasil, emergem na contemporaneidade, a desestabilizar, a desfazer os sentidos de direitos sociais, e a impedir a circulação de dizeres que se referem aos afrodescendentes no país. Isso, justamente, de forma a garantir a manutenção da classe elitizada e, portanto, a estabilidade de uma prática histórica em que a classe dominante exerce soberania.

No que tange ao afro-brasileiro e ao indígena, por serem justamente os dois grupos étnicos mais excluídos e marginalizados do Brasil, o que quer dizer que, se por algum motivo, em plena contemporaneidade, existirem direitos sociais que beneficiam diretamente a esses grupos étnicos, como as cotas surgem, contudo, restrições, coerções nos ambientes sociais, tendo as formações ideológicas e discursivas em posições de autoria do dizer, a saber, comopropagadoras de um discurso de manutenção da uma realidade social. Isso em decorrência da forma pela qual se tratam as reserva de vagas, como política voltada para aumentar a representação de afrodescendentes e indígenas em espaços sociais.

Nesse sentido, surgem as posições ideológicas que discursivizam, a fim de desestabilizar o sentido de direito histórico, isto é, do negro participar ativamente dos ambientes sociais, sem que seja discriminado ou impedido de se significar, (identidade), de reivindicar um para si “um dizer e poder dizer”, (ORLANDI, 2008c) a partir de sua posição social.

Mas esse poder de significar (ORLANDI, 1988a) tem gerado no Brasil, a partir de 2000, algumas tensões, uma discursividade polêmica, (PÊCHEUX, 2002cb) por posições ideológicas historicamente constituídas no país, que se marcam no dizer, como acadêmicos não afrodescendentes, brancos de universidade públicas, cujos dizeres irrompem com uma negatividade no que diz respeito ao sistema de cotas. Segundo Rodrigues (2006c, p.2.)

Uma das conseqüências desse debate está sendo, ao que tudo indica, mais ou menos, em colocar e inscrever certos discursos e seus sujeitos na agenda social com tudo que este acontecimento, (Foucault, 1969), possa significar, entre os efeitos de sentido, como um debate tardio da real situação do negro no Brasil – como o MST fez na questão agrária; como o Movimento dos Sem Teto tem feito a algum tempo na questão da moradia, como os índios, em particular de Mato Grosso do Sul, tem feito na reconquista de suas terras etc.

Posições contra as cotas que se apropriam de uma memória, de uma filiação de sentido, de forma a desestabilizar o sentido de direito, ou melhor, um discurso de reparação aos anos de miserabilidade, bem como de escravidão e de exclusão de afrodescendentes e indígenas de acesso à educação, à saúde, enfim, de uma cidadania de direito, que se insere como autoridades legitimadas a significar, pelo fato de ingressarem por um meio que não leva em questão o mérito do indivíduo, mas a história de exclusão social, que é um fato histórico e problemático no Brasil.

A luta do afro-brasileiro para o acesso à educação e tudo que lhe é inerente é um fato social que atravessou a história do Brasil, e que continua nos tempos atuais a produzir discursividades polêmicas e contradições, uma vez que o próprio negro é um fato polêmico.

Refere-se a uma rede de sentidos, de significados que se cruzam no espaço da memória, produzindo retomadas e, certas continuidades (PÊCHEUX, 1997a) e, com isso, ressignificando a identidade negra, que muitas vezes, é silenciada pela posição desigual e marginalizada, que se encontra na sociedade, e de direitos que se impedem de significar, pela maneira com que são tratados no país, o que implica muitas vezes, a negação da própria identidade, cujo exterior é, em suma, assolado por outros discursos que repelem aceitação da própria identidade, ou de direitos históricos.

Dessa forma, as condições de produção do discurso do não afrodecendente sobre as cotas em universidades públicas se constituíram, pois, num espaço social em que o discurso do mérito coloca-se como preponderante, o que facilita, em média, a formulação de dizeres contra as cotas. Isso não quer dizer, que dentro desse espaço não sujam posições que defendem esse sistema cotas.

O discurso do mérito é uma forma historicamente legitimada de significar nos ambientes sociais, sobretudo no ensino superior, que é onde os sentidos circulam e se inscrevem na ordem do discurso, (ORLANDI, 2008c) isto é, nos mecanismos de coerção que fazem com que um dizer seja transparente, natural para quem se confronta com esse tipo de discursividade.

Esse dizer ainda é perpassado, em muitas vezes, pelo discurso pedagógico que se

insere como autoridade máxima, quando se refere à aprendizagem, mas também outras filiações de sentido que complementam esse dizer, dando-lhe coerência e legitimidade, como o discurso da inteligência, que se irrompe de outras de redes de sentido para se inscrever nessa discursividade.

É importante enfatizar que existem várias teorias que defendem uma concepção de aprendizagem e de inteligência. Uma das principais teorias que explicam o desenvolvimento dessas duas competências nos indivíduos é Construtivismo piagetiano, que não é senão uma retomada das premissas empiristas da filosofia dos últimos séculos, que teve como principais expoentes Jhon Lock, Bertrand Russel e Francis Bacon. Estes afirmam que a razão, a verdade e as idéias racionais são adquiridos pelos indivíduos através da experiência (CHAUI, p.88, 2000).

Para Becker (1994, p.89), o Construtivismo piagetiano não é uma prática, muito menos um método, mas uma teoria que concebe o conhecimento como algo que não é dado, mas que é construído pelo indivíduo na/pela interação. Desse modo, a educação na Teoria Construtivista é um processo de construção do conhecimento, que ocorre “em condições de complementaridades, formado por um lado, alunos e professores e, por outro, os problemas sociais e o conhecimento já construídos”.

De acordo com Farias, (1998) na Teoria Construtivista há uma atuação do sujeito sobre o meio, através da experiência, na qual a aprendizagem é sempre provocada por situações externa ao sujeito. Assim, a aprendizagem é concebida como um processo pelo o qual, a aquisição ocorre em função da experiência do sujeito com o meio.

Essa experiência poderá ser: experiência física- que consiste no desenvolvimento de ações em função dos objetos de modo a descobrir as propriedades deles próprios. Experiências lógico-matemáticas- em que o sujeito age sobre os objetos de forma a descobrir propriedades e bem como as relações abstraídas de suas próprias ações, em outras palavras, ações coordenadas que o sujeito exerce conscientemente no objeto.

Isso só pode ser compreendido por meio de um conceito de inteligência alicerçado na Teoria Construtivista. Para Munari (2010, p. 37) apud Piaget, (1987) a inteligência é o “desenvolvimento de uma atividade assimiladora cujas leis funcionais são dadas desde a vida orgânica e cujas estruturas sucessivas que lhe servem de órgãos se elaboram por interação entre ela e o meio exterior”. Ao conceber que a inteligência se elabora por meio da interação e o meio exterior, compreende-se aí, que o conhecimento se forma na/pela experiência com os objetos, o que significa que os indivíduos se desenvolvem e se adaptam a partir de exercícios e estímulos oferecidos pelo meio que o cercam, possibilitando, assim, a aprendizagem.

Em contrapartida, a Teoria Inatista, defende uma concepção de que a inteligência é algo inato, ou mesmo que as ideias são inatas, já nascem com o indivíduo. E um dos primeiros a defender essa abordagem refere-se ao francês René Descartes no século XVII, em sua obra “Discurso do Método”.

Chauí, (2000, p.87) retomando a teoria de Descartes, a respeito do que filósofo entende por “ideias inatas”, as quais segundo a filosofia cartesiana não poderiam vir de nossas experiências sensoriais, visto que não há objetos sensoriais, muito menos poderiam vir de nossas fantasias, porque “não tivemos experiência sensorial para compor a partir de memória”.

As idéias inatas são inteiramente racionais e só podem existir porque já nascemos com elas. Por exemplo, a idéia do infinito (pois não temos qualquer experiência do infinito), as idéias matemáticas (a matemática pode trabalhar com a idéia de uma figura de mil lados, o quiliógono, e, no entanto, jamais tivemos e jamais teremos a percepção de uma figura de mil lados).Essas idéias, diz Descartes, são “a assinatura do Criador” no espírito das criaturas racionais, e a razão é a luz natural inata que nos permite conhecer a verdade. Como as idéias inatas são colocadas em nosso espírito por Deus, serão sempre verdadeiras, isto é, sempre corresponderão integralmente às coisas a que se referem, e, graças a elas, podemos julgar quando uma idéia adventícia é verdadeira ou falsa e saber que as idéias fictícias são sempre falsas (não correspondem a nada fora de nós).

Sendo assim, o Inatismo surge como uma teoria que se opõem ao Construtivismo, descando, pois, a inteligência como uma capacidade que está presente no indivíduo desde o nascimento. De acordo com o Ferreira, A. (1986, p. 929) a teoria inatista significa “aquilo que nasce com o indivíduo; congênito; conato; que pertence à natureza de um ser”. Segundo Bessa, (2008, p.12) apud Moura, Azevedo e Mehelecke, (2006) a concepção inatista opõem-se a perspectiva experiemetal em função de considerar que o indivíduo no nascimento, já traz em as condições do conhecimento e da aprendizagem, que se manifesta em estado imediato ou progressivo, ao longo do processo de desenvolvimento biológico.

Por outro lado, essa perspectiva compreende que o indivíduo é fechado em si mesmo, o que significa que nasce com pontencialidades, dons e optidões, que serão desenvolvidas de acordo com o desenvolvimento biológico. Dessa forma, ao apreender, o indivíduo aprimora um conhecimento que já é inato e que está presente no seu desenvolvimento. Ao passo que, a inteligência é compreendida como um dom ou uma vocação, em outras palavras, a

inteligência é de origem inata no ser humano, uma característica biológica que se encontra no indivíduo desde o nascimento.



### CAPÍTULO III. ANÁLISE DOS DADOS

Na próxima etapa desse trabalho, proceder-se-à análise dos dados compostos pelos discursos de acadêmicos não afrodescendentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Nova Andradina. Uma análise alicerçada nos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de Linha Francesa que se pauta, assim, no linguístico e no social, inscritos em práticas históricas e ideológicas (ALTHUSSER, 2007)<sup>7</sup>.

Um procedimento analítico que apreende nas “práticas silenciosas de leitura “espontânea”, (PÊCHEUX, 2010d, p. 51.) os efeitos de sentido nos enunciados, nas práticas discursivas. Entendendo por enunciado, aqui, o já dito, o já aí, (PÊCHEUX, 1997a) na enunciação, cuja origem é sócio-histórica, isto é, só apreendido nas redes de significações historicamente formuladas, nos sentidos entrecruzados do interdiscurso.

Sendo assim, o corpus dessa pesquisa é compreendido a partir de Dubois (2010, p, 102), como “um conjunto de textos sobre os quais se aplicará um método definitivo” é formado, categoricamente, por discursos de Acadêmicos não afro-brasileiros da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul-UEMS, unidade de Nova Andradina. A escolha do corpus passou por critérios metodológicos inerentes à pesquisa, já que, foram apenas discursividades de acadêmicos não afrodescendentes que preencheram o questionário.

O desafio de se analisar um corpus polêmico que é o do sistema de cotas provoca algumas tensões quanta maneira de explorar o objeto de análise, visto que o próprio objeto é susceptível de diferentes observações. Desde a afirmação de Saussure no Curso de Linguística Geral, de que “o ponto de vista modifica o objeto”, a ciência da linguagem, incorporou novas formas de se analisar um objeto científico, e dele fazer novas releituras, estabelecer novos métodos dentro do mesmo objeto de análise.

Mas, é importante dizer que essa afirmação de Saussure só funciona na perspectiva da ciência da linguagem e, não em outras áreas do conhecimento científico, (BOUQUET, 1997, p.92).

Isso, em AD pressupõe que, de certa forma, as evidências evoluem ao redor do objeto, multiplicam-se as possibilidades do analista em direcionar sua pesquisa para uma determinada finalidade, aos objetivos da pesquisa, tendo em vista que, a questão do corpus em AD, é necessariamente arbitrária, formado por critérios que são a consequência do objetivo da

<sup>7</sup> ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Ed. 10ª, Rio de Janeiro. Grall, 2007.

análise, o que quer dizer que análise do corpus é em torno da metodologia adotada aplicada pelo analista, ao longo processo exploração da materialidade discursiva.

Desse modo, os enunciados dessa pesquisa, organizam-se em discursos pelo sentido, em grupos formados por dizeres de acadêmicos não afrodescendentes da UEMS, que discursivizam a reserva de vagas em universidade públicas. Esses enunciados grupalizam-se em discursos do “Preconceito e da discriminação; “Capacidade”; Incapacidade; “Vergonha”, “Sorte”; “Absurdo”; “Vontade individual”; e “Injustiça”. No processo de análise desses dizeres surgem-se aí, os sentidos, os não ditos, que irrompem no discurso da posição sujeito produzindo um efeito de evidência, (ORLANDI, 2008c), a saber, um sentido que opõem as cotas no Brasil.

- (01) “Isso depende da força de vontade de cada um” (F.1, p. 01).
- (02) “O direito é de todos” (F.2, p. 01).
- (03) “Todos temos os mesmos direitos de formação indenpende da raça ou cor” (F.3, p. 01).
- (04) “Uma sociedade igualitária e preocupada com a formação de cidadãos participativos não permite qualquer diferenciação entre seus membros” (F.4, p. 01).
- (05) “É motivo de provar que são iguais a todos” (F.9, p. 01).
- (06) “Se conseguimos entrar na universidade, foi mérito só nossos” (F.14, p. 01).
- (07) “Todos somos iguais” (F.16, p. 01).
- (08) “É uma atitude racista” (F.19, p. 01).
- (9) “Cotas está muito centrada só em um prédio não é muito explorado” (F.18, p. 01).
- (10) “Considero este (sistema de cotas) uma desvalorização das capacidades do negro por não competir de igual para igual” (F.17, p.01).
- (11) “isso é bobagem é penas uma coisa a mais que eles criaram para se aparecer” (F.16, p. 01).
- (12) “Acreditam que o branco e o negro são ambos pares, tem a mesma formação intelectual” (F. 15, p. 01).
- (13) “O negro só entra na universidade por causa da cota” (F.14, p. 01).
- (14) “Algo a mais para a discriminação” (F.12, p. 01).
- (15) “O sistema de cotas como forma desvantagem aos negros” (F.11, p .01).
- (16) “É uma forma de o governo ter um pouco de preconceito para com as pessoas de cor” (F.10, p. 11).
- (17) “Eles não tem nenhum tipo de deficiência para ter cota” (F. 17, p. 01).
- (18) “Criaram as cotas porque negro e índio não tem capacidade de passar nos vestibulares” (F.8, p. 01).
- (19) “A cota é uma forma de discriminação, pois todos possuímos a mesma capacidade, as oportuniades devem ser as mesmas” (F.7, p. 01).
- (20) “É um sistema muito rigoroso” (F.02, p. 01).
- (21) “É uma espécie de discriminação” (F.05, p. 02).
- (22) “É uma pessoa normal” (F.01, p. 02).
- (23) “Acho que não deveria haver sistema de cotas, sim, igualar a qualidade de ensino, entre escola pública e escola privada assim poderia competir de igual para igual” (F.05, p. 02).
- (24) “Deveria ser concentrada na básica, com melhora de estudantes” (F.07, p. 02)
- (25) “não menos inteligentes que qualquer outra pessoa” (F.10, p. 02).
- (26) “As cotas é como dizer você não é capaz de concorrer com os brancos” (F.12, p. 02).
- (27) “As cotas não é solução para o problema” (F.15, p. 02).
- (28) “Seu fosse negra optaria por fazer um vestibular fora da cota para provar a todos que sou humana e que tenho capacidade igual a todos” (F.16, p. 02).
- (29) “Acho esta uma maneira camuflada dos governantes reparara não assistência aos negros” (F.1, p. 02)
- (30) “Preconceito enfeitado por nome “Cotas”, (F.17, p. 02)”.
- (31) “Pode também representar uma espécie de discriminação” (F.04, p. 02).
- (32) “Penso que as cotas não é a solução para problema” (F.15, p. 02).
- (33) “Em primeiro lugar deveria não perguntar a cor de cada aluno, mas que levasse em consideração a sua inteligência, raciocínio” (F.15, p. 02).
- (34) “Acho uma injustiça. Se ele quer ter o mesmo direito que os brancos por que não começar por aí” (F. 01,

p.02).

(35) “Facilitou p/alguns, porém prejudicou outros” (F.17, p. 02).

(36) “Acho que existe um preconceito nisso” (F.09, p. 02).

(37) “Para mim de conhecimento de todos devem ter o mesmo potencial, portanto, sou contra as cotas” (F.09, p.02).

(38) “Mais uma forma de discriminação, esquecendo da máxima de Maquiavel, “os fins justificam os meios” (F.07, p. 02).

(39) “Uma ignorância do governo, pois esta não é a forma correta de se utilizar as cotas” (F.10, p. 02).

(40) “Com as cotas é uma maneira de haver desigualdade” (F.2, p. 02).

(41) “isso é um grande preconceito” (F.04, p. 02).

(42) “Dizem que é mais uma forma de discriminação”, (F.12, p. 02).

(43) “É válido mas discriminatório” (F.12, p. 02).

(44) “Não é capaz de competir com os brancos” (F.15, p. 02).

(45) Como uma pessoa normal”(F.04, p. 12).

(46) “Talvez com menor sorte que os brancos” (F.13, p. 03).

(48) “Acho que seria capazes de formarem sem as cotas, com suas capacidades” (F.09, p. 13).

(49) “Apenas acredito que ele tem a mesma capacidade de se integrar na universidade, mesmo sem cotas” (F. 07, p. 02).

(50) “Não sei se as cotas mudaria a visão sobre os negros” (F.13, p. 16).

(51) “Alguns negros começam a sentir vergonha de ter entrado p/cotas” (F.20, p. 04).

(52) “Com as cotas ele serão vistos e lembrados” (F.13, p. 04).

(53) “Assumir sua cor não com muita classe” (F.01, p. 04).

(54) “Estas cotas não provam nada” (F.01, p. 05.)

(55) “Se querem ser como nós deve agir como nós” (F.01, p. 04).

(56) “Aquele que precisa da pena, da migalha dos outros, para poderem passar em uma universidade” (F.10, p.05).

(57) “Ele se sente rebaixados e envergonhados na maioria das vezes” (F.08, p. 05).

(58) “Não comento para evitar constrangimento” (F.11, p. 06).

(59) “estão chamando-os de incompetentes” (F.09, p. 02).

(60) “São pessoas normais, como todos” (F. 17, p. 01).

(61) “absurdo” (F.19, p. 02).

(62) “não tem nenhum sentido” (F.10, p. 02).<sup>8</sup>

## 2.1 Discurso do preconceito da discriminação.

Nos enunciados grupalizados, que envolvem o sentido de “preconceito e discriminação”, cria-se no discurso um sentido a respeito das cotas para negros, estabelecidos em dezeres históricos. Uma posição sujeito que se insere nos ambientes acadêmicos de modo a opor-se ao sentido de direito, a projetar um dizer que contrói uma identidade do afrodescendente no Brasil. Apropriando-se de redes de significações, a posição sujeito não afro-brasileiro, num trabalho simbólico com os sentidos, retoma práticas já ditas e significadas para criar um efeito de negação à reserva de vagas, bem como, um sentido

<sup>8</sup> Rodrigues (2010c, p. 08) esclarece que para analisar um discurso coloca-se a seguinte questão: o quê analisar, no qual o primeiro passo metodológico refere-se ao desdobramento automático na formulação de perguntas, um “objetivo a construir”, “algumas hipóteses”, “um objeto do discurso”, “um *corpus* a ser recortado ou construído”, em que nesse recorte extrai somente “o que for significativo” e relevante para as questões elaboradas, o que significa que, “em um dado *corpus* nem tudo vai ser analisado”, entanto, “não equivale a dizer que o que ficou de fora da análise não seja significativo ou relevante, mas apenas que são as perguntas, os objetivos, as hipóteses e o objeto do discurso que norteiam, em alguma instância, o recorte para análise”.

inerente ao negro na sociedade brasileira pautada em discursos da classe dominante.

- (14) “Algo a mais para a discriminação” (F.12, p. 01);  
 (19) “A cota é uma forma de discriminação, pois todos possuímos a mesma capacidade, as oportunidades devem ser as mesmas” (F.7, p. 01).  
 (16) “É uma forma de o governo ter um pouco de preconceito para com as pessoas de cor” (F.10, p. 11).  
 (30) “Preconceito enfeitado por nome “Cotas”, (F.17, p. 02)”.  
 (36) “Acho que existe um preconceito nisso,” (F.09, p. 02).  
 (41) “ Isso é um grande preconceito” (F.04, p. 02).  
 (21) “É uma espécie de discriminação” (F.05, p. 02).  
 (31) “Pode também representar uma espécie de discriminação”( F.04, p. 02).  
 (38) ”Mais uma forma de discriminação, esquecendo da máxima de Maquiavel, “os fins justificam os meios” (F.07, p. 02).  
 (42) “Dizem que é mais uma forma de discriminação”, (F.12, p. 02).  
 (43) ”É válido mas discriminatório” (F.12, p. 02).  
 R de

Desse modo, os enunciados acima, no plano intradiscursivo e interdiscursivo, a posição sujeito, inserido numa posição acadêmica, instaura um dizer sobre as cotas na sociedade brasileira que produz alguns efeitos de sentido, a partir das ocorrências das unidades “discriminação e preconceito” em (14), (19), (21), (31), (38), (42) e (43).

Segundo Gomes N.L (2005b, p.54-55) preconceito e discriminação possuem conceitos distintos uma do outro. De acordo com ela, preconceito é “um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial que pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo”. Por outro lado, ainda segundo autora, a palavra “discriminar significa “distinguir”, diferenciar”.

Sendo assim, pode-se compreender a função ideológica no dizer da posição sujeito não afrodescendente, ao inserir no seu discurso as unidades “preconceito” e “discriminação” para se referir às cotas para afro-brasileiros em ambientes sociais, já que, os seus sentidos se desenvolvem em meios aos embates, as polêmicas ideológicas que se constroem na reserva de vagas em universidades públicas, o que, naturalmente, produz algumas retomadas, e com isso, não deixa de ecoar outras vozes, de mobilizar outras práticas, (dizeres) que se interacionam produzindo fechamento do discurso, fazendo com que seus sentidos tornem-se naturais.

Dizeres estes representados primeiramente pelas relações parafrásticas com o discurso do Movimento Negro do século XX, mais precisamente, 1978, cujas propostas reivindicam direito sociais aos negros, como direito à educação, ao trabalho, à moradia e à saúde, sem que seja discriminado por fatores concernente à cor de pele e a condição social.

Mas também, outras redes de sentido que se entrecruzam no discurso do “Movimento Negro”, como o art. 7º da “Declaração dos Direitos Humanos” de 1947, que estabelece o

seguinte princípio:<sup>9</sup> “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei.

“Todos têm direito à proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”, e conseqüentemente, faz uma relação interdiscursiva com o discurso da Constituição Brasileira, mais especificamente, o art.5º. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança à propriedade” com o qual se inscreve e se afilia, e do qual passa a enunciar-se.

Toda essa rede de significados que a posição sujeito não afrodescendente retoma e assume no dizer, de forma a legitimar o seu discurso, e criar um sentido, ou melhor, um efeito de sentido, trazendo à tona um dizer ressignificado e reconfigurado, que produz algumas inferências, um das quais, é o “discurso de prejuízo”, isto é, que o sistema de cotas traz prejuízo ou que está discriminando os que ingressam pela reserva de vagas. Para isso, inscreve-se no dizer do Movimento Negro, na Declaração dos Direitos Humanos e a também na própria Constituição Brasileira para validar o seu dizer.

Numa análise particularizada de cada enunciado pode-se vislumbrar, de início, outros efeitos de sentido, principalmente, em (19), “A cota é uma forma de discriminação, pois todos possuímos a mesma capacidade, as oportunidades devem ser as mesmas”. Mas também, antes de analisar esses efeitos de sentido, é necessário fazer algumas considerações referentes a esse enunciado, que no discurso dessa posição sujeito se marca por duas formas no plano da língua.

Primeiramente, pela apropriação do modalizador “é uma forma” em (19), que refere-se a maneira pela qual a posição sujeito identifica as cotas como prática discriminatória. No segundo, o verbo “possuímos”, em que o pronome “nós”, atrelado ao enunciado, cria um efeito de autorização de um grupo social ou mesmo do Estado propriamente dito.

Um dos efeitos de sentido que se pode depreender é através do verbo, “possuir”, que na base da língua, significa “ter como propriedade”, (DICIONÁRIO AURÉLIO DE LÍNGUA PORTUGUESA, FERREIRA, 2004), que, juntamente com o quantificador universal, “Todos”, criam um efeito no discurso de que todos são escolarizados, que todos têm acesso aos ambientes sociais e que não existem miserabilidades na sociedade.

O que, na realidade, silencia uma prática excludente, em favor de outra, julgada pela

---

<sup>9</sup> CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo-SP: Ediouro, 1988.

sociedade como coerente e melhor. Isso, com intuito de homogeneizar a realidade, passar uma imagem de um Brasil, onde não existe miséria onde todos possuem as mesmas condições sociais.

Ainda no enunciado (19), “as oportunidades devem ser mesmas”, silencia completamente a história do negro Brasil, com suas particularidades referentes aos processos de exclusão dos ambientes sociais, e a escravidão, que, embora não exista no país, continua pulsante nos discursos, na mobilização de sentidos de redes de memória, (filiações históricas) (PÊCHEUX, 2002c) para silenciar direitos e manter uma certa homogeneidade nos discursos, que concerne ao direitos dos afrodescendente de participar dos ambientes sociais.

Essas opacidades (redes de memória), por meio das quais se ouvem outras vozes no dizer da posição sujeito, que lhe complementam a prática, dando-lhe uma coerência interna, como o discurso da Declaração dos Direitos Humanos (idem) “Todos são iguais” e a própria Constituição Brasileira (idem), “Todos são iguais perante a lei”.

No entanto, o verbo “devem” em (19) é um performativo, vem com uma carga ilocucionária institucionalizada (AUSTIN, 1991),<sup>10</sup> expressando um sentido de obrigação, um sentido de obrigatoriedade não só da sociedade, como também do Estado. A posição sujeito não afro-brasileiro assume esse discurso do Estado (ALTHUSSER, 2007) contra as cotas e do qual enuncia como se fosse autoridade, uma vez que o Estado, através de suas legislações, obriga com/pela, lei o cumprimento dos seus regimes. Sendo assim, o verbo “dever” no imperativo projeta no dizer uma ordem que tem que ser feita, realizada.

O sentido do verbo, a maneira como as convenções, isto é, os significados foram colocados para fazê-lo significar, exige um posicionamento do enunciador, uma atitude perante o dizer, uma força ilocucionária, que determina qual deva ser o significado, institucionalmente, constituído na/pela história, que na discursivização da reserva de vagas, pela sua carga ilocucionária, e sua relação com a ideologia, obriga, determina que o Estado, a sociedade iguale os direitos, sem necessitar de cotas. Veja que a posição sujeito assume discurso do Estado e dele se constitui, como forma de obriga-lo a igualar o acesso aos ambientes sociais sem a implementação de cotas.

No enunciado (16), “as pessoas de cor”, (30) “Preconceito enfeitado por nome a Cotas”, em (36) “Acho que existe um preconceito nisso,”. Os sentidos desses enunciados sustentam-se na unidade “preconceito”, ou seja, que as cotas, em si, criam, identificam os que devem ou não devem entrar pela reserva de vagas.

De certa forma, a posição sujeito no seu discurso, instaura uma crítica ao governo

<sup>10</sup> Austin, J.L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre. Artes Médica, 1990.

por ter criado as cotas na sociedade brasileira, entretanto não o faz de qualquer maneira, mas, tecendo sentidos que remetem tanto às cotas quanto aos afrodescendentes. Como se pode perceber em (16) “pessoas de cor”, em que produz algumas inferências: primeiro: a de que o negro e o indígena representam grupos de indivíduos histórico-sociais, de cores e etnias diferentes das da posição sujeito, isto é, no seu dizer, o não afrodescendente, por ser branco e estar numa posição histórica, e legitimada, por uma tradição branca europeizada, não se considera uma “pessoa de cor”, não faz parte desse grupo social, mas de outro, já significado historicamente com certos privilégios.

No dizer da posição sujeito, o único que é uma pessoa “de cor” é somente o negro e o indígena, uma vez que sua história na sociedade brasileira, sempre foi à margem da sociedade, com pouca ou quase nada de condição social, o que remete, por sinal, a uma memória discursiva, a uma ideologia, em que afrodescendente pela sua cor e condição social não podiam, em tese, participar de lugares sociais, onde brancos, normalmente ou rotineiramente se afiliavam.

De maneira específica, esse discurso da posição sujeito não negro sobre as “pessoas de cor” em (16) já vem com sentidos puramente ideológicos, com práticas já significadas, que colocam o afro-brasileiro e o indígena como diferentes, por carregarem em si uma cor não institucionalizada e maculada com sentidos pejorativos e práticas que o colocam em segundo plano na hierarquia social.

Já nos enunciado em (30) “Preconceito enfeitado por nome “Cotas”, e (36) “Acho que existe um preconceito nisso,”. Pode-se evidenciar nesses discursos que a posição sujeito se marca no dizer enunciando as cotas como uma forma de preconceito aos negros e indígenas. Posto isto, o enunciado “enfeitado por nome “Cotas”” em (30) infere-se, que a política de cotas oculta formas de preconceitos aos cotistas afrodescendentes de universidades públicas.

Por outro lado, o termo “enfeite”, é uma prática carregada de sentidos, vindos possivelmente, dos discursos, que envolve a produção artística, que poderia ser tanto arte literária, quando a da pintura. Pela forma com que teceu o discurso colocando a letra “C” em maiúscula à moda da estética literária, cria-se um efeito de sentido de “ênfase”, de modo que o dizer concernente à reserva de vagas assumia um efeito de que traz em si, um estigma, um preconceito aos negros que ingressam por esse tipo de sistema.

É importante enfatizar que, ao pontuar o dizer, inserindo aspas, a posição sujeito estabelece outros sentidos no discurso, uma vez que essa atividade contribui para dar uma dimensão ao dizer no espaço enunciativo. Sendo os sujeitos inacabados, que se constroem

na/pela linguagem, e os sentidos incompletos, sempre se reconstruindo e formando novas significações. Isso, evidentemente, significa que o discurso tem uma extensão, segmentos e uma dimensão, ou mais precisamente, ao pontuar um texto fabrica-se uma normalidade semântica do mundo, como se existisse uma relação unívoca entre pensamento/mundo/linguagem, um sentido para um sujeito, quando isso, na verdade, é apenas um efeito de sentido produzido no discurso (ORLANDI, 2008c, p.116-117).

Assim, diante do enunciado “Cotas” pontuado com aspas ecoa-se um dizer, um efeito no discurso, inerente à reserva de vagas para afro-brasileiros em universidades públicas. Um efeito de sentido de denúncia produzido pela inscrição do dizer numa memória, atravessada por práticas relativas ao negro. Um discurso que, em virtude das condições de produção sócios-histórica, que ainda não aceita afrodescendentes nos mesmos espaços sociais, injeta no dizer significações, que faz com que as expressões, as palavras que envolvem direitos dos afrodescendentes ao acesso à educação superior tenham efeitos de negação, exclusão, menos o de afirmação de uma identidade.

Desse modo, o enunciado “Cotas” pontuado com aspas, ao invés de significar um direito social dos afrodescendentes passa, contudo, a produzir um efeito de denúncia, de alerta à sociedade, um risco a democracia na sociedade brasileira.

Vale enfatizar também que, ao pontuar o enunciado “Cotas” com aspas a posição sujeito insere-se no discurso, isto é, subjetiva o dizer, marcando, desse modo, a sua contrariedade à reserva de vagas, a sua denúncia às cotas a partir de um conjunto de sentidos constituídos historicamente na/pela classe dominante, subjacente ao afrodescendente e ao sistema de reserva de vagas. Desse modo, a pontuação é um mecanismo de espacialização dos sentidos na superfície do texto, cujo interior é carregado de uma memória, de um conjunto de práticas históricas (ORLANDI, 2008c, p.116).

Em (36) “Acho que existe um preconceito nisso,”. Primeiramente, antes de começar a analisar esse enunciado é importante, fazer algumas considerações acerca do verbo “achar”, que funciona nesse enunciado, como modalizador, onde, intimamente, o sujeito demarca sua presença no dizer. Sobre isso Rodrigues (2006b) apud Vogt (1989, p. 167-9) esclarece que o modalizador “achar” possui dois dos efeitos de sentido: “respectivamente de palpite e apreciação”.

O sentido de apreciação significa que é também uma forma do sujeito se comprometer com a ideologia, mas também, a apreciação passa por “regimes de verdade e sistema de poder”, porque o sujeito enuncia a partir deles. Por outro lado, o sentido de palpite, marca uma posição do sujeito sem se comprometer com o dito.



Desse modo, em (36) o verbo modalizador “acho” (MAINGUENEAU, 2001b), além de criar um efeito de distanciamento, de não responsabilização pelo dito, instaura também um efeito de incerteza no discurso, já que a posição sujeito enuncia sem nenhuma convicção do que diz. O fato de achar alguma coisa subentende-se que ouviu apenas falar sobre o assunto, mas não há uma certeza firmada e comprovada.

Encontra-se também em (36) o verbo “existir”, que produz um efeito de sentido de evidência de um fato, não constatado hipoteticamente, que projeta um efeito de dúvida na posição sujeito não afrodescendente inerente às cotas. Mais adiante, a unidade “um preconceito nisso”, produz um efeito de identificação do negro que adentra pelas cotas, por outro lado, o pronome demonstrativo “nisso” é um “dêitico espacial” (MAINGUENEAU, 2001b) que produz um efeito de constatação de evidência de um fato, que é, de acordo com o enunciado da posição sujeito não afro-brasileiro, um sistema preconceituoso, com práticas discriminatórias.

Em (21) “É uma espécie de discriminação”, (31) “Pode também representar uma espécie de discriminação”, e (38) “Mais uma forma de discriminação, esquecendo da máxima de Maquiavel, “os fins justificam os meios””.

Pode-se compreender, a princípio, no enunciado (38) um discurso no qual a posição sujeito tenta definir, conceituar, o que é o sistema de cotas no Brasil. E o faz, conceituando-o, claramente, como prática discriminatória, isto é, um dizer que parafraseia o discurso do Movimento Negro, e da Declaração de Direitos Humano, (Idem), como foi analisado anteriormente.

Mas um fato que chama atenção, de início, é o efeito de sentido produzido pelo verbo modalizador, “Pode” em (31) que produz um efeito de dúvida no dizer, de forma que a posição sujeito não tem certeza de que o sistema de cotas é discriminatório, o que, em nível de análise, coloca o sujeito entre um sim e um não no discurso, isto é, em um nível composto pelo operador “talvez e outro pautado na evidência de um fato não constatado”.

No enunciado (38) “Mais uma forma de discriminação esquecendo da máxima de Maquiavel, “os fins justificam os meios””. Para se compreender o funcionamento de um enunciado como este acima, é imprescindível entender as significações ideológicas que o atravessam.

Dessa forma, o enunciado (38), cria relações interdiscursivas com outras práticas. Ou seja, a posição sujeito em sua “incompletude”, (ORLANDI, 2008) em sua ânsia de querer construir um sentido referente à discussão das cotas no país, formula um discurso no qual representa o sistema de reserva de vagas como uma prática que identifica e separa grupos

sociais.

No entanto, ao fazer isso, isto é, nessa incompletude, a posição sujeito não negro ativa no dizer, redes de significações, e inscreve-se num discurso maquiavelista, ou mais precisamente, num dizer da obra de Maquiavel “O <sup>11</sup> príncipe”, “os fins justificam os meios”, que, praticamente, tornou-se um provérbio popular, embora, em tese, alguns maquiavelistas sustentem que o próprio Maquiavel foi quem o enunciou pela primeira vez.

Contrário a esse postulado da homogeneidade dos provérbios, Possenti (2008, p.151) apud Maingueneau (1987, p. 100-102), afirma:

[...] faz parte daqueles enunciados que gozam intangibilidade (não pode ser resumido ou glosado); por outro lado, o locutor que o valida tende a coincidir com o conjunto de falantes da língua- o indivíduo que o profere sua asserção como eco, a retomada de um número ilimitado de enunciações anteriores ao mesmo provérbio.

Aparentemente, os sentidos desse enunciado se fecham, como se nele não houvessem outros dizeres, práticas que se cruzam e no espaço do interdiscursivo, mas, à medida que conjuntura sócio-histórica, (os sujeitos) necessita ser preenchida, tais discursos passam a ser inscritos/reinscritos no dizer, a partir das condições de produção. Assim, a questão das cotas para negros e indígenas na contemporaneidade, sob a incompletude da posição sujeito não afrodescendente, coloca-se a polemizar, a discursivizar as cotas no Brasil, fazendo emergir no dizer um discurso maquiavelista.

No discurso “os fins justificam os meios”, em (38) emerge um dizer, no qual Maquiavel condena as práticas religiosas cristã, sobre a qual, no contexto da época, dominava a Igreja Católica Romana. Maquiavel propõe na obra “O príncipe” separar a Política da Moral, da Ética, do Direito e da teologia.

O Estado, segundo Junior (2007), apud (Maquiavel 1988) “possuía razões que justificavam suas ações, diferente daquelas que justificam as ações humanas, baseados em princípios cristãos”, o que significa que a norma que o Estado propunha para doutrinar os indivíduos é, pois, mais viável do que a fé cristã, uma vez que, com seus métodos, faz o indivíduo responsabilizar-se pelos seus atos, suas práticas criminosas ou não.

Mas o ponto norteador desse discurso da posição sujeito não afrodescendente, em se inscrever no dizer, “os fins justificam os meios”, não é senão, opor-se, ao sentido das cotas no Brasil, ativando uma memória histórica e literária, de forma criar um efeito de sentido de

<sup>11</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. 2. ed. Tradução de José Cretella Jr. e Agnes Cretella. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

“aviso”, de “cuidado”, e de responsabilizar o governo por estar discriminando o negro com cotas raciais, o que pode trazer “sérias complicações à sociedade brasileira”, e “aos afrodescendentes no futuro”, com a implementação do sistema de cotas.

Ou seja, a posição sujeito, tenta naturalizar o imaginário social, com um discurso de “perigo” e de prejuízo, que pode trazer a questão das cotas raciais à sociedade, ao mesmo tempo, alertar o Estado e a sociedade, desqualificando, as práticas estatais a respeito das cotas, isto é, sobre perigo de reserva vagas para negros em espaços sociais.

## 2.2 Discurso da capacidade

Os discursos que envolvem a capacidade se constituem a partir de dizeres acerca das cotas em ambientes acadêmicos para afrodescendente, cuja historicidade no Brasil, marcou-se e marca-se por desigualdades sociais. À vista disso, o discurso da capacidade forma-se de uma posição histórica não afrodescendente, alicerçada em dizeres meritocráticos da classe elitizada, aquela que, ao longo dos séculos no país, tem mantido uma certa hegemonia no acesso aos ambientes sociais, a saber, a escolarização, ao emprego, saúde e a cidadania, o que quer dizer, que os sentidos que aí emergem, vem senão, a inibir o acesso, a manter as exclusões sociais, bem como as práticas que envolvem o acesso à universidade pública.

(06) “Se conseguimos entrar na universidade, foi mérito só nossos” (F.14, p. 01)

(10) “Considero este (sistema de cotas) uma desvalorização das capacidades do negro por não competir de igual para igual” (F.17, p.01)

(17) “Eles não tem nenhum tipo de deficiência para ter cota, são pessoas normais, como todos” (F. 17, p. 01).

(23) “Acho que não deveria haver sistema de cotas, sim, igualar a qualidade de ensino, entre escola pública e escola privada assim poderia competir de igual para igual” (F.05, p. 02).

(28) “Seu fosse negra optaria por fazer um vestibular fora da cota para provar a todos que sou humana e que tenho capacidade igual a todos” (F.16, p. 02)

(33) “Em primeiro lugar deveria não perguntar a cor de cada aluno, mas que levasse em consideração a sua inteligência, raciocínio” (F.15, p. 02).

(47) “Acho que seria capazes de formarem sem as cotas, com suas capacidades” (F.09, p. 13).

Assim sendo, as formulações que subjazem ao discurso da capacidade a posição sujeito não afrodescendente representa-se como aquele que possuem as características, certas opções para aprendizagem, o que o torna digno, legitimamente, de ingresso aos bancos universitários. Entretanto, para isso, desqualifica a função do sistema de cotas no Brasil, isto é, fá-lo perder o seu efeito de direito, ao mostrar, no fio do discurso, a sua inutilidade na

sociedade brasileira, ou seja, representa o negro como capaz de ingressar a universidade pública sem reserva de vagas.

Em outras palavras, a posição sujeito não afrodescendente, com intuito de criar um efeito de sentido de inutilidade das cotas na sociedade, difunde na opacidade do dizer, um sentido pertinente ao afro-brasileiro, como aquele, com plenas capacidades de ingressar ao ensino superior sem a reserva de vagas, o que desclassifica a função das cotas no Brasil, como política social voltada para aumentar a representação de negros nos espaços sociais e reparar os séculos de escravidão no Brasil.

Isso, na realidade, é um modo da posição sujeito silenciar no dizer (ORLANDI, 2008c) a importância das cotas, bem como as discrepâncias e mazelas sociais que estão presentes na sociedade desde a escravidão. Esse silenciamento no dizer, não é, em teoria, ocultar sentidos, mas um mecanismo ideológico que rege o enunciado a fazê-lo criar um determinado efeito. Uma releitura da sociedade como se ela fosse, em sua complexidade, “normal”, homogênea e como se negro no Brasil não tivesse uma história, de luta e desigualdades sociais.

Desse modo, o discurso da capacidade referente às cotas no Brasil funciona sob um duplo efeito de sentido: o primeiro efeito a posição sujeito não afrodescendente, nos enunciados, (06), (10) e (33) se pauta num discurso em defesa do mérito acadêmico, da eficiência acadêmica e, conseqüentemente, na representação do afrodescendente como inferior, ao passo que em (17) e (23) e (48), a posição sujeito representa o negro com uma certa capacidade de ingresso ao ensino superior, mas sem a política de cotas.

Em suma, o duplo efeito de sentido do discurso da capacidade, possui como características básicas a negação da reserva de vagas. De acordo com o dizer da posição sujeito, as cotas não deveriam existir mas, sim, o mérito acadêmico, que é um fato histórico e ideológico nos discursos propagados na/pela classe dominante, ao longo dos séculos no país.

Embora o sistema de cotas não se constitua pelo mérito, mas por uma história de exclusão de negros dos espaços sociais. Sendo, portanto, o discurso do mérito uma forma histórica e ideológica na sociedade, formado e constituído por outras práticas, inclusive, a mais conhecida delas, a prática pedagógica, mais precisamente, o discurso pedagógico com seus sentidos já-significados e, institucionalmente, legitimado a significar nos ambientes sociais inclusive à escola e universidades. Segundo Mendes (2014, p.11-14) apud Orlandi (1987).

A escola, encarada enquanto uma instituição para transmissão do

conhecimento de vozes historicamente acumulado, supostamente neutro, dissimula a reprodução cultural da classe dominante. A natureza da informação veiculada na escola é a de pretender-se científica, opondo-se ao conhecimento dito de senso comum. Entretanto ao sedimentar determinadas formas de conhecimento escolar, ela própria enquanto instituição contribui para a criação de um senso comum escolar, do qual o discurso pedagógico se revela como principal faceta. Ao se orientar não pela explicação dos fatos, mas determinar por quais perspectivas eles devem ser vistos e ditos, a escola estabelece um estatuto de necessidade (ou seja, de “dever”), instituindo, dessa forma, um conhecimento valorizado, legítimo (ORLANDI, 1987). A função de dissimulação da escola, portanto, se dá na medida em que apresenta hierarquias sociais e a reprodução destas hierarquias como se estivessem baseadas na hierarquia de “dons”, méritos, ou competências e não como uma hierarquia fundada na afirmação brutal de relações de força.

Como a escola é um ambiente de práticas pedagógicas, e de concepções de aprendizagem, a ideologia do mérito submete o ensino com formas de avaliações pautadas exclusivamente na formação de dons e de competência dos alunos, que tem como efeito gerar as chamadas concorrências, as disputas entre melhores e piores.

Pode-se perceber, com tais práticas, que o discurso pedagógico não é de nenhum modo neutro. Ele é atravessado, opaco, por outros dizeres, que afirmam e reafirmam suas práticas, sobretudo, o discurso da inteligência, da biologia que se inscrevem por meio das redes de memória, das filiações históricas (PÊCHEUX, 2002c) para criar um efeito de verdade no discurso, a complementar um dizer e instaurar um efeito de legitimidade do mérito acadêmico.

Todas essas redes sentido se inscrevem no discurso do mérito, da capacidade e se entrelaçam nas discussões das cotas na sociedade brasileira, a se configurar no contexto social, e a produzir efeitos de denúncia nos espaços sociais, de repelência, já que, o sistema de cotas, não se fundamenta nas capacidades dos indivíduos, mas, numa história de exclusões sociais de negros e indígenas na sociedade.

Nesse sentido, o discurso da posição sujeito concernente à capacidade do do negro de ingressar no ensino superior no Brasil, funciona através de relações parafrásticas evocando, assim, o discurso da inteligência, da biologia que, juntamente, com o discurso pedagógico criam os efeitos veracidades no dizer, efeitos que enaltecem o mérito, desqualificam a função social das cotas e produzem sentidos ideológicos inerentes ao afrodecendente cotista. Isso pode ser constatado nos enunciados (06), (10), (17), (27), (28), (33), (47) e (48).

No enunciado (06) “Se conseguimos entrar na universidade, foi mérito só nosso”

(F.14, p.01), percebe-se nesse dizer, por meio do verbo, “consequimos” um efeito de sentido de “luta”, “batalha” e “honra” em que a posição sujeito não afrodescendente, sob o efeito ideológico de uma formação discursiva, traz à tona um sentido de “vitória” sobre os mais fracos, os menos inaptos, com os quais disputa no espaço social. Um dizer pedagogizante inerente à aprendizagem no contexto escolar do Brasil, em que ecoa, além do discurso pedagógico, um dizer de “honra” por ter vencido os mais fracos no processo de ingresso ao ensino superior.

A posição sujeito assume esse dizer na intransparência do discurso, a produzir um efeito de sentido de “merecimento”, de combate com outros adversários, para chegar ao seu objetivo. Esse efeito, portanto, de “luta”, “guerra”, não é senão, um mecanismo ideológico meritocrático, que se instaura no discurso a injetar um sentido na sociedade de que existem os melhores e os piores.

Por outro lado, ainda, o pronome “nós” em (06) anexada ao verbo “conseguir”, mostra não uma posição, mas várias formas de assujeitamento que se constituem do discurso dos melhores em oposição aos piores, quando concorrem a vagas no ensino superior na sociedade brasileira.

É importante asseverar que essa ideologia do mérito no Brasil é resultado de séculos de dominação das estruturas hegemônicas da sociedade, num país em que, o acesso à escolarização para alguns se mostrou eficaz, para outros, porém, com condições sociais e econômicas fragilizadas não se efetivou, se por acaso efetivou-se não obteve tanto êxito, que é o caso da questão do negro no país, que começou a ter acesso à educação a partir da década 60, com democratização do ensino público no Brasil (FRANCO, 1985, p. 20),

Enquanto outros, economicamente estabilizados, com uma certa legitimação histórica, bem como, uma certa hegemonia social envolvendo famílias tradicionais, uma classe elitizada, tornava o ensino padronizado, controlado, apenas em propriedade de uma certa minoria social, enquanto outros, de preferência negros e pardos, ficam à margem da sociedade, distante dos bancos escolares.

Diante disso, os enunciados (10), (17), (23), (28), (33) e (47), evidenciam-se redes de sentidos parafraseados, que se constroem em torno do afrodescendente e do sistema de cotas. Sentidos configurados e mobilizados a partir de redes de significações históricas, que se inscrevem nas discussões de reserva de vagas, tendo como um dos efeitos de sentido o fato do negro não precisar de cotas.

Nota-se que, a posição sujeito não afrodescendente, na opacidade do dizer, apaga no discurso as exclusões, e os preconceitos sofridos pelo negro nos espaços sociais, através de

uma posição de acadêmico, ou seja, impede que circulem sentidos que se referem aos direitos dos afrodescendentes de participar dos ambientes sociais, de outro lado, cria no discurso um efeito de sentido de igualdade, como se a questão do afro-brasileiro no país fosse igual a dos outros indivíduos da sociedade, ou como se não houvessem desigualdades sociais no país (ORLANDI, 2008).

Em suma, a posição sujeito apaga no discurso a história dos afrodescendentes com suas desigualdades sociais, e insere um dizer, em que naturaliza a questão da população negra no país, impondo, desse modo, um sentido ideológico de que não existem práticas excludentes no país, e de que os direitos são iguais para todos.

Para isso, mobiliza as filiações históricas para legitimar o dizer, (PÊCHEUX 2002c) como o art. 05 da Constituição Brasileira, “todos são iguais perante a lei” (idem) a partir da unidade “igual” em (10), “como todos”, em (17). E o discurso aristotélico sobre a formação da lógica e da inteligência em (33), que estão interligados, um ao outro, de modo que, a lógica produz inteligência, capacidade de raciocínio, que são habilidades completamente humanas (FEITOSA & PAULOVICH, 2006, p.45), que a posição sujeito, interdiscursivamente, injeta no dizer, a instaurar um efeito de sentido de que na sociedade não há necessidade cotas, bem como os afrodescendentes, que são, de acordo com ela, iguais a todos, possui as mesma capacidades dos outros indivíduo.

Um mecanismo ideológico, de apagamentos do dizer, que faz com o sentido de direito seja interdita do discurso, proibido de expressar sentido que se referem a direitos sociais, a reserva de vagas para negros, cuja história no Brasil foi salpicada de práticas excludentes e preconceituosas.

Já unidade (28) (“Seu fosse negra optaria por fazer um vestibular fora da cota para provar a todos que sou humana” (F.16, p. 02). Infere-se, de início, que a posição sujeito, além de não se considerar um afrodescendente, não ingressou na universidade pelas cotas. Com um discurso contra a reserva vagas e numa posição de crítico social, faz emergir sob a base da língua e do discurso um sentido em que a negação é um caráter dominante e ideológico do dizer.

Observa-se que a partícula negativa “Não” em (28), encontra-se oculta entre os signos linguísticos, mas, sua representatividade mostra-se presentificada em formas paráfrases no discurso, através do enunciado “optaria por fazer um vestibular fora das cotas”, (28), em que a posição sujeito, relutantemente, não aceita as cotas na sociedade brasileira.

Ainda no mesmo enunciado (28), mais nitidamente, a unidade “para provar que sou humana”, instaura um efeito de sentido no dizer representado o afrodecendente e o sistema de

cotas como algo que foge da realidade humana. Nesse sentido, os que ingressam na universidade por meio reserva de vagas, de acordo com o discurso da posição sujeito, são os que são incapazes de aprender, de estar num meio social, ou seja, se, por acaso o negro ingressar na universidade por meio das cotas, já não é, por assim dizer, considerado um ser humano, mas um indivíduo com algumas impossibilidades para aprendizagem.

Ao enunciar o discurso da inumanidade do afrodescendente cotista em (28), a posição sujeito não negro ativa a memória discursiva, onde marca a sua inscrição numa teoria do desenvolvimento humano. Numa abordagem indagativa que descreve as características que fazem com que um indivíduo venha ser considerado um ser humano.

É preciso acrescentar que o desenvolvimento humano não é determinado apenas por processos biológicos, ou genéticos, mas envolve o cultural, a sociedade e as interações sociais.

Sendo assim, além de Skinner e Watson coma concepção behaviorista; Piaget com a sua Teoria Construtivista; A Teoria Evolucionista, influencia por Fodor; A Teoria Psicanalítica, em que se tem como expoentes Freud, Klein, Winnicott e Erikson; e por último a Inatistas de Chomsky.

De todos esses teóricos que explicam o desenvolvimento Humano, Vygotsky é um dos seus principais expoentes. Sua abordagem psicológica inerente à Evolução Humana, tem como pressuposto estudar os processos histórico-sociais e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo.

De acordo com ele, o sujeito adquire conhecimento a partir de relações interpessoais, da interação como o meio no qual está inserido, que ele chama de mediação simbólica. Segundo ele, a linguagem é considerada como instrumento mais complexo para viabilizar a comunicação, a vida em sociedade, o que significa que, sem linguagem, o ser humano não é social, nem histórico, nem cultural (RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S, apud VYGOTSKY, 1987).

Diante disso, sob essa perspectiva, a posição sujeito se inscreve no discurso do desenvolvimento humano, isto é, em concepções teóricas referentes a como o homem se desenvolve, seja através do social, biológico, cultural ou em práticas de interação social, a fim de enunciar que não precisa de cotas, ao contrário, possui capacidades de/para aprendizagens, característica que fazem dela um ser humano, e, portanto, não precisa de reserva de vagas.

No entanto, ao enunciar a inumanidade do afrodescendente cotista, a posição sujeito introduz um sentido, tece um dizer acerca dos ingressantes cotistas em universidade públicas representando-os como se não fosse um ser humano, já que ingressaram por um meio que não



leva em consideração as capacidades individuais, mas uma história de desigualdades sociais no país.

Desse modo, a unidade em (28) “para provar que sou humana”, é um dizer tecido a partir de uma posição histórica e ideológica, de um ambiente ideológico que, ao longo dos séculos no Brasil, interdita sentidos, um tabu do objeto, (ORLANDI, 1988a) isto é, impedem a circulação de sentidos que se referem aos direitos dos negros de participar dos ambientes sociais.

A interdição desses discursos não é senão uma prática da classe dominante, que numa condição de produção dada, seleciona aquilo que não a interessa e descarta, por sua vez, outros dizeres que não são de seu proveito impedindo-os de significar, postando-os fora do discurso, tal como é a questão das reservas de vagas para afrodescendentes, na sociedade brasileira, no qual a classe dominante elitizada coloca-se no país, em ordem de “batalha”, pois seleciona no fio do discurso, práticas já significadas, baseadas e forjadas em outras redes de significações, como o “discurso do desenvolvimento humano”, de forma a impedir a circulação de sentidos inerente ao direito dos negros aos espaços acadêmicos.

Sujeito e discurso que saem de redes de memória dos arquivos semiaberto da dissimulação (RODRIGUES, 2007) para negar discurso da reserva de vagas e reafirmar a excelência do mérito, com sentidos ideológicos, práticas históricas, como se pode perceber em (28), no qual se vislumbra a posição sujeito não afrodescendente a se representar no dizer como capaz, a exaltar a eficiência do mérito, dos mais capazes, intelectualmente, para acesso ao ensino superior, à universidade pública, sem considera, pois, aí, os séculos de escravidão, desigualdades sociais envolvendo os negros no território brasileiro.

### **2.3 Discurso da incapacidade**

Os dizeres que se referem à incapacidade tomam como base à inteligência dos afrodescendentes, que ingressam à universidade pública via reserva de vagas. No entanto, ao construir sentidos inerentes aos negros que entram nos ambientes acadêmicos, a posição sujeito, tece no dizer uma identidade, instaurando uma multiplicidade de discursos e efeitos de sentido. Fazendo, assim, circular um dizer, um processo discursivo, estabelecidos em práticas impulsionadas pela classe dominante e, em redes de sentido que representam o afrodescendente como inferior na sociedade brasileira.

- (13)“O negro só entra na universidade por causa da cota”(F.14, p. 01).  
 (18)“Criaram as cotas porque negro e índio não tem capacidade de passar nos vestibulares” (F.8, p. 01).  
 (26)“As cotas é como dizer você não é capaz de concorrer com os brancos” (F.12, p. 02).  
 (58) “estão chamando-os de incompetentes” (F.09, p. 02).  
 (37)“Para mim de conhecimento de todos devem ter o mesmo potencial, portanto, sou contra as cotas” (F.09, p. 02).  
 (44)“Não é capaz de competir com os brancos” (F.15, p. 02).  
 (55) “Aquele que precisa da pena, da migalha dos outros, para poderem passar em uma universidade” F.10, p. 05).

Sob essa perspectiva, os enunciados acima, na discursivização da reserva de vagas para afrodescendentes em universidades públicas, têm, pois, como um dos efeitos de sentido a “inferioridade do afro-brasileiro”, de galgar lugares sociais mais elevados na sociedade. E sustenta esse dizer, pela inscrição numa memória, numa formação discursiva, que se promove, como superior, escolarizada, com condições sociais, e com uma cor de pele legitimada a significar sentidos institucionalmente positivos, isto é, legalizados a produzir efeitos aprovação por uma estrutura social ideologicamente estabelecida.

Uma perspectiva firmada, num discurso ideológico colonialista, de onde irrompem significações, redes de sentido, que se entrelaçam na discussão das cotas, a produzir um efeito de inferioridade do negro que ingressa pelo sistema de reserva de vagas.

Uma desses discursos colonialistas é a corrente de pensamento chamada “darwinismo social”. De acordo com essa teoria, que teve uma aceitação no Brasil nas últimas décadas do século XIX, e nas primeiras décadas do século XX, tinha como princípio “a sobrevivência dos mais aptos”, dos mais inteligentes sobre os mais inferiores. Faziam essa classificação de mais aptos e de mais inaptos entre seres humanos, do mesmo modo com que, Charles Darwin, explicava a competição da vida entre espécie de animais (FILHO, 2008, p.31-41).

Por outro lado, também, Artur Gobineau (1816-1882), conde francês, considerado o pai do racismo científico, escreveu um livro intitulado, “Ensaio sobre desigualdade das raças humanas”, que segundo ele: “A raça branca possuía originalmente o monopólio da beleza, da inteligência e do vigor. Por sua união com outras variedades, criaram seres híbridos, débeis, fortes, mas sem inteligência e, sobretudo feios” (FILHO. A. 2008, p.16).

Isso, na verdade, é uma retomada do que se entendia na época de Gobineau por “raça ariana”, consideradas supremas, acima das outras, com cores e etnias diferentes, embora, Gobineau nunca definiu o que seria uma raça ariana. Apenas afirmava que os brancos eram superiores e mais capazes do que os afrodescendentes, os indígenas ou qualquer outra, com uma etnia diferente.

Isso, efetivamente, são discursos, práticas colonialistas que a posição sujeito não afrodescendente em (13), (18), (26), (58), (37) (44) e (55) se apropria por meio de redes de memória, e de formações discursivas que propagam tabus (ORLANDI, 2008c), efeitos de verdade, que negam e silenciam direitos aos negros. Essas posições colonialistas emergem nos discursos, a partir da unidade “não tem capacidade”, em (18), “não é capaz” (26), (44) “incompetentes” (58), que representam um dizer, um grupo de sentido, ou mais especificamente, tabus, que focalizam a inteligência humana, comprovam a inferioridade do afrodescendente que ingressa por reserva de vagas.

Desse modo, irrompem, assim, das redes de memória os discursos biológicos, principalmente, os do darwinismo social, que produzem um efeito de comprovação científica que é necessariamente inferioridade do afro-brasileiro, e a sua pouca inteligência para se estabelecer em sociedade, nos ambientes de ensino superior.

Mais adiante, nesses enunciados constata-se os verbos “ser” e “ter” representado nos discurso, como “é” “tem” cria o efeito de sentido no discurso, trazendo em si, um sentido de identificação, de predicação, e de validação de uma prática histórica no quais esses verbos ativam discursos, já significado como também inscritos numa memória, permeado por práticas sociais e discursivas, que caracterizam o negro, como inferior.

E que não tem capacidade de se situar na sociedade, ou de se projetar no mercado de trabalho constituído por regularidades nas convivências e nas rotinas sociais, que demandaria um profissional, um estudante assíduo, competente que saiba manusear a língua nas diversas situações, e que domine as funções as quais irá exercer. Para tais questões, o negro que adentra pelas cotas, seja num curso superior de uma universidade ou mesmo num concurso público, não conseguiria ter êxito, como também não conseguiria acompanhar outros brancos, que ingressam pelo mérito.

È importante enfatizar também nesses enunciados o trabalho simbólico das partículas negativas “não” (MAINGUENEAU, 1987a), em que algumas podem estar subtendidas e outras, porém, pode-se ser constata pelo prefixo “in” e outras também podem entremear-se e entrelaçar-se aos enunciados, ou seja, podem ocupar diversas posições, isto é, estar no início, meio ou mesmo no fim.

De acordo com Maingueneau (1987a, p.80), podem-se distinguir dois tipos de negação, uma polêmica e outra descritiva. Na negativa descritiva, o locutor descreve um estado de coisa do mundo, já na polêmica, por outro lado, o locutor contesta, opõe-se ao anunciado anterior, ou mais especificamente, refuta um enunciado positivo apresentado um argumento contrário.

Além disso, a negação polêmica constitui um ato de refutação ao outro enunciado que entra em contradição, ao passo que, a descritiva é compatível tanto com a contradição como com a contrariedade, pois, concorda com o conteúdo do enunciado, sem questionar a sua verdade.

Dessa forma, o uso das partículas negativas nesses enunciados, tanto aquelas explícitas quanto as implícitas instauram um movimento no discurso, refutando um caráter positivo, a questão das cotas para afrodescendentes, o que gera, por assim dizer, uma polêmica no discurso, uma vez que há uma posição histórica, institucionalmente, legitimada a significar nos ambientes sociais, que é contra a perspectiva de reserva de vagas em instituições públicas.

E apresenta isso, com um discurso, em que emerge as partículas negativas explícitas “não” (in) em (18), (26) e (44) e as implícitas em (13), (58), (37) e (55) a produzirem um efeito de “descontentamento”, de “negação” às políticas que reservam vagas em universidades públicas.

Isso através de uma posição histórica em que representa o afrodescendente como aquele que não possui condições intelectuais para ingressar numa universidade pública. Dessa forma, as partículas negativas explícitas “não” e as implícitas, aquelas (aquelas se pode inferir no contexto), representam no dizer da posição sujeito não afro-brasileiro, a inferioridade do negro, e também uma forma de negação as cotas no contexto brasileiro.

Já em (55) “Aquele que precisa da pena, da migalha dos outros, para poderem passar em uma universidade”, produz alguns efeitos de sentido. Mas antes de analisar esses efeitos de sentido, é preciso enfatizar que funcionamento desse discurso está intimamente ligado às condições de produção sócio-históricas, que o possibilitam significar de um modo e não de outro, ou melhor, as condições de produção é um lugar onde os sentidos “já-aí” adquirem um significado ideológico, retendo apenas o que lhes interessam e mascarando sob a base da língua os outros.

Diante dessas considerações, o enunciado acima mantém uma certa inerência com as posições que o teceram ao longo dos processos históricos, em que a posição sujeito não afrodescendente, sob o efeito ideológico de uma formação discursiva, inscreve-se para poder fazer significar um dizer ligado às questões das cotas na sociedade brasileira. O que significa que o enunciado (15), por meio do enunciado “aquele precisa de pena” produz um efeito de sentido que os negros que ingressam pelas cotas só o conseguiram pelo fato da sociedade brasileira, sentir “compaixão” ou “piedade” para com a situação hedionda e histórica, de sofrimento e miserabilidade com que a população afrodescendente passou ou passa no Brasil.

No entanto, veja que a posição sujeito interdita sentidos (ORLANDI, 1999b), como “as cotas como direito histórico por século de escravidão e preconceito de negros”; “cotas como forma de aumentar a representação de afrodescendentes nos espaços sociais” e cria no discurso, a partir de uma formação discursiva religiosa, uma afetividade, um efeito de dó, de compaixão dos negros escravizados ou marginalizados no país.

Ainda no enunciado (15), sobretudo, na unidade “migalha”, que retoma, por assim dizer, um discurso dos restos, que por algum motivo caíram ou foram deixadas de lado por alguma falha ou descuido da pessoa que está consumindo, porém, não é necessariamente à alimentação que está referindo esse discurso, isso é, em análise, um efeito de sentido produzindo pela inscrição da posição sujeito não afrodescendente numa formação discursiva de alimentação, em referência às cotas em universidades públicas.

É importante também argumentar, que o enunciado (15), embora pareça um discurso ingênuo, em sua materialidade discursiva, como se o sujeito fosse produtor, ou que o discurso não tivesse uma origem (efeito ideológico), mas em meio a essa opacidade do dizer, ouvem-se outros sentidos que, não é a do sujeito, mas um dizer que ele assume para criar os efeitos de transparência, de fechamento do discurso.

Como o discurso Bíblico, em que no Novo Testamento, em especial, no Evangelho de Mateus (15, 26) em que Jesus ao encontrar uma mulher cananéia em um suas caminhadas disse-lhe: “não é bom pegar o pão dos filhos deitá-los aos cachorrinhos. Ela lhe respondeu: Sim, senhor, mas também os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa dos seus senhores.

Na condição em que se discutem cotas para afrodescendente na sociedade brasileira a o enunciado “migalha” em (15), dessa forma, esburaca-se em paráfrase instaurando uma discursividade em que trafega um dizer representando o afrodescendente cotista, como aquele que necessita de “resto de vagas”, sobras de vagas para poder ingressar na educação superior no Brasil.

O que, pode-se evidenciar uma posição sujeito que reconfigura um pré-construído, vindo possivelmente, de um discurso de alimentação, a se projetar no Bíblico, e, ao mesmo tempo, a produzir um efeito de sentido de “restos” de vagas, de sobras de vagas nos ambientes sociais, inserido numa posição histórica permeada por práticas ideológicas, que analisam o sistema de cotas como um prejuízo para sociedade e não um direito dos negros.

## **2.4 Discurso da vergonha**

Os sentidos de vergonha na discursivização das cotas remetem-se, em média, as capacidades intelectuais dos afrodescendentes cotistas das universidades públicas. Um dizer que ideologicamente estabelece-se via redes de significações, a formar um discurso, uma representação dos negros que ingressam à universidade pública através do sistema de reserva de vagas.

Porém, é necessário enfatizar que o sentido de vergonha no dizer da posição sujeito não afrodescendente é um efeito ideológico das posições históricas, bem como uma forma de manter um único modo de acesso ao ensino superior, já que, ao enunciar representando o negro com uma certa “vergonha”, projeta-se no imaginário social um efeito de enaltação e de excelência do mérito, e, por outro rejeita o sentido das cotas disseminando nos ambientes sociais o discurso da inferioridade do negro.

(50) “Alguns negros começam a sentir vergonha de ter entrado p/cotas” (F.20, p. 04).

(56) “Ele se sente rebaixados e envergonhados na maioria das vezes” (F.08, p. 05).

(57) “Não comento para evitar constrangimento” (F.11, p. 06).

Assim, os dizeres acima têm inicialmente, como proposta expressar uma representação discursiva sobre os afrodescendentes cotistas, que ingressam em universidades públicas, por meios do sistema de reserva de vagas, isso, naturalmente, através das palavras “vergonha” em (50); “rebaixados” e “envergonhado” em (56) e “constrangimento” em (57).

Mas antes de adentrar profundamente nessas questões de análise, convém argumentar sobre a posição sujeito não afrodescendente desse discurso, em sua relação com os sentidos formulados em (50), (56) e (57), que é, na verdade, uma posição histórica, ideologicamente, estabelecida. Uma posição que se posta no dizer, carregada com práticas já-significadas, bem como já-formuladas, inscritas numa rede de memória, da qual, a posição sujeito não negro se apropria e dela se constitui para dizer o que quer dizer no discurso.

Por outro lado, com a discursivização das cotas para afrodescendentes no Brasil, da qual, a posição sujeito, isto é, o branco europeizado, em sua relação com dizer, coloca-se a comentar essa questão das cotas mobilizando, por isso, uma gama de sentidos, de práticas, inerentes ao negro e ao sistema de reserva de vagas na sociedade brasileira, o que produz alguns efeitos de sentido, de retomada no dizer, concernente ao afrodescendente cotista das universidades públicas, sobretudo, da UEMS, que é, necessariamente, o alvo dessa pesquisa.

Como se pode vislumbrar no enunciado (50) “vergonha” e (56) “envergonhado”, que são paráfrases um do outro, no qual o não afrodescendente numa posição acadêmica

representa no dizer, o negro cotista, como aquele que é, afetivamente, imbuído por uma certa vergonha, receio, por estar num ambiente universitário pelas cotas.

O que se pode compreender desse discurso (50) e (56) é que a vergonha não é senão um discurso ideológico, um efeito ideológico produzido por posições acadêmicas, brancos europeizados, nas universidades públicas, oriundos da classe dominante, elitizadas. Uma legitimação histórico do dizer, em que desprestigia o sistema de cotas e eleva, dessa forma, à credibilidade das vagas gerais, impondo-as como a única forma de acesso ao ensino superior no Brasil.

Em contrapartida, estigmatiza as cotas fazendo-a perder o seu efeito de sentido de direito histórico, isto é, as coerções produzidas pela legitimação do dizer relativo ao ensino superior no Brasil elevam à meritocracia como a principal forma de ingresso à universidade pública, e estigmatizam, assim, as cotas para acessos aos bancos universitários.

Outro efeito de sentido produzido nesse discurso pela unidade “vergonha” em (50), é a retomada do discurso filosófico, pela posição sujeito, uma vez que, ao fazer emergir a unidade “vergonha”, instaura-se um já-dito, um efeito de pré-construído no qual toma o discurso filosófico sobre a alma humana, e dele enuncia, construindo representações dos sentimentos dos negros cotistas das universidades públicas.

Embora a unidade “vergonha” seja um dizer psicologizante, isto é, uma reatualização pela psicologia contemporânea, a partir do discurso filosófico relativo à alma humana e as paixões humanas, das quais se formou, nas redes de sentidos, o discurso psicológico inerente à vergonha, que foi no passado, um objeto de profunda reflexão filosófica, com indagações concernentes à alma humana, as paixões humanas, sobretudo, por filósofos importantes, como Aristóteles, Descartes, Pascal, Rousseau, Kant etc, (TAILLE, 2002, p.01) dos quais a psicologia contemporânea toma por base para desenvolver as teorias psicológicas contemporâneas.

Desse modo, o sentido de “vergonha”, como uma capacidade humana refere-se à “identidade do sujeito” (BOONIN, 1983, p. 301) ou. Ou seja, vergonha diz respeito aos valores ideológicos historicamente formados, que moldam a identidade, dando-da posição sujeito lhe um sentido, uma visão de si, frente aos dizeres que o constituem, e que o cercam nos espaços sociais, o que quer dizer que o sentido “vergonha” instaurada pela posição sujeito não afrodescendente, não é senão um efeito das condições de produção, que discursivavam o sistema de cotas na sociedade brasileira.

Já no enunciado (52) a unidade “rebaixado”, parafraseia a unidade (50) “vergonha” e o enunciado (52) “envergonhado”, cujos discursos trafegam no dizer da posição sujeito, a

produzir um efeito de sentido de que os cotistas se sentem “desmerecido”, “inferiores”, “descontentes”, por estar na universidade pelo sistema de cotas.

Nota-se que o enunciado “rebaixado” é mesmo que dizer na base da língua “envergonhado”, o que se conclui nesse dizer, que existe aí, um mecanismo ideológico, que se apossa da identidade do negro reconfigurando o seu arcabouço discursivo, a produzir outros efeitos, como o de negação das cotas ou mesmo de não se considerar um afrodescendente.

No caso especificamente desse enunciado, pode-se perceber o discurso meritocrático de exclusão, atravessando a identidade do afrodescendente, impondo um sentido de verdade inquestionável, como lei do espaço social, ou mesmo, a única forma de acesso à educação superior. Um discurso que se aloja no dizer da “vergonha”, em (50); do “rebaixado” em (56) a criar no discurso um sentido de que os afrodescendente cotistas, em plenos os espaços acadêmicos, se sentem envergonhados, frutados por estar na posição de cotistas, quando realidade, isso é um efeito ideológico produzido pelo discurso da meritocracia, que no seu arcabouço, se mostra como único e inquestionável a poder a funcionar corretamente nos espaços sociais.

Esse dizer meritocrático, enquanto tal, não aceita que exista na sociedade brasileira, outras formas de acesso às universidades públicas, a não ser, as de vagas gerais, que é, uma forma de acesso bancos acadêmicos, firmada no mérito individual e, não nas condições sociais dos negros.

Em seguida, no enunciado (57), a partir da unidade “constrangimento”, escuta-se um dizer que irrompe das redes de sentido, a cerca do afrodescendente cotista, no qual a posição sujeito não negro instala no dizer um discurso no qual as cotas ao invés de significar direito dos negros de ingressarem à universidade pública, pelos séculos de escravidão, opressão e desigualdades sociais, passa, desse modo, a significar uma forma de violência moral.

O que, obviamente, ao enunciar a respeito de cotas para afrodescendentes, em pleno os ambientes acadêmicos no Brasil, gera aí, polêmicas e contradições, tendo em vista que, a meritocracia se constitui, hegemonicamente, em discurso do mérito acadêmico, na valorização da capacidade individual, a partir de discursos da classe dominante.

Se por acaso surgir outro meio de acesso à universidade pública, como as cotas para afrodescendentes, começam a surgir as redes sentido a respeito do negro, a capacidade deste de estar na universidade pública, enfim, discursividades que emergem na sociedade, com efeitos de sentido variados, em forma de paráfrase, a ressignificar o sentido de direito, e a desestabilizar o sentido de direito histórico do negro de estar num ambiente acadêmico, através da reserva de vagas.



Nesse sentido, pode-se compreender o efeito produzido pela unidade “constrangimento” na discursivização das cotas para afro-brasileiros, como uma violência moral aos negros cotistas das universidades públicas. Ao invés de significar um direito social é ressignificada no dizer, a produzir um efeito de sentido de agressividade.

Um discurso ideológico que projeta as cotas como violenta e o afrodescendente como uma vítima. Um dizer que reconfigura o sentido de direito das cotas e do negro na sociedade brasileira, redefinindo suas identidades, e seus sentidos, fazendo ecoar um discurso de opressor e outro de oprimido.

Assim, a unidade “constrangimento”, desdobra-se em paráfrases, ecoam outros dizeres, principalmente, o de violência, no qual o sistema de cotas é representado como o que oprime o afrodescendente cotista, com sua forma de reservar vagas em universidades públicas. No entanto, esse dizer, é uma posição ideológica, um efeito da meritocracia que se opõe a reserva de vagas no Brasil, representando-a discursivamente como uma política “opressora”, “maldosa”, aos afro-brasileiros por estarem num ambiente social, onde, há séculos o mérito exerce de uma certa soberania na sociedade.

De forma geral, o sentido de violência das cotas é um efeito de sentido produzido no discurso do mérito, que se coloca como única forma de acesso à educação superior na sociedade brasileira, desconsiderando, pois, as condições sociais dos afrodescendentes no país, bem como as desigualdades de acesso à escolarização, que ainda um fator preocupante no contexto social brasileiro.

## **2.5 Discurso da sorte**

A discursividade da sorte forma-se em condições de produção onde o negro, após 400 anos de escravidão, ainda continua sendo excluído dos lugares sociais, sobretudo, quando se trata de reserva de vagas em universidades públicas para esse grupo étnico. Desse modo, o discurso da sorte presentificado no dizer da posição sujeito não afrodescendente, além de explicar a razão pela qual o negro encontra-se em situação de extrema desigualdade no Brasil, culpabiliza o próprio afrodescendente pelo estado de marginalidade que existe hoje no país. Isso baseado em discursos, em práticas defendidas pela classe elitizada, com dizeres de manutenção de uma hegemonia e de uma supremacia intelectual.

(46) “Talvez com menor sorte que os brancos” (F.13, p. 03).

Diante disso, antes de analisar os dizeres nesse discurso, convém refletir nesse enunciado da posição sujeito não afrodescendente, o efeito de sentido causado pelo modalizador epistêmico (CASTILHO, 1993) “talvez” no enunciado (46), que, em si, manifesta um menor comprometimento do sujeito com o dizer, isto é, procura sob a base da língua enunciar produzindo efeitos incerteza no discurso, expressando a má sorte do afrodescendente. Isso, evidentemente, um efeito de sentido de dúvida no dizer, de forma que, a posição sujeito não quer se comprometer com a exatidão dos sentidos que formula referente à sorte do negro de participar dos espaços sociais.

De outro ponto de vista, a discursividade (46) produz alguns efeitos de sentido, em especial, a partir do enunciado “sorte”, que muda de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra (PÊCHEUX, 1997a), isto é, as formações de discursiva que a significam, faz com que a memória se movimente em suas fronteiras, gerando assim, novas atualizações, novos dizeres.

Considerando, que a unidade “sorte”, assume diferentes atualizações em seus sentidos, a saber, nos discursos, religiosos, místicos, filosófico que nela se inscrevem e atualizando suas práticas, criando novas sentidos, de acordo com suas particularidades. Alguns a veem como um evento, circunstância ou mesmo destino. Segundo Gunther, (2013, p.20).

Os dicionários são de ajuda limitada nesse quesito. A definição encontrada nos dicionários consultados pode ser discutida, pois cada uma parece preferir uma filosofia em detrimento de outra. O dicionário de Funk & Wagnall da língua inglesa começa sua definição afirmando que sorte é “aquilo que acontece por acaso”. Alguns argumentariam que essa é uma definição boa e completa, mas outros diriam que não, que a sorte é mais do que apenas o acaso. Já o Random House Dictionary parte para uma definição mais mística: “Força que parece determinar tudo o que acontece de bom ou ruim a uma pessoa.” Força? Que força? Já o velho Noah Webster diz que sorte é “uma força sem propósito, imprevisível e incontrolável que modela eventos de forma favorável ou não para determinado indivíduo, grupo ou causa”. Mas as pessoas mais religiosas não concordariam com a ideia de que a sorte não tem propósito. Os defensores da astrologia e dos fenômenos psíquicos também não concordariam que a sorte é imprevisível. E muitos apostadores que frequentam os cassinos e as corridas de cavalos de Las Vegas, Monte Carlo e outros lugares pelo mundo não concordariam que a sorte seja necessariamente incontrolável também.

Porém, não é o objetivo, aqui, discutir o enunciado “sorte”, mas analisar os seus

efeitos em torno da reserva de vagas para afrodescendentes, isto é, os sentidos, as representações que estão na opacidade desse discurso. Tendo em vista que, a questão das desigualdades históricas entre brancos e negros na sociedade brasileira, não se reduz apenas a sorte de cada grupo social, mas, as formas de manutenção de uma certa representatividade promovida nos discursos, que sob uma ideologia de exclusão, de funcionamento de sentido, mantem em si, um único sentido verdadeiro no imaginário social, ou seja, único sentido a poder circular nos espaços sociais a produzir efeitos de verdades inquestionáveis.

Assim, a posição sujeito na sua relação com as cotas procura explicar as desigualdades entre brancos e negros nos ambientes sociais, como decorrência da “pouca sorte” do afrodescendente no Brasil, desconsiderando, pois, a historicidade da população negra na sociedade brasileira, com suas péssimas condições de existência oriunda, naturalmente, da negação de direitos à educação, à saúde, ao trabalho e à cidadania, o que quer dizer que acesso ao ensino superior não é uma questão de sorte, mas resulta das desigualdades sociais, dos discursos excludentes que irrompem nos dizeres de posições históricas.

E, sem especificar os preconceitos de cor e as estigmatizações sociais, que impediram os afro-brasileiros de terem acesso à escolarização, ao trabalho, enfim, participação nos lugares sociais. Em outros termos, não se pode reduzir as condições sociais dos negros a “simples má sorte”, ao contrário, isso decorre da validação de uma dizer proveniente da classe elitizada que, historicamente, vem justificando as mazelas, as miserabilidades ligadas à população negra como decorrência de uma simples “falta de sorte”.

Desse modo, um dos efeitos que emerge no discurso da posição sujeito não afrodescendente relativo às cotas é o sentido de “azar”, que atribui, naturalmente, à condição social do negro, a saber, tenta explicar a razão pela qual a população negra encontra-se excluída e marginalizada dos ambientes sociais, é uma das possíveis causas de acordo com ele, é o azar, a má “sorte”.

Ou seja, como se um evento subjacente à condição de existência, que é miserabilidade, o preconceito e a “exclusão” fossem provocadas por “mero acaso do destino”, isto é, excluir afrodescendentes é um acaso do destino, bem como não ter sorte é “uma característica do negro”, ou mesmo, não participar dos ambientes sociais, como universidades públicas, um emprego, enfim, uma educação de qualidade é “um evento do acaso”, que simplesmente pode acontecer, pelo fato do afrodescendente não ter tanta sorte como o branco.

Em suma, a posição sujeito explica que a causa da desigualdade entre brancos e negros no Brasil, é provocada pelos “azar” uns possuem sorte e outros não, e, com isso,

silencia no discurso os anos de escravidão, preconceitos e marginalização social. Sendo que, esse dizer da “má sorte” é, na verdade, uns dos mecanismos ideológicos de exclusões, que ainda se fazem presente na sociedade brasileira.

Esses mecanismos ideológicos ainda se prestam a impedir o acesso de afrodescendente aos ambientes sociais, com significações, um conjunto de sentidos construídos por uma formação discursiva, para uma dada formação ideológica, em que a exclusão do negro no Brasil, é tratada apenas como uma “falta de sorte”, “má sorte” e um evento do destino isto é, mascaram nos discursos as desigualdades entre brancos e negros, bem como seus efeitos na sociedade.

Dessa forma, o sentido de “azar”, de má sorte, é um efeito ideológico pelo qual, a posição sujeito não afrodescendente, nas discussões das cotas assume, para negar direitos sociais. Um efeito proveniente das formações ideológicas, que se postam no dizer dos não afrodescendentes das universidades públicas, a discursivisar as cotas para negros, criando, dessa forma, efeitos de negação, de recusa aos direitos sociais.

### **3.6 Discurso do absurdo**

O discurso do “absurdo é um dizer que apresenta algumas particularidades inerentes à forma de significar no contexto social brasileiro, em especial, no contexto do sistema de cotas para afrodescendentes, que é onde os sentidos ganham forma, adquirem uma legitimidade de grupos sociais e, conseqüentemente, circulam no Brasil produzindo efeitos de verdade.

Isso, baseado em discursos ideológicos, em poderes constituídos, sobre os quais, a identidade do afro-brasileiro e do sistema de cotas vem sendo formada, a assumir significados, a saber, palavras, expressões adquirem sentidos relativos à discursivização da reserva de vagas em ambientes acadêmicos, por meio de práticas historicamente constituídas no dizer, que repelem a questão das cotas na sociedade, dando-lhe um sentido de “absurdo”, “inaceitável”, “inadmissível”, “intolerável”, entre outras redes de sentido que se entrelaçam no discurso a criar um efeito de negação do sistema de cotas.

Então, para um enunciado como este fazer sentido na discussão das cotas e circular no espaço social, é necessária a compreensão dos mecanismos ideológicos e de poder que se entremeiam no dizer, a regê-lo, a parafrasear outras práticas. Desse modo, o enunciado (61), “absurdo”, é como dizer em outras palavras que as cotas é “irracional”, ilógico, “barbaridade”, ou mais amplamente, redes de sentidos que a posição sujeito não afrodescendente retoma no dizer, a construir uma releitura da reserva de vagas, como uma coisa que foge ao natural humano, que não se adequa à rotina da sociedade.

De outro lado, na opacidade desse dizer, os mecanismos ideológicos que estão presentes nesse discurso, através da posição sujeito não afrodescendente, enquanto acadêmico e pertencente a um lugar já significado, historicamente, e ritualizado por uma ordem do discurso, isto é, por práticas de acesso ao ensino superior no Brasil, em que ecoam discursos ideológicos de constituição da educação na sociedade brasileira.

Ou, mais precisamente, dizeres parafraseados que afirmam, discursivamente, quem deve ou não ter acesso à universidade pública, em resumo, uma classe elitizada, que se posta no dizer a veicular, por meio da unidade “absurdo” em (61), um sentido ideológico, um discurso em que se legitima como único que pode ter acesso ao ensino superior público.

A educação superior no Brasil, não é algo de hoje, mas, envolve séculos, desde a chegada da família real ao território brasileiro, com suas práticas, e os seus modos de acesso à educação, à qual só podia ter acesso àqueles que são portadores de títulos de nobreza, ou que pertenciam à elite da sociedade, as outras, no entanto, ficavam à margem da sociedade, excluídas de ambientes sociais, sobretudo os negros africanos e os indígenas.

Assim, no enunciado “absurdo”, em (61) a posição sujeito faz emergir na sociedade, ou mais propriamente, faz emergir no Brasil, um sentido de desaprovação, de escândalo, de descontentamento da reserva de vagas no país. Um dizer que não aceita as práticas de acesso à universidade pública via sistema de cotas, o que se percebe uma posição ideológica e histórica nos ambientes acadêmicos, a impedir o desenvolvimento de políticas sociais, que venha reparar, implementar políticas voltadas à população afrodescendente no país.

Um discurso, pois, que se inscreve na “agenda social”, e nos discursos semiabertos da dissimulação da reprodução das desigualdades sociais, que se baseia em formulações, em dizeres de crítica social, isto é, a posição sujeito coloca-se a discursivizar as cotas de forma opositiva, negando-a no “fio do discurso”, nos sentidos entrecruzados do “interdiscurso”, em redes de sentido, que se movimentam nas condições sócio-históricas, da qual a posição sujeito se inscreve para rejeitar direitos sociais à população negra.

Além disso, as cotas nesse enunciado (61) passam por regimes de silenciamento pelo qual, na base do discurso, a posição sujeito não afrodescendente, através da unidade “absurdo”, em (61), instaura um dizer contra as cotas, firmada em uma posição acadêmica, historicamente, constituída e legitimada a significar nos ambientes sociais, já que, o ensino superior brasileiro é um lugar ao qual nem todos podem ter acesso, apenas os de dotada capacidade intelectual e os economicamente estabilizados.

Ao passo que, os outros, quer na idade apropriada, não podem ter acesso ao ensino, quer por questões envolvendo as condições sociais e econômicas, são excluídos dos bancos universitários, mormente, o afrodescendente que, de certa forma, é um dos principais grupos étnicos do Brasil, e um dos que mais participam dos processos de marginalização, em especial, no quesito educação superior, que é onde o poder se encontra constituído e afirmando nos dizeres.

Sendo assim, o enunciado “absurda” em (61), pode-se perceber, que a posição sujeito, num dizer ideológico, apaga sentidos que se referem às desigualdades sociais entre brancos e negros na sociedade, em favor de um discurso hegemônico, constituído com/pelo poder, de forma a impedir a circulação de direitos sociais aos negros, o que significa que posição sujeito enuncia um dizer sustentado por uma discursividade de crítica social, na qual se posta a negar as cotas, bem como a silenciar quaisquer sentidos de direito dos afrodescendentes de ingresso à universidade pública por meio do sistema de reserva de vagas.

## **2.7 Discurso da vontade individual**

Esse dizer da “vontade” individual formulado pela posição sujeito não afrodescendente inscreve-se em várias redes de significações, até produzir um efeito no discurso. Uma formulação baseado em redes de sentidos, que se põe mostrar ao afrodescendente a inutilidade do sistema de reserva de vagas. Um “eu” independente, com livre-arbítrio e com uma inteligência, alicerçado num discurso de ajuda, a enunciar que o negro não precisa de cotas para ingressar no ensino superior, pois não depende de nenhuma política governamental, ou social para que esteja na universidade, mas somente e unicamente do seu “eu” e de sua inteligência.

Entretanto, esse “eu” que enuncia vem de um discurso proferido de uma conjuntura social, que historicamente escravizou negros na sociedade brasileira, o que significa que esse dizer da posição sujeito, não é senão um modo de manter o mesmo sistema excludente do

passado, com suas ideologias de não aceitar que negros participem dos mesmos lugares sociais que os brancos.

(01) “Isso depende da força de vontade de cada um” (F.1, p. 01).

Por conseguinte, o discurso formulado no enunciado 01), em especial, na unidade “vontade de cada um”, projeta um dizer “da livre vontade”, da “livre escolha” dando ao sujeito à capacidade de escolher seu rumo, sem nenhuma restrição, impedimento. Um discurso do livre arbítrio, que se “injeta” no dizer da posição sujeito referente às cotas, a criar um efeito de que na sociedade brasileira, não existem práticas de exclusão social, muito menos desigualdades sociais. O que se pode inferir nesse dizer, pois, é que todos podem ter acesso à educação superior, só basta “ter vontade”.

Um discurso motivacional que se desprende de outras filiações sócio-histórica, e se oculta na base da língua, via mecanismos ideológicos, a desestabilizar o sentido, a função do direito histórico do afrodescendente de ingressar na universidade, através da política de reserva de vagas.

De outra parte, a unidade “depende da força”, ainda no enunciado (01), configura sua materialidade, a partir do discurso motivacional, o chamado discurso de “ajuda”, que possui em sua base, dizeres da “psicologia”, que, juntamente, com discurso religioso, contribui, desse modo, para criar um efeito de sentido de “motivação”, “energia extra”, “um fortalecimento”, ou seja, um dizer que configura sua base, no discurso da psicologia, e no religioso, como “um efeito de sustentação”, (PÊCHEUX, 1997a) a entremear nesse discurso da “força de vontade”, proporcionando os dizeres, os sentidos para a posição sujeito dizer o que quer dizer, isto é, construir um sentido em relação às cotas e ao afrodescendente.

Em outras palavras, esse discurso “força de vontade”, é, portanto, uma posição ideológica, intrinsecamente, ligado às posições históricas, hegemônicas, que sempre manteve e matem o afrodescendente em segundo plano na sociedade brasileira.

Um discurso que propõe em suas bases, que os afrodescendentes deveriam ter força de vontade de modo a poder ingressar numa universidade pública, o que é, obviamente, um dizer que estabelece relações interdiscursivas com o discurso do mérito; a forma pela qual o indivíduo ingressa nos ambientes sociais, com as capacidades aprendidas em atividade de escolarização, em ambiente de ensino no Brasil.

É necessário acrescentar que, no passado a escolarização de afrodescendente foi negada

no país, só a partir de 1960, que começou a população negra ter acesso aos bancos escolares, antes disso, só havia formas de exclusão e miserabilidade, isto é, uma escola hegemonicamente branca, com práticas construídas a partir de discursos ligados à classe elitizada.

Em contrapartida, o discurso das cotas baseia-se numa história que foi silenciada, apagada, impedida de emergir sentidos de direito, da participação dos lugares sociais. Um dizer, em que a palavra “ser afrodescendente” é reproduzida no discurso da sociedade como “ofensa pessoal”, índice de exclusão. Visto que, nem todos querem ser afro-brasileiros, num país, onde em determinados lugares a palavra “negro” já vem carregada com sentidos pejorativos.

Um conjunto de práticas históricas, onde esse grupo étnico não pode participar dos mesmos lugares em que brancos participam, bem como, já vem com um conjunto de práticas já significadas, a cerca do povo negro, com uma identidade já constituída, perpassadas com significações depreciativas, com estigmatizações, preconceito de cor, e o sentido de inferioridade.

O que significa que, a unidade “força de vontade” em (01), além de ser um efeito de sentido sustentado pelas condições sócio-históricas, concernente ao afrodescendente, no qual cria representações inerentes à condição social, veiculando sentidos como: “os negros não precisam de cotas”, “de reserva de vagas”. Um dizer ideológico que incentiva o afrodescendente a romper com seus direitos históricos e ingressar por um meio que não leva em conta os séculos de escravidão, muito menos as exclusões sociais, mas um conjunto de atributos construídos pela classe dominante, ao longo dos processos históricos, a desarticular o efeito de direito das cotas em universidades públicas no Brasil.

## **2.8 Discurso da injustiça**

Para se compreender o efeito de sentido nesse dizer, no interior da discursivização das cotas na sociedade brasileira, é importante analisá-lo quanto ao seu funcionamento, uma vez que, as posições que se inserem para enuncia-lo se apropriam do discurso jurídico, do estado de modo a constituir um sentido com um certo valor social, isto é, circule no país ganhando legitimidade, a formar processos identitários, posições sujeitos a enuniar contra a política de cotas em universidades públicas.



(34)“Acho uma injustiça. Se ele que ter o mesmo direito que os brancos por que não começar por aí” F. 01, p.02).

(35)“Facilitou p/alguns, porém prejudicou outros” (F.17, p. 02).

Nessa perspectiva, o discurso da injustiça encontra-se em relações de paráfrase com os enunciados (34) e (35), que remetem um ao outro. Isso evidentemente, através do enunciado “injustiça”, em (34), sobre o qual circula um discurso jurídico, mais precisamente, um discurso do estado (ALTHUSSER, 2007) com suas normas e regimentos funcionamentos das leis.

Entretanto, esse dizer produz também alguns efeitos de sentido na medida em que a posição sujeito não afrodescendente, no ambiente universitário, refere-se às cotas, deslocando-a do seu efeito de direito histórico e inscrevendo-a na ordem da injustiça. Vale enfatizar nesse ponto as palavras de Pêcheux, (1997a, idem) que segundo ele, as palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, posto que, numa conjuntura social, um dizer assume um efeito de sentido de “justiça”, alicerçado num funcionamento discursivo dado.

Isso, claramente, numa sociedade marcada por uma série de discursos históricos, ideológicos, meritocráticos, dizeres construídos numa memória, com práticas excludentes, poderes constituídos ligados ao capitalismo desenfreado, nos quais, forjam um sentido de “justiça”, de direitos, isto é, concebem um sentido de justiça e outro de “injustiça”, especialmente, na sociedade brasileira, que escravizou durante 400 anos, a população negra, com um conceito de “justiça”, que na época, isto é, no período da escravidão circulava um dizer de normalidade da escravidão, ou seja, que escravizar negros era uma forma de exercer um direito social.

No entanto, na atualidade, com aprovação de cotas na sociedade brasileira para ingresso de afrodescendentes à educação superior, o conceito de “justiça” não se modificou, na medida em que as posições históricas que escravizaram e excluíram negros no passado, ainda prevalecem com um discurso contra as cotas, rejeitando o acesso de afrodescendentes aos espaços sociais.

Ou seja, se no período da escravidão circulava um dizer, que escravizar afrodescendentes eram um modo de assumir um direito social, inibido-os de terem acesso aos lugares institucionalizados. Por outro lado, na atualidade, com as cotas impera-se ainda um discurso de exclusão, visto que, assumir a reserva de vagas é uma forma de “injustiça”, de desrespeito ao direito social.

Percebe-se, assim, que o sentido de “injustiça” das cotas é alicerçado em discurso da classe dominante, historicamente, inscrito no dizer da posição sujeito. Esse discurso se dá num palco de relações sociais, nos quais as exclusões, os preconceitos e a miserabilidade no que se refere ao acesso aos lugares sociais, é um das situações problemáticas do Brasil, já que, as significações que marginalizaram e marginalizam negros dos lugares institucionalizados nos períodos anteriores, ainda continuam latejando no país, com formas de preconceitos e negação dos direitos sociais à população afrodescendente.

Em suma, existem nas discussões em torno das cotas para afro-brasileiros em universidades públicas, funcionamentos ideológicos, que determinam o que deve ou não ser justiça, a partir da posição do sujeito.

Ao enunciar na posição de acadêmico não afrodescendente, os discursos que surgem aí, são dizeres ideológicos, já que, a própria universidade pública no Brasil, é marcada por práticas, discursos de posições elitizadas, trazidas ao país, com significações já-ditas, um conjunto de dizeres históricos, já construídos para um dado tipo de sociedade, constituída, em média, por brancos, com certos rituais de acesso à educação.

Em termos específicos, o que a posição sujeito compreende, ideologicamente, como “injustiça” é, na realidade, uma reconstrução ideológica, uma representação das formações ideológicas, que representa no dizer, porque, as cotas foram desenvolvidas num dos países, que mais importou negros para trabalho escravo.

Além disso, considerando que, ainda existem discursos, filiações sócio-históricas, dizeres que, em plena contemporaneidade, não aceitam que afrodescendentes participem dos mesmos lugares sociais, bem como não admitem políticas sociais que beneficiam esse grupo étnico, o que mostra que os discursos de negação aos direitos do povo negro, de participar dos ambientes sociais, na sociedade brasileira, ainda se encontram ativos sob uma extensa rede de sentidos, principalmente, através da palavra “injustiça” que carrega em si, os anseios, os objetivos de uma classe, de um grupo de indivíduos, brancos europeizados, na sua relação com a ideologia acadêmica institucionalizada.

Ainda no enunciado (34), encontra-se a sequência discursiva “Se ele que ter o mesmo direito”; cujo efeito, ainda remete ao sentido de “injustiça”, ou seja, que o sistema de cotas é injusto para com os outros grupos étnicos. Nesse mesmo enunciado, observa-se que ele é introduzido pela partícula “se”, que a posição sujeito acadêmico não afrodescendente se apropria, de forma a condicionar o dizer, impondo uma condição ao negro, ou mais especificamente, a posição sujeito cria uma condição para que o afrodescendente ingresse no ensino superior.

Isso pode ser constatado no discurso, por meio da partícula condicional “se”, que produz um efeito de sentido de que o afrodescendente necessita provar que merece estar nos ambientes sociais, isso, claramente, não por meio das cotas, mas através das vagas gerais, sistema pelo qual ingressam brancos pertencentes à classe elitizada.

Esse dizer ainda produz, implicitamente, algumas inferências. De um lado, estabelece um sentido de negação à reserva de vagas impondo na ordem do discurso, um dizer com um falso de sentido inclusão: de que os afrodescendentes possuem os mesmos direitos sociais que os brancos.

De outro a unidade “os mesmos direitos”, instaura uma reciprocidade no discurso. Um dizer que produz uma “falsa igualdade social” uma vez que, institui que o afrodescendente para ser aceito, como tal, nos ambientes sociais, historicamente legitimados, é necessário que ele ingresse pelas vagas gerais, só assim, conseguirá obter os mesmos direitos na sociedade brasileira.

Veja que um efeito ideológico naturaliza esse dizer, evocando para isso, o discurso da falsa igualdade na sociedade, isto é, inscreve o dizer num discurso da democracia racial de Gilberto Freire, do qual se apodera a criar um efeito de sentido de “harmonia” de “reciprocidade”, ou mesmo de que “os afrodescendente não precisam de cotas”, e que “não existem desigualdades sociais no Brasil.

Em outras palavras, a posição sujeito não afrodescendente mobiliza sentidos de redes de significações, a criar um efeito de que os negros ao ingressarem em vagas gerais terão uma “liberdade”, “um livre-arbítrio” na sociedade, e um pleno acesso aos lugares sociais, o que, na verdade, é apenas um dizer ideológico, um conjunto de discursividade contra a política de cota no Brasil, a fazer com que a população negra reprima à sua identidade de afrodescendente, os direitos históricos que lhe são inerentes.

Ao opor-se as cotas constitui uma forma de rompimento com sua própria identidade de afrodescendente, bem como, uma forma de aliar-se com os discursos de exclusão e ao poder, aqueles que, historicamente, tem condicionado à marginalização de negros dos lugares sociais.

Já no enunciado em (35), o verbo “facilitar” que significa de acordo com o Novo Dicionário de Língua Portuguesa, Ferreira (2004) “tornar fácil”, que, interdiscursivamente, produz alguns efeitos de sentido inerente às cotas.

Ao introduzir o seu dizer com esse verbo, a posição sujeito não afro-brasileiro, além fortalecer o sentido de “injustiça”, estabelece também um sentido de que a reserva de vagas, vem de certo modo, como uma forma de “ajuda extra” aos negros, por serem incapazes por si

só de entrar na educação superior.

Contudo, o enunciado “facilitar” ainda em (35), além criar uma identidade às cotas como uma forma de prejuízo aos brancos, representa o afrodescendente como aquele que ingressa à universidade por uma forma de “ajuda”, por uma compaixão da sociedade, sendo que, o sistema de cotas representa mais do que uma simples ajuda aos negros, mas um direito histórico.

De outra forma, ainda nesse enunciado em (35), a sequência discursiva “porém prejudicou outros”, instaura uma oposição (NEVES, 2011) entre dizeres, especialmente, por meio do operador “porém”, que produz um sentido negação. Um efeito provocado, necessariamente, pela implementação das cotas na sociedade brasileira. Ou seja, ao inserir o operador “porém” no discurso, marca-se uma oposição no dizer sobre as cotas, já que, de acordo com o dizer da posição sujeito não afrodescendente, essa reserva de vagas é prejudicial aos outros indivíduos, sobretudo, aos brancos no que refere ao acesso à universidade pública.

Entretanto, palavra “prejudicou” em (34), é uma retomada do discurso do enunciado (35) “injustiça”, ou seja, o enunciado (35) é uma paráfrase do de (34), cujo efeito no dizer, é de reafirmar o caráter imoral, “injusto” de “dano”, de “prejuízo” da política de cotas para afrodescendentes, sem, no entanto, considerar aí, o valor histórico, social, político e de direito histórico do negro, de ter acesso aos lugares sociais, que no passado lhe foram negados. E que, hoje, na contemporaneidade, esses dizeres de exclusão, continuam sendo refutado na base do discurso. Isso é, pois, evidentes nas práticas sociais, com forma de preconceito de cor e, na implementação de políticas inerentes ao afrodescendente no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do afrodescendente no Brasil não é aquela relatada nos livros didáticos e outros manuais de cunho pedagógico, bem como, não é aquela contada nos livros infantis, com esboços da escravidão no território brasileiro, mas é uma história que não se conta, muito menos a que se ensina, que, em teoria, continua aí, em plena contemporaneidade, a produzir efeitos de sentido.

A história que se permite contar é somente aquela referente à escravidão de negros nos espaços sociais, as outras, no entanto, são de quando em quando, silenciadas, apagadas, reconfiguradas a produzir outros efeitos, sobretudo, os de negação de direitos sociais de afrodescendentes na sociedade brasileira, que, na verdade, se efetua via mecanismos ideológicos promovidos pela classe dominante, a naturalizar sentidos da realidade social.

Mas é importante enfatizar que, na sociedade brasileira, circulam facilmente sentidos sobre a escravidão de negros, mas, por outro lado, os sentidos de exclusão, preconceito e marginalização social, juntamente, com os da reparação histórica, por séculos de escravidão no país, são impedidos de significar, negados em práticas discursivas, por posições sujeitos inscritas em condições produção dadas, mais precisamente, nas discursivizações sobre as cotas para afrodescendentes em universidades públicas.

Uma posição sujeito afrodescendente, acadêmicos de universidades públicas, ou melhor, da UEMS-Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a enunciar uma discursividade contra as cotas, e a produzir uma representação, um efeito de sentido, tanto do negro cotista, quanto do sistema de cota, desenvolvido na/pela universidade. Sentidos que envolvem a capacidade ou não do afrodescendente de ingressar na educação superior, em muitos casos, representa-o discursivamente como inferior, incapaz de ingresso à universidade, por outro meio que não seja à política de cotas.

Isso evidentemente, por meio de um discurso do mérito acadêmico, da inteligência e, principalmente, por um discurso pedagógico que se infiltra no dizer, a criar um efeito de legitimação, de verdade inquestionável, tendo vista que a escola, enquanto propagadora de um discurso pedagogizante, com suas práticas sociais, e um discurso hegemônico de práticas avaliativas, baseados em princípios e valores promovidos pela classe dominante, e não numa história de desigualdades sociais.

O que significa que a escola institui no seu ambiente, a ideologia, práticas que identifica, avalia os melhores e os piores, as capazes e os incapazes, sem considerar a

realidade social, as desigualdades sociais e econômicas que atravessam o país de norte a sul, de leste a oeste nas relações de poder.

Convém frisar que, a posição sujeito em sua ânsia de produzir sentido no dizer relativo às cotas, instaura alguns efeitos de sentido concernente à reserva de vagas, o principal deles, é representar o sistema de cotas, como discriminação e preconceito, para isso, inscreve-se em várias redes de sentido, de significações, nas quais retoma e se afilia, de forma a negar essa política de reparação histórica.

Como o discurso do Movimento Negro da década de 60 e 70, a Constituição Brasileira de 1988; e, também a Carta de Direitos Humanos. Toda essa a rede de sentido que a posição sujeito não afrodescendente restabelece no dizer, para criar um efeito de sentido de prejuízo, de dano, que é questão das cotas pode trazer à sociedade brasileira.

Mas também, cria sentidos no discurso, de forma a reafirmar a sua contrariedade às cotas, como o de “má sorte do afrodescendente” ou “pouca sorte”, na sociedade brasileira. Isto é, a posição sujeito tenta explicar motivo pela qual o negro encontra-se marginalizado nos lugares sociais, e o faz isso injetando no dizer o sentido de “pouca sorte” ou má sorte. Um discurso ideológico que explica as desigualdades sociais como mera questão de “sorte”, quando na verdade, é um efeito das exclusões provocadas pela classe dominante, com suas formas de impedir ao acesso de afrodescendentes aos ambientes sociais.

É necessário enfatizar que a posição sujeito não afrodescendente insere também no dizer, o discurso da “vergonha”, para criar uma identidade do negro e outra do sistema de cota, a partir de uma ideologia do mérito acadêmico, que se projeta, a criar um efeito de que a política das cotas faz com que o afrodescendente se sinta “envergonhado” de estar num ambiente acadêmico através da reserva de vagas. No entanto, essa dualidade no sentido é um efeito ideológico, provocado pela legitimação do mérito acadêmico no ensino superior e a negação das cotas como reserva de vagas.

Por outro lado, no discurso da posição sujeito não afrodescendente, as cotas são tidas, também, como uma forma de “injustiça”. As cotas por não privilegiarem o mérito acadêmico são no discurso da posição sujeito não afrodescendente, numa forte relação interdiscursiva com o discurso jurídico e do estado, representada como “injustiça” na sociedade brasileira.

No entanto, o conceito de justiça e injustiça se modifica ao passar de uma formação discursiva a outra, já que, no Brasil, a classe dominante carrega em si um sentido de injustiça baseado em princípios excludentes, em torno do acesso à escolarização na sociedade, o que

torna inviável ao afrodescendente, justamente, porque esse grupo possui uma história de exclusão social, que continua até hoje, efetuando-se nos discursos.

Sendo assim, o sentido de injustiça nos dizeres da classe dominante não é o mesmo para os afrodescendentes, mais precisamente, o que classe dominante pondera no dizer, sobre as cotas para afro-brasileiro, como injustiça, é para os negros uma forma de justiça pelos séculos de escravidão e marginalização social no Brasil.

De maneira geral, os dizeres inerentes ao sistema de cotas nas formulações da posição sujeito não afrodescendente da UEMS-Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, alicerça-se no discurso do mérito acadêmico, o qual assume voz da classe dominante, elitizada e enuncia contra as cotas, formulando dizeres acerca do negro e do sistema de cotas. Instaurando sentidos referentes à “inteligência”, à “inferioridade”, a “pouca sorte”, e ao sentimento de “vergonha” do afrodescendente de ingressar no ensino superior na sociedade brasileira. Isso, pois, através de uma posição histórica e ideológica no dizer que não tolera a permanência da população afrodescendentes nos lugares sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. São Paulo, Graal. 10<sup>a</sup> ed. 2007.

ANTUNES, G. **Discurso de Cotas na UEMS: uma questão polêmica**. Trabalho de Bolsa PIBIC/UEMS, UEMS – Nova Andradina-MS: 2009. Mimeo.

ATHAYDE F. **Ações Afirmativas, Cotas e a Inserção de Acadêmicos indígenas na Universidade Estadual de Mato Grosso do sul (UEMS)**. Dissertação de Mestrado em Educação. Disponível em: <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/8167-acoes-afirmativas-cotas-e-a-insercao-de-academicos-indigenas-na-universidade-estadual-de-mato-grosso-do-sul-uems.pdf>. Acessado em: 31 de julh. 2015.31/07/2015.

BESSA, Valéria Hora. **Teorias de aprendizagem**. Curitiba-PR, IESDE BRASIL S.A, 2008.

BECKER, Fernando. **O que é Construtivismo?** Série Ideias N. 20. São Paulo: FDE,1994. Disponível em [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias\\_20\\_p087-093\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_20_p087-093_c.pdf): Acessado em 20 dez. 2015.

BOONIN, L. **Guilt, shame and morality**. *Journal of Value Enquiry*, 1987.

BOUQUET, S. **Introdução à Leitura de Saussure**. Cultrix, São Paulo-SP, 1997.

BURQUERQUE, Wlamyra R. de, FILHO, F.F. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL, IBGE. **Indicadores IBGE: Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa**, 2003. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/retrospectiva2003\\_2013.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2013.pdf). Acesso em:12 de dez.2008.

CAMINHA, P.V. **Carta ao Rei Dom Manuel I**. Martins Fonte, São Paulo 20<sup>a</sup> ed. 2009.



CASTILHO, A. T. de; CASTILHO, C. M. M. de. **Advérbios modalizadores**. In: ILARI, R. (Org.). **Gramática do português falado**. Campinas, São Paulo: Ed. Da UNICAMP, 1992, p. 213-261.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo, Mc Graw Hill, 1977. p. 5.

CHAUÍ, Marilena. **Um convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo-SP, 2000.

CINTRA, Anna Maria Marques. **Determinação do tema da pesquisa**. Ibict, Brasília, 1982. V. 13 N. 18. 1982. Disponível em :<http://revista.ibict.br>: Acessado em outubro de 2015.

DUBOIS, J. **Lexicologia e Análise de enunciado**. In\_\_\_ Gestos de Leitura. Org. Eni P. Orlandi. 3ª ed. Campinas-SP, UNICAMP, 2010.

FARIAS, Anália Rodrigues de. **O desenvolvimento da criança segundo Peaget**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1972a.

\_\_\_\_\_. **A integração do negro à sociedade de classes**, São Paulo, Universidade de São Paulo 1979b.

FERREIRE, L. e ORRICO, E. (org.) **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro-RJ: Dp&a, 2002.

FERREIRA, R. **Ser e não ser: eis a questão – as minorias sexuais entre a legitimidade da diferença e o perigo da sua ontologização**. In: Políticas em linguagem: perspectivas identitárias. SP: Editora Mackenzie, 2006.

FERREIRA, Aurélio Alburquerque de Holanda. **Positivo Novo Dicionário de Língua Portuguesa**. Curitiba. Positivo, 3ª ed. 2004.

FERREIRA, Aurélio Alburquerque de Holanda. **Positivo Novo Dicionário de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 4ª ed. 1986.

FEITOSA & PAULO VICK. **Um prelúdio à lógica**, UNESP, Marília-SP, 2006.

FILHO, A.A. Manuel Bonfim: **combate ao racismo, educação popular e democracia radical**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FILHO, J.L. **Desenvolvimento da cana-de-açúcar sob diferentes formas de colheita e de manejo do palhão**. 2009.101f. Tese (Doutorado em Ciência)- Escola Superior de Agricultura da USP. Universidade de São Paulo Piracicaba.

FRANCO, M. A. C. **Acesso à universidade: uma questão política e um problema metodológico**. Educação e seleção, São Paulo, n. 12, p. 9-26, jul./dez. 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e senzala: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal**. 47. ed. rev. São Paulo: Global, 2003.

2003.

GOMES, N. L. Org. **Um olhar além das fronteiras educação e relações raciais**. Belo Horizonte. Global editora, 2010.

GOMES, J.B. **O debate constitucional sobre as ações afirmativas**. In: \_\_\_\_\_. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GUNTHER, M. **O fator sorte**. 1ª ed. Rio de Janeiro. Best Seller, 2013.

HALL, S: **A questão da identidade cultural**, 5ª ed. Campinas-SP, Unicamp 2003.

JUNIOR, F.A. **O pensamento político de Maquiavel**. Revista de Informação Legislativa, Brasília. V. 44 N.174, abr/junh. 2007. Disponível: <http://www2.senado.leg.br>. Acessado em 31 de Julh. 2015.

MUNARI, Alberto. **Jean Piaget**. Coleção Educadores, Recife-PB, Massangana, 2010.

MATEUS: **in Bíblia**. Trad. Almeida, João Ferreira. Rio de Janeiro. Casa Publicadora das Assembleias de Deus, 2002.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise de discurso**, 2ªed.Campinas, SP: Pontes, 1987a.

\_\_\_\_\_**Elementos de linguística para o texto literário**. Martins Sonte, São Paulo-SP, 2001b.

MENDES, M. **Mérito no discurso pedagógico: Entre a força e o esforço**. In Vozes dos Vales, Revista de Educaça da UFVJM. ISSN: 2238-6424, n 6, 2014, p.11-14. Disponível <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar>: Acessado em 31 de julh. 2015.

MUNANGA, K. GOMES, M.L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo, Global, 2006b.

\_\_\_\_\_**Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999a.

NASCIMENTO, Abdias do. **Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NEVES, Maria Helena. **Gramática de Usos do Português**. 2 ed. São Paulo: EDUNESP, 2011.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura**. Campinas: Cortez, 1988a.

\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999b.

\_\_\_\_. **Discurso e Texto. Formulações e Circulação dos Sentidos**. Campinas-SP: Pontes, 2008c.

\_\_\_\_. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. São Paulo-SP: Editora Brasiliense, 1983d.

PECHÊUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**, 3ªed.Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997a.

\_\_\_\_. **Papel da memória**. In: ACHARD, P. et tal. **Papel da memória**. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999b.

\_\_\_\_. **O discurso. Estrutura e Acontecimento**. 3ª. Ed. Campinas-SP: Pontes, 2002c.

\_\_\_\_. **Ler o arquivo hoje**. In \_\_\_\_ **Gestos de Leitura**. Org. Eni P. Orlandi. 3ª ed. Campinas-SP, UNICAMP, 2010d.

POSSENTI, Sírio. **Os limites do Discurso: ensaio sobre discurso e sujeito**. São Paulo. Parábola, 2008.

QUEIROZ, D. M. **Universidade e desigualdade. Brancos e negros no ensino superior**. Brasília-DF: Liber Livro, 2004.

RABELLO, E.T. e PASSOS, J. S. **Vygotsky e o Desenvolvimento Humano**. Disponível em <http://www.josesilveira.com/artigos/vygotsky.pdf>. Acessado em: 29 de Julh. 2015.

RAJAGOPALAN, K. **A construção de identidade e a política de representação**. In FERREIRA L.M.A & ORRICO (ORG) **Linguagem, identidade e memória social: novas fronteiras, novas articulações**. Rio de Janeiro-RJ: Dp&a, 2002.

RODRIGUES, M. L. **Discurso e Silêncio: “14 de maio: o dia que ainda não terminou”**. In RODRIGUES, M. L.. (orgs).**Discurso e Sentido: questões em torno da mídia, do ensino e da história**. São Carlos-SP: Claraluz Editora, 2007a.

\_\_\_\_\_.**Discurso sobre a Representação Identitária do Negro Cotista da UEMS**. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem – Campinas, SP, 2011b.

SILVA, Carlos A.B. **AÇÕES AFIRMATIVAS: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades**. R. Pol. Públ. São Luís, v.14, n.1, p. 67-76, jan./jun. 2010. Disponível em <http://www.revistapoliticaspúblicas.ufema.br/site/download>. Acessado em: 15 de Nov. 2015.

SILVÉRIO, V. **Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos**. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Orgs.). **Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.39-70.

TAILLE, Y. **O Sentimento de Vergonha e suas Relações com a Moralidade**. In **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2002, 15(1), pp. 13-25. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/prc/v15n1/a03v15n1>. Acessado em: 25 de out. 2015.

TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Ford, 2003.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: editora Atlas, 1987.

VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1989.

WASELFISZ, J.J. **Homicídio e Juventude no Brasil: Mapa da Violência 2013**. Disponível em [www.juventude.gov.br](http://www.juventude.gov.br).

## ANEXOS

### Questionário

- (01) Em sua opinião, qual é a importância de possuir um curso superior de forma geral?
- (02) Enquanto não-negro, há algum tipo de importância diferenciada em relação aos negros de possuiu ou não um curso superior?
- (3) Quando e como você ficou sabendo sobre o sistema de cotas para negros nas universidades públicas?
- 4) Fora da universidade, as pessoas comentam sobre o sistema de cotas? Se sim, o quê? Se não por quê?
- (05) Comente sobre sua opção do negro de entrar na universidade pública pelas políticas de reparação históricas, ou seja, as cotas.
- (6) Qual é a sua opinião sobre o negro ingressar na universidade pública pelo sistema de cotas? Comente.
- (7) Qual é a opinião de seus parentes sobre o negro ingressar na universidade pública pelo sistema de cotas na universidade? Comente.
- .(08) Qual é à opinião de seus amigos sobre o negro ingressar na universidade pública pelo sistema de cotas? Comente.
- (9) No cotidiano universitário, há pessoas contra e a favor sobre as cotas, qual a sua opinião sobre as cotas?
- (10) De acordo com a tonalidade da pele e a textura do cabelo, entre outros traços, o ingresso do negro pelo sistema de cotas na universidade afetou a forma de você ver o negro?
- (11) De acordo com a tonalidade da pele e a textura do cabelo, entre outros traços, o ingresso do negro pelo sistema de cotas na universidade afetou a forma de você ver o negro?
- (12) Como você sempre viu ou vê o negro? Comente sua resposta.
- (13) Comente sobre o que significa para você o negro fazer um curso superior enquanto cotista?
- (14) Comente sobre o que é ser negro ou afrodescendente em sua opinião?
- (15) O debate sobre as cotas para negros nas universidades públicas tem afetado a forma de você se ver o negro? Comente sua resposta em qualquer das alternativas: sim ou não.
- .(16) O debate sobre as cotas nas universidades públicas, em sua opinião, tem mudado a forma das pessoas que você conhece ver as pessoas negras? Comente sua resposta em qualquer das alternativas: sim ou não.
- (17) O debate sobre as cotas nas universidades públicas, em sua opinião, tem mudado a forma das pessoas que você conhece se verem como não-negras? Comente sua resposta em qualquer das alternativas: sim ou não.
- (18) Em sua opinião, o que mais caracteriza a identidade do negro? Comente sua resposta.
- (19) As cotas para negros nas universidades públicas contribuem para a auto-afirmação do negro na sociedade? Comente sua resposta.
- (20) As cotas para negros nas universidades públicas contribuem para a identificação de pessoas ditas como morenas ou pardas (por terem a tonalidade da pele mais clara) para se verem como negras? Comente sua resposta em qualquer das alternativas: sim ou não.
- .(21) O acesso do negro para universidade pública, em sua opinião, tem melhorado para os negros (morenos, pardos, cafuzos) se identificarem como pessoas negras? Comente sua resposta em qualquer das alternativas: sim ou não.
- (22) O fato de haver na universidade o sistema de cotas para negros provoca algum tipo de incômodo para você? Comente sua resposta.
- (23) Enquanto não-negro, qual é a importância de possuir um curso superior?
- (24) O sistema de cotas provocou um debate sobre quem é e quem não é negro, em sua opinião
- (25) Você ouviu/ouve algum tipo de comentário de colegas sobre os cotistas na universidade? Se sim ou não comente.
- (26) Você ouviu/ouve algum tipo de comentário de professores sobre os cotistas na universidade? Se sim ou não comente.

- (27) Há situações de constrangimento dos cotistas na universidade? Comente.  
 (28) Os não-negros discutem ou conversam entre si sobre os cotistas? Comente.  
 (29) Você conhece alguém que tenha sofrido algum tipo de constrangimento por ser cotista? Comente sua resposta.  
 (30) Você já sofreu algum tipo de constrangimento enquanto não-negro em relação aos negros? Comente.  
 31) Caso haja algum tema que não tenha sido contemplado nas perguntas, favor utilizar o espaço abaixo.

## Corpus

- (01) “Isso depende da força de vontade de cada um” (F.1, p.01). (02) “O direito é de todos” (F.2, p.01).  
 (03) “Todos temos os mesmos direitos de formação indenpende da raça ou cor” (F.3, p.01).  
 (04) “Uma sociedade igualitária e preocupada com a formação de cidadãos participativos não permite qualquer diferenciação entre seus membros” (F.4, p.01).  
 (05) “É motivo de provar que são iguais a todos” (F.9, p.01).  
 (06) “Se conseguimos entrar na universidade, foi mérito só nossos” (F.14, p.01).  
 (07) “Todos somos iguais” (F.16, p.01).  
 (08) “É uma atitude racista” (F.19, p.01).  
 (9) “Cotas está muito centrada só em um prédio não é muito explorado” (F.18, p.01).  
 (10) “Considero este (sistema de cotas) uma desvalorização das capacidades do negro por não competir de igual para igual” (F.17, p.01).  
 (11) “isso é bobagem é penas uma coisa a mais que eles criaram para se aparecer” (F.16, p.01).  
 (12) “Acreditam que o branco e o negro são ambos pares, tem a mesma formação intelectual” (F. 15, p. 01).  
 (13) “O negro só entra na universidade por causa da cota” (F.14, p. 01).  
 (14) “Algo a mais para a discriminação” (F.12, p. 01).  
 (15) “O sistema de cotas como forma desvantagem aos negros” (F.11, p.01).  
 (16) “É uma forma de o governo ter um pouco de preconceito para com as pessoas de cor” (F.10, p. 11).  
 (17) “Eles não tem nenhum tipo de deficiência para ter cota” (F. 17, p. 01).  
 (18) “Criaram as cotas porque negro e índio não tem capacidade de passar nos vestibulares” (F.8, p.01).  
 (19) “A cota é uma forma de discriminação, pois todos possuímos a mesma capacidade, as oportunidades devem ser as mesmas” (F.7, p.01).  
 (20) “É um sistema muito rigoroso” (F.02, p.01).  
 (21) “É uma espécie de discriminação” (F.05, p. 02).  
 (22) “É uma pessoa normal” (F.01, p. 02).  
 (23) “Acho que não deveria haver sistema de cotas, sim, igualar a qualidade de ensino, entre escola pública e escola privada assim poderia competir de igual para igual” (F.05, p.02).  
 (24) “Deveria ser concentrada na básica, com melhora de estudantes” (F.07, p. 02)  
 (25) “não menos inteligentes que qualquer outra pessoa” (F.10, p.02).  
 (26) “As cotas é como dizer você não é capaz de concorrer com os brancos” (F.12, p. 02).  
 (27) “As cotas não é solução para o problema” (F.15, p. 02).  
 (28) “Seu fosse negra optaria por fazer um vestibular fora da cota para provar a todos que sou humana e que tenho capacidade igual a todos” (F.16, p. 02).  
 (29) “Acho esta uma maneira camuflada dos governantes reparara não assistência aos negros” (F.1, p.2).  
 (30) “Preconceito enfeitado por nome “Cotas”, (F.17, p. 02)”.  
 (31) “Pode também representar uma espécie de discriminação” (F.04, p. 02).  
 (32) “Penso que as cotas não é a solução para problema” (F.15, p. 02).  
 (33) “Em primeiro lugar deveria não perguntar a cor de cada aluno, mas que levasse em consideração a sua inteligência, raciocínio” (F.15, p. 02).  
 (34) “Acho uma injustiça. Se ele que ter o mesmo direito que os brancos por que não começar por aí” (F. 01, p.02).  
 (35) “Facilitou p/alguns, porém prejudicou outros” (F.17, p. 02).  
 (36) “Acho que existe um preconceito nisso” (F.09, p. 02).

- (37) “Para mim de conhecimento de todos devem ter o mesmo potencial, portanto, sou contra as cotas” (F.09, p.02).
- (38) “Mais uma forma de discriminação, esquecendo da máxima de Maquiavel, “os fins justificam os meios” (F.07, p. 02).
- (39) “Uma ignorância do governo, pois esta não é a forma correta de se utilizar as cotas” (F.10, p. 02).
- (40) “Com as cotas é uma maneira de haver desigualdade” (F.2, p. 2).
- (41) “isso é um grande preconceito” (F.04, p. 02).
- (42) “Dizem que é mais uma forma de discriminação”, (F.12, p.02).
- (43) “É válido mas discriminatório” (F.12, p.02).
- (44) “Não é capaz de competir com os brancos” (F.15, p.02).
- (45) “Como uma pessoa normal”(F.04, p.12).
- (46) “Talvez com menor sorte que os brancos” (F.13, p.03).
- (48) “Acho que seria capazes de formarem sem as cotas, com suas capacidades” (F.09, p.13).
- (49) “Apenas acredito que ele tem a mesma capacidade de se integrar na universidade, mesmo sem cotas” (F.07, p.02).
- (50) “Não sei se as cotas mudaria a visão sobre os negros” (F.13, p.16).
- (51) “Alguns negros começam a sentir vergonha de ter entrado p/cotas” (F.20, p.04).
- (52) “Com as cotas ele serão vistos e lembrados” (F.13, p. 04).
- (53) “Assumir sua cor não com muita classe” (F.01, p.04).
- (54) “Estas cotas não provam nada” (F.01, p.05).
- (55) “Se querem ser como nós deve agir como nós” (F.01, p.04)
- (56) “Aquele que precisa da pena, da migalha dos outros, para poderem passar em uma universidade” (F.10, p.05).
- (57) “Ele se sente rebaixados e envergonhados na maioria das vezes” (F.08, p.05).
- (58) “Não comento para evitar constrangimento” (F.11, p.06).
- (59) “estão chamando-os de incompetentes” (F.09, p. 02).
- (60) “São pessoas normais, como todos” (F. 17, p. 01).
- (61) “absurdo” (F.19, p.02).
- (62) “não tem nenhum sentido” (F.10, p.02).